

Assis Brasil

UM DIPLOMATA DA REPÚBLICA

Assis Brasil

UM DIPLOMATA DA REPÚBLICA

CHDD / FUNAG
Rio de Janeiro, 2006



Volume 2

Buenos Aires & Volta à Diplomacia



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado
Secretário-Geral

Embaixador Celso Amorim
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA



Diretor Embaixador Alvaro da Costa Franco

A *Fundação Alexandre de Gusmão* (FUNAG), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, bloco H,
anexo 2, térreo, sala 1
70170-900 - Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033 / 6034
Fax: (61) 3411 9125
www.funag.gov.br

O *Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), órgão da Fundação Alexandre de Gusmão / MRE, tem por objetivo estimular os estudos sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil. Sua sede é no Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, prédio onde está depositado um dos mais ricos acervos sobre o tema.

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
20080-002 - Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21) 2233 2318 / 2079
chdd@funag.gov.br / chdd.funag@veloxmail.com.br

Sumário

VOLUME I

Introdução · 07

Buenos Aires (1890 -1893) · 19

Lisboa (1895-1898) · 107

Washington (1898-1905) · 197

VOLUME 2

Buenos Aires (1905-1908) · 07

Volta à diplomacia (1931-1933) · 165

Capítulo 4 *Buenos Aires*
(1905-1907)

Apresentação

Durante o ano de 1904, em que permanecera no Brasil, Assis Brasil comprara os primeiros lotes de terra para formar sua propriedade de Pedras Altas, onde pretendia criar uma granja que lhe permitisse experimentar tecnologias desenvolvidas em países agrícolas avançados, adaptá-las ao meio brasileiro e oferecer de exemplo aos agricultores e criadores brasileiros um modelo prático para o desenvolvimento agrícola do país. Além do aspecto técnico, desejava que as condições de conforto e a elegância de sua moradia se pudessem tornar um exemplo para os estancieiros gaúchos que imaginava converter em gentlemen farmers. Era o lado sonhador de sua personalidade, o mesmo que, no plano político, imaginava um democracia fundada no voto livre.

De Buenos Aires, poderia acompanhar os progressos de sua nova propriedade, que visitaria com certa freqüência. Seus laços empresariais e políticos com o Rio Grande tendiam a estreitar-se, o que explicará a decisão que amadurece, durante este período, de abandonar a carreira diplomática e voltar ao Brasil.

Assis Brasil assumiu a missão em Buenos Aires a 1º de julho de 1905. Esteve à frente da missão em Buenos Aires em período sensível de nossas relações. A Argentina experimentava, desde a década dos oitenta do século XIX, um surto de desenvolvimento econômico e cultural que a elevara ao mais alto patamar entre os países latino-americanos. A diplomacia brasileira, sob a gestão de Rio Branco, colocara, entretanto, o Brasil num plano

de destaque e estabelecera-se entre os dois países um clima de concorrência, alimentado pelas memórias do passado e por uma concepção das relações internacionais que sofria de um certo mimetismo da política européia.

Embora fiel executor da política do Barão, Assis Brasil tinha uma percepção matizada das divergências entre os dois países, mais atenuada do que a visão de Rio Branco. Assis Brasil movia-se com grande facilidade na região platina, tendo contactos em uma e outra margem do rio da Prata, parecendo interferir, às vezes, em questões com o Uruguai, como demonstra a correspondência sobre a dívida daquele país.

Durante este período, foi chamado, em 1906, para ser o secretário-geral da III Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, onde contribuiu para a interlocução, nem sempre fácil, com a delegação argentina. Esteve ausente de Buenos Aires de julho a início de novembro. A 27 de novembro, Zeballos assumia o ministério.

A designação de Zeballos para a chancelaria argentina não seria de natureza a esmorecer as tensões, alimentadas por divergências pessoais entre os antigos contendores no processo arbitral da questão de Palmas ou das Missões. Assis Brasil entendia que as dificuldades eram contornáveis mediante gestos que cativassem Zeballos, atendendo aos seus anseios de publicidade e à sua vaidade. Rio Branco não endossou as sugestões de Assis Brasil neste sentido. Hoje, não é possível saber se Assis Brasil estaria sendo ingênuo ou se o Barão, irredutível no seu antagonismo com Zeballos, perdeu oportunidades de reduzir as tensões com Buenos Aires, que atingiram seu auge, sendo já chefe da missão Domicio da Gama, com o caso do telegrama número 9. Mas, não é impossível que o armamentismo de Zeballos tivesse raízes em sólidos interesses materiais e não, simplesmente, em avaliações emocionais das relações brasileiro-argentinas.

O ano de 1907 é marcado, entretanto, por várias ausências de Assis Brasil: em janeiro, viaja de navio ao porto do Rio Grande; entre 27 de março e 28 de maio, esteve no seu estado; em 11 de agosto, está, de novo, regressando de Pedras Altas. Suas preocupações estão mais no Rio Grande do que na atividade diplomática. Data de 23 de agosto a carta, já referida, em que explica a Rio Branco os motivos que o levam a voltar ao Rio Grande e deixar a carreira diplomática.

Permanece em Buenos Aires até o fim do ano, datando de 12 de dezembro o decreto presidencial que o exonera, a pedido, de Buenos Aires e o coloca em disponibilidade. As partidas de Assis Brasil dos postos parecem ter sido sempre cercadas de certa informalidade. Deixa efetivamente Buenos Aires em 13 de janeiro de 1908, direto para o porto do Rio Grande, onde desembarça sua mudança. Contudo, em 8 e 9 de junho de 1908, ainda há uma troca de mensagens telegráficas entre Rio de Janeiro e Pedras Altas a propósito de notícias, inspiradas por Zeballos, em que a imprensa de Buenos Aires critica Assis Brasil por não haver apresentado formalmente suas despedidas ao governo argentino. Em junho explica a Rio Branco, de Pedras Altas, as condições de sua partida e haver-se despedido do mundo oficial. Mas Assis Brasil volta a Buenos Aires, a 27 de julho de 1908, quando esperava entregar a carta revocatória e viajar para o Rio de Janeiro a 4 de agosto.

Em agosto está empenhado na criação do Partido Republicano Democrático, cujo congresso se realiza, a 20 de setembro, em Santa Maria (RS). É o início de um novo e longo percurso político, longe das lides diplomáticas. Sua situação funcional no Itamaraty é alterada em 1912, quando passa da disponibilidade inativa para disponibilidade ativa, melhorando sua remuneração, e é aposentado.

OFÍCIO¹ DE 11/07/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 11 de julho de 1905.
SEÇÃO 1ª · N. 8

Senhor Ministro,
Cabe-me levar ao conhecimento de V.Exa. que a 7 do corrente entreguei ao exmo. sr. dr. Manoel Quintana a carta que me acredita no caráter de e. e. e ministro plenipotenciário junto ao governo argentino.

Junto tenho a honra de passar às mãos de V.Exa. a cópia do discurso que dirigi ao sr. presidente da República e o retalho do jornal *La Nación* em que vem inserida a sua resposta.

Tenho a honra de reiterar a V.Exa. as seguranças da minha alta estima e mui distinta consideração.

J. F. de Assis Brasil

[*Anexo*]

Cópia

Sr. Presidente,
Cabe-me pela terceira vez a honra de representar o meu país junto do esclarecido governo desta nação vizinha e amiga. Uma ausência de longos onze anos não diminuiu – exaltou, talvez, no meu espírito – a grata impressão da fidalga hospedagem que aqui deparei. Tão doce

1 N.E. – Acima da data, à direita, intervenção autógrafa do Barão: “Acusar recebimento. Publicar no *Diário Oficial* os dois discursos, como temos feito em outras ocasiões”.

recordação é para mim um seguro penhor de êxito feliz no desempenho dos deveres que novamente assumo e que me será grandemente facilitado pelo poderoso auxílio de V.Exa. e do seu ilustrado governo.

A observação mostra que as jovens repúblicas da nossa América se encaminham com crescente rapidez para um ideal de solidariedade. São cada vez mais raros e menos significantes os tropeços que se lhes antepõem nessa marcha salvadora, na qual nossos dois países podem desvanecer-se de haver dado os mais largos e fecundos passos.

No serviço de tão nobre causa e particularmente no empenho de cultivar e aprimorar as relações de boa amizade existentes entre o Brasil e Argentina, consistirão os meus melhores e mais assíduos esforços.

Transmito a V.Exa. a carta na qual o sr. presidente da República me atribui o caráter oficial que V.Exa. se dignará reconhecer-me e, em nome do chefe da nação brasileira, que de coração acompanho, faço votos ardentes pela prosperidade pessoal de V.Exa. e pela do povo argentino.

Conforme:

Félix Bocaiúva, 2º secretário

B. Aires, 11 de julho de 1905.



;

CARTA DE 24/07/1905 - AHI 206/01/14

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Legação do Brasil na República Argentina
Buenos Aires, 24 de julho de 1905.

Prezado Chefe,

Há um mês que cheguei aqui e ainda estou no ar – ou pior – em hotel. Tempo horrivelmente úmido, pestífero. Temos estado todos doentes. Eu estou dominando neste momento o terceiro ataque de influenza. E, a tudo isto, operando a mudança da chancelaria e tratando de organizar a casa para residência. Tal situação explica não lhe ter ainda escrito.

Confirmo o meu telegrama sobre as minhas supostas declarações à imprensa. Não as fiz de espécie alguma. A gente não pode deixar de corresponder a quem se apresenta cortesmente, procurando conversação. Foi o meu caso em relação aos representantes dos jornais que me procuraram. Mas limitei-me absolutamente a generalidades anódinas. Prova de que as *interviews* que publicaram foram fantasiadas é o fato de não ter havido dois que dissessem a mesma coisa. V.Exa. sabe que coisas análogas se publicam por toda parte em relação a todos os homens públicos, inclusive às testas coroadas. Ainda hoje, um dos jornais daqui publica telegrama de New York com extensas declarações do secretário do barão Komura a propósito das condições que este exigirá para a paz com a Rússia. (!) Já ninguém se cansa em retificar semelhantes versões; e assim procedi aqui.

Venho achar a atmosfera dos sentimentos a nosso respeito muito mudada, se me não engano. O nome de V. Exa é alarmante para os políticos argentinos. O que há, no fundo, é o do dói das Missões; mas o que se finge é crer que a sua orientação é a do Império, a de Cotegipe, que simboliza aqui o elemento brasileiro invasor e astuto. É o que tenho ouvido, mais ou menos, de alguns dos homens de representação com quem tenho intimidade. Muito convinha fazer desaparecer tal impressão. Sem dúvida, eu me aplicarei a isso com toda a assiduidade;

mas não me sinto com elementos suficientes. O que me parece que dissiparia todas as névoas instantaneamente – seria um passeio seu a estas plagas. O sacrifício, se o há, seria bem recompensado com os resultados obtidos. Julgo convenientíssima ao Brasil a maior cordialidade com esta república. Isso, ou alguma outra coisa, julgo indispensável fazermos para lenir os efeitos das últimas circunstâncias desfavoráveis – Caxias versus Mitre, ameaça ou decretação de impostos, aumento da Marinha, etc., todas causas insignificantes, mas bastantes para irritar a extrema suscetibilidade nervosa destes amigos.

Tenho, desgraçadamente, de lhe falar ainda do meu candidato, dr. Emery. É uma pessoa que muito estimo e a quem muito devo. É, antes de tudo, muito capaz para o serviço – inteligente, honestíssimo, hoje muito prático e dispondo da vantagem de falar 6 ou 8 línguas. Fez aí exame e foi aprovado, creio que com distinção. Ora, este pobre homem tem a mania de ser cônsul, mesmo em La Plata. V.Exa. não poderia fazer-me a esmola de lhe dar, a ele, esse alegrão? Sabe que o cônsul em La Plata, Felinto de Abreu, tem imensa vontade de ir para a Europa, especialmente para a Alemanha donde é a senhora, sofrendo muito de moléstias crônicas. Se V.Exa. pudesse dar ao Felinto o lugar do Dario Freire (sem fazer mal a este), tudo se arrumaria: o meu dr. Emery iria para La Plata. Devo informá-lo de que o conhecimento pessoal que vim fazer com o sr. Felinto de Abreu fez-me formar dele conceito muito mais favorável que o que tinha através da obsessão dele para a transferência. A insistência explica-se pelo estado da mulher. É um rapagão de boa presença, bem preparado, muito aproveitável, em que estão acordes quantos o conhecem pessoalmente. A transferência do Felinto não pode desgastar ninguém e a promoção do sr. Emery, sendo para La Plata, não despertará despeitos da parte dos cônsules que, porventura, ainda estiverem em disponibilidade.

Agora, umas coisas reservadas sobre o sr. Sodré, cônsul nesta capital. Não o conheço pessoalmente, não tenho contra ele nenhuma prevenção. Noto, entretanto, que o pobre homem é cordialmente detestado por quantos brasileiros aqui têm falado dele e muito pouco querido pelos empregados do consulado. Não pode absolutamente fazer um bom lugar.

Não haveria meio de o mandar alhures? Antevejo os maus quartos de hora que ele há de dar, se cá vier, ainda que comigo se dê bem, como é de esperar. V.Exa. prestaria grande favor e contribuiria para o bom desempenho da minha missão, se descobrisse outra colocação para o sr. Sodré. Aliás, nada há mais fácil que uma troca de lugares entre ele e outro qualquer funcionário da mesma categoria.

Faça-me o favor de dar ou mandar dar notícias da sua saúde e, com afetuosas saudades nossas à gentil Hortência, creia-me seu atento servidor, admirador e amigo de verdade,

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO² DE 24/08/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 24 de agosto de 1905.
SEÇÃO 2^a · N. 2 · RESERVADO

Senhor Ministro,

Como desde alguns dias tem noticiado a imprensa, este governo mandou uma divisão da sua esquadra visitar a capital uruguaia por ocasião da festa da independência, que terá lugar amanhã. O fim especial desse ato de cortesia parece ser iniciar um período de melhores relações que

2 N.E. – À direita, intervenção autógrafa do Barão: “Acusar o recebimento. O governo argentino pôde ver praticamente que é perigoso fomentar insurreições nos países vizinhos. O mal é contagioso. A nossa legação em Montevidéu suspeita que sobre o assunto chegaram a algum acordo secreto os governos do Uruguai e da Argentina”. Abaixo da data: “acusado recebimento em 20-10-905 – res. número 7”.

as que ultimamente existiam entre os dois governos. O do Uruguai queixava-se da extrema tolerância, senão convivência, do da Argentina em face dos preparativos para a revolução *blanca* e mais ainda depois que ela se produziu, durante a presidência do general Roca. Um amigo íntimo do ex-presidente, o notável jornalista Agustín de Vedia, era e é um dos chefes do Partido Revolucionário, e a esse fato principalmente fliava o governo uruguaio as alegadas cumplicidades do argentino. Por outro lado, parece que o governo argentino começou a suspeitar dos prováveis sentimentos de vingança e retaliação do uruguaio e a suspeita aumentou depois da revolução abortada nesta capital em fevereiro do corrente ano. Ainda recentemente se deu numerosa romaria de membros do Partido Radical, que foram ostensivamente visitar os seus correligionários emigrados em Montevidéu.

A impressão geral era que havia aliança entre este governo e os *blancos* e entre o governo uruguaio e os radicais. É essa impressão que o sr. Quintana deseja fazer desaparecer. A visita dos navios argentinos, que vai ser ruidosamente recebida na outra margem do Prata, terá, pois, o caráter de uma reconciliação.

A deliberação deste governo foi tomada à ultima hora. Do contrário, eu a teria comunicado logo a V.Exa., pela consideração de utilidade de fazer figurar o Brasil conspicuamente na cortesia internacional.

Reitero a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO³ DE- 14/09/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 14 de setembro de 1905.
2ª SEÇÃO · N. 29

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar abaixo os telegramas que, em resposta aos que me foram transmitidos, enviei a V.Exa., sobre a visita da divisão naval argentina ao porto do Rio de Janeiro por ocasião do aniversário de nossa independência:

1º – Buenos Aires, 3 de setembro de 1905 – Ministro Exterior, Petrópolis – Dois telegramas recebidos sábado noite. Procurei logo senhor Larreta, que prometeu obter colega Marinha assentimento desejo V.Exa. demora navios. Sendo hoje domingo, talvez só amanhã possa transmitir decisão oficial.

•

2º – Buenos Aires, 6 de setembro de 1905 – Ministro Exterior, Petrópolis – Após conferência com ministro Marinha, senhor Larreta declarou-me impossível demora navios aí além dia 11, devido combinação anterior encontro torpedeiras alto-mar, segundo plano adotado para

3 N.E. – Intervenção autógrafa do Barão ocupa o topo do documento, estendendo-se do meio até a margem direita, continuando pela margem esquerda e descendo para ocupar todo o espaço entre a data e a saudação: “Quanto à demora da divisão naval, direi que, apesar das razões dadas pelo ministro da Marinha, ela poderia ter permanecido neste porto até 13 ou 14, permitindo que se executasse o programa de festas aqui organizado. A divisão naval seguiu para Ilha Grande, onde se deteve, foi depois para Santos e seguiu para as costas de Santa Catarina. O encontro com as torpedeiras não estava tão próximo como parecia indicar a resolução tomada. Quanto aos poderes para o sr. Gorostiaga, ele soube depois que estiveram retidos no consulado”.

manobras. Diz seria perigoso desencontro, além de desorganizar plano. Espera reconhecamos fundamento suas razões, atendendo sentimentos cordiais inspiraram visita. Prometeu-me telegrafar já ministro argentino plenos poderes assinar tratado.

•
3º – Buenos Aires, 9 de setembro de 1905 – Ministro Exterior, Petrópolis – 38 recebido. Ministro Larreta repetiu-me haver tomado todas providências poderes chegarem aí em tempo.

Reitero a V.Exa. as seguranças da minha respeitosa consideração.



OFÍCIO⁴ DE 20/09/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 20 de setembro de 1905.

2ª SEÇÃO · N. 31

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a V.Exa. o incluso retalho do *Boletim Oficial*, de 16 do corrente, contendo o texto do acordo celebrado entre o Paraguai e esta república, referente ao litígio fronteiriço entre esses dois países. Pelo laudo arbitral de 12 de novembro de 1878, que pôs fim a essa questão de limites, a linha divisória ficou determinada, na região do Chaco

4 N.E. – Acima da data, intervenção manuscrita: “Acusar o recebimento”. Abaixo da data, à direita, intervenção manuscrita: “Acusado o recebimento em 13 de outubro de 1905 – despacho n. 13”.

setentrional, por um dos braços do rio Pilcomaio, que ali bifurca-se abrangendo uma rica zona de terra em grande parte povoada.

De conformidade com o protocolo firmado pelo sr. Rodríguez Larreta e ministro paraguaio, aqui acreditado, ficou resolvido que uma comissão mista, composta de quatro membros, iria determinar esse braço, ou canal principal, indicado no laudo do ex-presidente dos Estados Unidos e, para esse fim, foram nomeados pelo governo argentino os srs. d. Domingo Krausse e capitão de fragata d. Tomás Zurueta.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO⁵ DE 20/09/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 20 de setembro de 1905.

2ª SEÇÃO · N. 32

Senhor Ministro,

Tenho a honra de oferecer à consideração de V.Exa. o artigo junto, em duplicata, da *Prensa* de hoje, pondo em relevo o tratado de arbitramento

5 N.E. – Intervenção autógrafo do Barão ocupa o topo do documento, estendendo-se do meio até a margem direita, continuando pela margem esquerda e descendo para ocupar o espaço entre a data e a saudação: “Acusar o recebimento. A *Prensa* discorre sempre contra o Brasil e o Chile e a favor do Peru, sem conhecer os assuntos sobre que escreve. Desde 22 de março partiu daqui o ministro do Peru, sr. Seoane. O novo ministro, sr. Larrabure, só chegará em princípios de novembro. As negociações sofreram assim uma interrupção de quase oito meses. O novo prazo, prorrogado até 31 de dezembro, em vez de ser de um ano, ficará sendo de dois meses”.

que acaba de ser assinado entre o Peru e a Colômbia e censurando, ao mesmo tempo, a conduta dos governos do Chile e Brasil para com os do Peru e Bolívia.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO⁶ DE 20/09/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 20 de setembro de 1905.
3^a SEÇÃO · N. 3

Senhor Ministro,
Referindo-me ao meu ofício reservado n. 2, 3^a seção, de 26 de julho do corrente ano, cumpre-me informar a V.Exa. que, em nota desta legação, de 30 de janeiro passado, foi pedido ao governo argentino *exequatur* para o vice-cônsul em Libres Antônio de Azambuja Cidade. Tratando de saber a razão por que nunca tinha dado entrada nesta chancelaria a resposta a esse pedido, foi-me dito pelo secretário sr. Bocaiúva constar-lhe que no Ministério das Relações Exteriores se manifestara má vontade a respeito do nomeado, tendo sido insinuada ao meu antecessor a conveniência de ser ele substituído. Fui, há dias, ao ministério tomar conhecimento pessoal do que havia. Ali foi-me dito pelo funcionário a quem incumbe o serviço consular que o governador de Corrientes havia informado mal a respeito dos antecedentes do sr.

6 N.E. – Acima da data, à direita, intervenção manuscrita: “Respondido em 14 outubro 1905. N. 9”.

Cidade e que, efetivamente, o ministro das Relações Exteriores já tinha significado ao sr. Ciro de Azevedo que o nomeado não era *persona grata*. O mesmo empregado mostrou-me em confiança o original da referida informação. Nela se dizia, em substância, que o sr. Cidade, bem que gozasse de boa reputação, era acusado de haver, quando delegado de polícia em Uruguaiana, ordenado o degolamento de cidadãos argentinos. É possível que tal informação contenha uma injustiça, mas o fato vem confirmar o que eu no ofício reservado acima citado dizia a V.Exa. quanto à inconveniência de fazer vice-cônsules nas fronteiras a homens que militem ou tenham recentemente militado nas facções partidárias de qualquer dos dois lados. Entretanto, urge prover o lugar de vice-cônsul em Libres, que, como já ponderei no citado ofício, tem agora muito maior importância, desde que cessou o trânsito comercial entre Caseros e Uruguaiana. Continuo a pensar que a melhor providência – e assim também julga o nosso consulado-geral – seria passar para Libres o atual vice-cônsul em Monte Caseros.

Reitero a V. Exa a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO⁷ DE 19/10/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 19 de outubro de 1905.
2ª SEÇÃO · N. 40

Senhor Ministro,
No incluso retalho, em duplicata, da *Prensa* de 14 do corrente, encontrará V.Exa. algumas considerações sobre a criação de um cardeal sul-americano, produzidas naturalmente pelos últimos telegramas de Roma, dando como certa a escolha de um prelado brasileiro.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil

7 N.E. – Intervenção autógrafa, abaixo da data: “Respondido. Despacho n. 40, de 7 de novembro de 1905”. Fixada à frente do documento, em uma tira de papel separada, intervenção autógrafa do Barão: “Acusar o recebimento. A *Prensa* tem razão em dizer que o novo cardeal deve ser chamado brasileiro e não sul-americano. Será o primeiro escolhido dentre os prelados da América Latina, mas é de crer que não seja o único. A diplomacia argentina trabalhou durante estes últimos anos com muito empenho para que coubesse a precedência ao arcebispo de Buenos Aires. A chilena também se esforçou para que o escolhido fosse de Santiago. Estando o Brasil mais perto de Roma que a Argentina e o Chile, e sendo aqui muito maior do que nesses dois países o número de católicos, não podia deixar de pertencer a primazia à Igreja brasileira. Os representantes argentinos faziam valer em Roma a circunstância de haver no Brasil separação entre Estado e a Igreja. Isso, porém, não era razão para que fosse preterido o episcopado brasileiro. Nos Estados Unidos da América, na Grã-Bretanha e na Alemanha, a religião católica não é a do Estado, e os católicos desses países dispõem de vários agentes no sacro colégio.”

[*Anexo*]

EL CARDENALATO SUDAMERICANO

La Prensa, sábado, 14 de octubre de 1905

Se está cometiendo en el asunto que así se designa un doble error, porque lo es de palabra y concepto. En el incurren las mismas informaciones telegráficas cuando dan a entender que las naciones de este continente se están disputando el honor de que el Vaticano distinga a una de ellas respecto de las demás, con el otorgamiento del capelo cardenalicio a uno de sus purpurados, y cuando en sus últimas noticias anuncian que el Brasil será el país favorecido con la referida designación.

Hay error manifiesto en hablar de cardenalato sudamericano, porque la palabra Sudamérica no significa ni puede significar una sola entidad política. Esa denominación, no pasa de ser una expresión geográfica dentro de la cual coexisten varias naciones independientes y soberanas, ninguna de las cuales ejerce hegemonías de ningún género sobre las restantes en lo temporal ni en lo espiritual. Se explica la frase “cardenalato norteamericano”, porque los Estados Unidos son una sola nación, y la única en la región boreal del continente. Allí el calificativo tiene razón de ser, porque tanto vale decir cardenal de la Unión, como de la América del Norte. Aquí, en la región austral, al cardenal o cardenales que Roma nombrará no les sería aplicable el calificativo genérico de sudamericano, sino que sería chileno, brasileño, peruano o argentino, según la nación a que perteneciera.

Esto, en lo que concierne a la impropiedad de la denominación; pues en lo referente á la especie de pugilato ó intriga diplomática que se quiere insinuar como entablada, para disputarse la preeminencia en lo eclesiástico, el error es más craso todavía.

La República Argentina no puede consentir que se la tenga por parte en una puja de esa naturaleza, ni tiene nada que solicitar en este asunto. Si el Vaticano, por entender que así conviene a los intereses de la Iglesia, nombra un cardenal en el Perú, en el Brasil, en Chile o en

la República Argentina, o mismo que si nombra varios en distintas naciones, estará en su derecho, haciendo lo que tenga á bien, sin que la designación implique en ningún caso la menor idea de rivalidades ni preferencias.

Debemos creer que el gobierno de nuestro país considera la cuestión, y que, por lo tanto, que en tal sentido habrá comunicado las instrucciones oportunas a la legación argentina en el Vaticano. Si no lo hubiese hecho, convendría que lo hiciera, para desvanecer todas las dudas, y para poner fin, por lo que a nosotros respecta, a todos los comentarios.



OFÍCIO⁸ DE 20/10/1905 - AHI 206/OI/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 20 de outubro de 1905.
2^a SEÇÃO · N. 41

Senhor Ministro,
Cumpro o dever de remeter a V.Exa. os inclusos retalhos que contêm um artigo editorial da *Prensa* de ontem, sobre o projeto apresentado

8 N.E. – Acima da data, estendendo-se de uma margem a outra do topo do documento, intervenção manuscrita: “Respondido em 7 de novembro de 1905. Despacho n. 41”. Entre a data e a saudação, se estendendo e descendo pela margem direita, intervenção autógrafa do Barão: “Acusar o recebimento. A comissão competente, da Câmara, não deu parecer favorável ao projeto. Como V.Exa. sabe, nunca se pensou aqui em cobrar a dívida de guerra do Paraguai. Sabe-se bem que a nação paraguaia não poderá pagar. Considera-se, porém, essa dívida como uma garantia da independência do Paraguai.”

pelo deputado Barbosa Lima a propósito da liquidação da dívida do Paraguai, procedente da guerra com a Tríplice Aliança.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO DE 29/10/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 29 de outubro de 1905.
2ª SEÇÃO · N. 43

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 42, de 20 do corrente, tenho a honra de passar às mãos de V.Exa. os inclusos retalhos do *El Diario*, de ontem, que contêm a correspondência trocada entre V.Exa., o ministro argentino, sr. Gorostiaga, e o general Mitre a propósito do tratado de arbitramento firmado ultimamente com esta república.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil

[*Anexo*]

EL ARBITRAJE GENERAL CON EL BRASIL
El Diario, Buenos Aires, octubre 29 de 1905

*Interesantes cartas del general Mitre, del dr. Gorostiaga
y del ministro Rio Branco*

Las cartas que van á leerse informan de un acto trascendental en nuestra diplomacia, por cuanto es confirmatorio de la política que ha seguido siempre la cancillería argentina. Se refieren al tratado de arbitraje general entre la República Argentina y el Brasil, firmado en Rio el 7 de septiembre de este año por nuestro representante doctor Manuel Gorostiaga y el ministro de Relaciones Exteriores, señor Rio Branco.

Para el acto solemne de la firma, el doctor Gorostiaga adquirió una pluma de oro a la que el señor Rio Branco hizo poner la leyenda que dice así: “Rio de Janeiro, 7 de septiembre de 1905 – Tratado de arbitraje general argentino-brasilero – Manuel Gorostiaga-Rio Branco”.

De común acuerdo entre los firmantes, esa pluma fue obsequiada al general Mitre, como una demostración hacia uno de los eficientes sostenedores de la teoría que el tratado confirma, y el doctor Gorostiaga se la llevó personalmente.

La carta del general Mitre se refiere pues a ese obsequio que recibió de manos de nuestro ministro en Rio, y al que le agradece la demostración que ello significa.

Por lo demás, el decreto aprobatorio del tratado está ya redactado en el Ministerio de Relaciones Exteriores y deberá darse a la publicidad tal vez en los primeros días de la semana entrante, faltándole solamente la sanción del Congreso, al que será enviado para que sea tratado en las sesiones ordinarias del año entrante.

He aquí las cartas á que nos referimos:

Buenos Aires, 23 de octubre de 1905.

Excmo. Señor Ministro Plenipotenciario y E. E.

de la República Argentina en el Brasil

Don Manuel Gorostiaga

Estimado Amigo,

Agradezco la pluma de oro, que en su nombre y en nombre del excmo. señor ministro Rio Branco, se ha servido ofrecerme y con la cual los dos firmaron el tratado de arbitraje entre el Brasil y la República Argentina el 7 de septiembre del corriente año.

Ese tratado pone su sello histórico y definitivo a la fecunda alianza brasileña-argentina, que después de derribar en el Río de La Plata dos bárbaras tiranías proclamando los verdaderos principios del derecho americano, puso término pacífico á sus respectivas cuestiones de límites por medio del arbitraje con honor para ambos países, dando el ejemplo.

Devuelvo a Vd. la carta del señor ministro Rio Branco, que Ud. se sirvió comunicarme, la cual me muestra que el está animado de ese mismo sentimiento, inspirándose en el ejemplo de su ilustre padre, que será siempre bien recordado en el Río de La Plata.

De Ud. afmo. amigo y S. S.

Bartolomé Mitre

•

Petrópolis, 3 de septiembre de 1905.

Estimado señor doctor Gorostiaga,
Remítrole inclusa la copia del tratado de arbitraje general en el cual están anotadas las modificaciones indicadas por el señor Rodríguez Larreta y aceptadas por mí, con ligeras variantes de forma, en nuestra entrevista de 27 de diciembre último. Mucho estimaré que encuentre buena acogida en la Casa Rosada la indicación de V.E., de que me dio noticia anteayer y que podamos firmar este acto en el día 7 del corriente. V.E. me hará el favor de mandarme el texto castellano del proyecto acordado para que adelantemos el trabajo.

Mi juventud se pasó en el tiempo de la efectiva alianza entre el Brasil y la República Argentina. Soy hijo de un hombre que fue siempre sincero amigo de la nación argentina dando de eso muchas pruebas en su carrera política. Desearía que de mí se pudiese también decir que durante mi pasaje por el gobierno hice lo que pude para disipar viejos preceptos y estrechar las relaciones de buena armonía entre los dos pueblos. Estoy cada vez más convencido de que una cordial inteligencia entre la Argentina, el Brasil y Chile, sería de gran provecho para cada una de las tres naciones, y tendría influencia benéfica dentro y fuera de nuestros países. Esos son igualmente los sentimientos de nuestro

actual presidente, como fueron los de sus predecesores y los estadistas del segundo reinado.

Créame siempre de V.E. amigo atento y S. S.

Rio Branco

•

Petrópolis, 8 de octubre de 1905.

A S.E. el Señor Rio Branco

Ministro de Relaciones Exteriores

Distinguido Señor Ministro y Amigo,

No debo partir sin expresar a V.E. cuan honrado me siento por haber colaborado con V.E. en el noble esfuerzo de cerrar con llave de oro la paz perpetua argentino-brasileña.

Fue siempre mi más vivo anhelo contribuir a despejar en uno y otro país, toda duda relativa a la ausencia de causas reales, grandes o pequeñas, presentes o futuras – en cuanto la previsión humana alcanza – que puedan perturbar la cordialidad de nuestras relaciones u oscurecer la conciencia de nuestras responsabilidades.

La Argentina y el Brasil, ligados por la tierra, los ríos y los mares, parecen modelados para completarse, engranándose por un intercambio de servicios que el tiempo y la civilización se encargarán de hacer día a día más intensos y más fecundos en beneficios recíprocos, a la sola condición de la concordia.

Así, V.E. me perdonará que, en mi modesta esfera, conciente de no haber sobresalido por acto alguno de la línea cuya loza común es olvido, me consideraré feliz y engrandecido al pensar que mi nombre junto con el nombre ilustre de V.E. queda incorporado al de los obreros de la paz internacional, bajo cuya influencia se cimentará la grandeza de ambos países.

En los seis largos años que he representado a la Argentina ante el gobierno del Brasil, esperé confiado [*sic*] esta solución definitiva e consagré todas mis energías al propósito de infundir a los hombres del Brasil la confianza más amplia de la lealtad argentina.

Cuando la luz de la verdad ilumine todos los espíritus se verá claro que nosotros, los argentinos, deseamos para el Brasil lo que deseamos para la Argentina: verlos grandes, unidos, ricos y fuertes, por el trabajo y la voluntad de sus hijos, apoyándose y sosteniéndose el uno al otro en el cumplimiento de la misión que la providencia les ha reservado en esta parte del mundo.

Tuve la gran satisfacción de conocer a V.E. y tratarlo de cerca; de cultivar su amistad sin alternativas en las expansiones abiertas del hogar y a eso le debo poder valorar su espíritu culto y elevado.

Llevo de V.E. las mejores impresiones y recuerdos, y V.E. colmará mis deseos si alguna vez se digna enviarme sus ordenes donde quiera que me lleve mi buena o mala fortuna.

Entretanto disponga de su atento y respetuoso amigo.

Manuel Gorostiaga

•

Petrópolis, 9 de octubre de 1905.

Excmo. Señor Ministro y Amigo,
Agradezco mucho a V.E. la carta de despedida con que me honró ayer, los sentimientos de amistad que en ella expresa para con mi país y mi persona y la referencia que hace de nuestros comunes trabajos de estos diez meses para conseguir el tratado de arbitraje general, ya felizmente firmado.

Desde que en la noche del 22 de octubre del año pasado, en conversación en la legación del Ecuador, V.E. me manifestó el deseo de que concluyéramos un acuerdo de esa naturaleza, acogí con gran satisfacción su iniciativa y en 14 de noviembre le remití el proyecto que sirvió de base a las negociaciones. En 27 de diciembre, apenas me comunicó las modificaciones propuestas por su gobierno, combiné prontamente con V.E. la nueva redacción de algunos artículos. Sólo en principios de septiembre quedé informado que el gobierno argentino aceptaba el proyecto así enmendado y deseaba además que las reglas de proceso,

reservadas por nosotros para cada compromiso especial, fuesen establecidas en el propio tratado general, como en el que la Argentina celebró con el Uruguay, Chile y Paraguay. Accedí sin demora a esa indicación, y en pocos días le presenté la redacción final con las enmiendas y los aumentos deseados. Recuerdo estos hechos para poder decir que, por mi parte, hice cuanto pude, como V.E. también lo hizo, para apresurar la conclusión de este negocio.

En cuanto a mis sentimientos para con la República Argentina, V.E. los conoce desde bastante tiempo y los vio de nuevo afirmados en la carta que le dirigí en 3 de septiembre. Deseo ardientemente que el tratado de 7 de septiembre último asegure para siempre la concordia entre nuestros dos países, y mucho me honra haber podido colaborar en esa obra de paz.

A V.E. y a su distinguida familia deseo próspero viaje y todas las venturas. Aquí me tendrá V.E. siempre pronto para todo cuanto fuera de su servicio. Agradezco de nuevo y muy cordialmente las expresiones tan amables y benévolas de su carta y suscríbome con la más perfecta estima de V.E. atento amigo y S. S.

Rio Branco



OFÍCIO DE 16/11/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 16 de novembro de 1905.

1ª SEÇÃO · N. 31

Senhor Ministro,
O dia 15 de novembro, aniversário da proclamação da República no Brasil, figura na lista deste governo como aquele em que a nossa legação

recebe oficialmente a visita do corpo diplomático e das autoridades. Não sei se em outras legações nossas o mesmo se dá. Creio, entretanto, que seria muito mais próprio estabelecer-se no estrangeiro, como dia nacional do Brasil, o da Independência, 7 de setembro. É intuitivo que, por mais que à maioria dos brasileiros a data da República seja particularmente cara, ela recorda um fato político desagradável para os representantes de várias nações onde prevalecem idéias opostas às que triunfaram a 15 de novembro. Esse fato é causa de visível constrangimento para algumas das pessoas que vêm trazer os seus cumprimentos ao representante do Brasil, forçados pela cortesia formal, no dia da República. Melhor seria celebrarmos essa data, com o caráter que ela realmente tem – o de uma festa doméstica. Por outro lado, pelo menos neste país, a tradição do 7 de setembro ainda perdura: nesse dia tive esta legação cheia de visitantes, entre os quais não faltaram os membros do governo e a maioria do corpo diplomático. Se, pois, não receber ordem contrária⁹ de V.Exa., vou pedir ao diretor do protocolo argentino para substituir ao 15 de novembro o 7 de setembro na respectiva lista. E me reservarei o privilégio de reunir na data da República, sob o teto da legação brasileira, apenas as pessoas que, como eu, entenderem que a 15 de novembro o nosso grande país e, indiretamente, a América e o mundo registraram um grande triunfo.

Reitero a V. Exa a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



9 N.E. – Não foi encontrada resposta da Secretaria de Estado a este ofício.

OFÍCIO¹⁰ DE 02/12/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 2 de dezembro de 1905.
2^a SEÇÃO · N. 31

Senhor Ministro,

Em recente conversação, o sr. Rodríguez Larreta, ministro das Relações Exteriores, expôs-me que, pela demarcação das nossas fronteiras a que se procedeu ultimamente, fora atribuída à Argentina a chamada Ilha Grande, no rio Uruguai, quase em frente à cidade de Uruguiana; que essa ilha tinha estado até então sob domínio do Brasil, sendo brasileiras as autoridades nela existentes; que, depois da demarcação, essas autoridades se retiraram, não tendo sido até hoje substituídas por outras argentinas, por não haver ainda sido feita a entrega formal da ilha a esta nação; que, valendo-se da falta de polícia, muitos sujeitos de mau viver se têm homiziado naquele território, de onde fazem constantes rapinagens em ambas margens do Uruguai; que, por conseguinte, convindo aos dois governos pôr termo a tal situação, lembrava a conveniência de o do Brasil, por intermédio desta legação, fazer constar ao seu que lhe seria agradável a imediata ocupação da ilha por este, independente de qualquer ato especial de transmissão do referido território. É o que tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Exa., para que se sirva transmitir-me as suas ordens.

Reitero a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil

10 N.E. – Acima da data, à direita, intervenção autógrafa do Barão: “Ao Exmo. Sr. Visconde de Cabo Frio, para fazer o favor de informar. 15 de março”. A informação foi encadernada com este documento e vem transcrita a seguir.

[*Informação de Joaquim Thomaz do Amaral, visconde de Cabo Frio, ao ministro de Estado das Relações Exteriores*]

Ilha Grande do Uruguai. Sua ocupação imediata pelo governo argentino. Ofício da legação em Buenos Aires.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

O governo argentino deseja tomar posse da “Ilha Grande”, uma das situadas no rio Uruguai, e propõe que o do Brasil o convide a ocupá-la. Consta isso do ofício n. 48 *[sic]* (2ª seção, ostensivo), que a legação em Buenos Aires dirigiu a V.Exa. em 2 de dezembro próximo passado. Lê-se aí:

... convido aos dois governos pôr termo a tal situação, lembrava a conveniência de o do Brasil, por intermédio desta legação, fazer constar ao seu que lhe seria agradável a imediata ocupação da ilha por este, independente de qualquer ato especial de transmissão do referido território.

Em 9 de setembro de 1903, dirigiu V.Exa. à dita legação o telegrama seguinte:

Presidente Rio Grande do Sul comunica intendente municipal Uruguiana telegrafou dizendo autoridades argentinas Libres, ordem seu governo, pedem retirada encarregado vigilância Ilha Grande intuito tomar posse dela, que acordo estudos comissão de limites pertence a essa república. Ilha Grande é argentina mas a sua ocupação por autoridades do respectivo governo é prematura. Ainda não há ato dos dois governos aprovando os trabalhos da comissão mista. Essa ilha é a maior de todas, mas há outras que também são argentinas. O melhor é aguardar a conclusão dos trabalhos, que não tardará. Peço V.Exa. que com urgência se entenda esse respeito com o governo argentino.

O sr. dr. Ciro de Azevedo respondeu no dia 10:

Ministro Terry prometeu enviar hoje mesmo ordem telegráfica autoridades Libres mantendo ocupação nossa Ilha Grande até aprovação dois governos trabalhos comissão mista conforme pedido V.Exa..

Essa decisão foi por V.Exa. comunicada ao presidente do Rio Grande em telegrama do dia 19. Do mesmo presidente recebeu V.Exa. em 10 de maio de 1904 este telegrama:

Rogo me habiliteis responder seguinte consulta Itaquí. Podem autoridades argentinas exercer ação Ilha Vaz, até aqui brasileira, ultimamente demarcada pela comissão limites como argentina, sem que tenha sido aprovada essa demarcação pelos respectivos governos?

Em virtude de ordem de V.Exa., que me foi transmitida pelo sr. Pecegueiro, dei no dia 11 parecer sobre essa consulta, concluindo nestes termos:

Proponho, portanto, o telegrama seguinte:

As autoridades argentinas quiseram tomar posse Ilha Grande, que também fica pertencendo ao seu país, mas os dois governos, considerando que não havia ato seu aprovando os trabalhos da comissão mista, resolveram aguardar a conclusão desses trabalhos. É o caso da Ilha Vaz. V.Exa. pensou bem.

Essa proposta foi aceita por V.Exa., expedindo-se o telegrama no dia 12.

Agora, cumprindo a ordem por V.Exa. exarada no ofício do sr. Assis Brasil, direi o que me ocorre sobre esse assunto.

Parece, à primeira vista, que o governo argentino tem razão na sua impaciência, mas realmente não a tem.

V.Exa. nada podia resolver antes de chegar às suas mãos o relatório do sr. general Dionísio Cerqueira, e este, que é longo, não pode ser examinado precipitadamente. Quando recebeu o governo o do seu comissário? Não se sabe, mas é certo que ele nenhum passo tem dado

para obter acordo sobre a aprovação dos trabalhos da comissão mista demarcadora.

Continuo a pensar que a ocupação da Ilha Grande pelo governo argentino é inadmissível antes de ser aprovada a demarcação, e a razão alegada para que se faça entrega imediata não me satisfaz; mas também penso que convém apressar a decisão desse negócio para que se não pense que o governo brasileiro tem interesse na sua procrastinação.

Diz o sr. Assis Brasil:

Em recente conversação, o sr. Rodríguez Larreta, ministro das Relações Exteriores, expôs-me que, pela demarcação das nossas fronteiras a que se procedeu ultimamente, fora atribuída à Argentina a chamada Ilha Grande, no rio Uruguai, quase em frente à cidade de Uruguaiana; que essa ilha tinha estado até então sob o domínio do Brasil, sendo brasileiras as autoridades nela existentes; que, depois da demarcação, essas autoridades se retiraram, não tendo sido até hoje substituídas por outras argentinas, por não haver ainda sido feita a entrega formal da ilha a essa nação; que, valendo-se da falta de polícia, muitos sujeitos de mau viver se têm homiziado naquele território, de onde fazem constantes rapinagens em ambas as margens do Uruguai...

O que neste ministério consta a respeito dessa ilha é o que o sr. general Cerqueira disse em uma notícia anexa ao relatório de 1902. É isto:

Ilha Grande da Saudade

É a primeira que se encontra, saindo de Uruguaiana, rio acima. Dista a sua ponta inferior sete quilômetros dessa cidade.

É a maior de todas as ilhas do Uruguai, desde o Quaraí até o Peperi-Guaçu. É baixa e as cheias a submergem. Divide-se em duas partes, separadas atualmente por um canal de 270 metros de largura e pouco profundo.

Tem poucos moradores, que plantam cereais. Criam aí algum gado. Antigamente, foi coberta de basto arvoredo. Hoje, a mata está devastada.

Há, do lado do canal brasileiro, uma ilhota de 425 metros de comprimento e 30 de largura. A ilhota do canal brasileiro está em frente à boca do arroio Cerrado.

A parte inferior da ilha tem de comprimento 5.950 m, e de largura 800 m. A sua área é de 2.570,832 metros quadrados.

A circunstância de servir a ilha de asilo a malfeitores não é razão para que o governo brasileiro, prescindindo de processo regular, peça ao argentino que ocupe a ilha. O que essa circunstância exige é que se preencham em breve tempo as formalidades necessárias do domínio.

Parece-me que deve haver um ato, baseado na aprovação dos trabalhos, que compreenda todas as ilhas e a demarcação feita em outros pontos.

Segundo a notícia que transcrevi, há na ilha moradores. Talvez convenha indagar como se acham eles ali, isto é, se têm direitos adquiridos legalmente, que devam ser respeitados pelo governo argentino.

A resposta do sr. Assis Brasil depende da decisão que V.Exa. tomar sobre os trabalhos da demarcação.

Secretaria, 21 de março de 1906.

J. T. do Amaral



OFÍCIO DE 07/12/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 7 de dezembro de 1905.

1ª SEÇÃO · N. 56 · RESERVADO

Senhor Ministro,

De conformidade com as instruções que V.Exa. se dignou enviar-me em telegrama parcialmente cifrado, de 5 do corrente, assim concebido:

Rogo mandar notícias general Mitre submarino *Western* sendo grande demora linhas (terrestre). Se bem me lembro filho maior é Mitre y Vedia. Falecendo, dizer logo dia funeral, assegurar em nota pesar com que será recebida notícia no Brasil, mandar coroa flores nome governo, telegrafaremos logo resoluções tomadas.

Dirigi-me novamente à residência do general Mitre e, ciente do seu estado melindroso, respondi logo a V.Exa. nos seguintes termos que confirmo: “General Mitre ainda grave”. Junto envio uma pequena notícia da *Nación* de hoje, dando conta dessa minha visita na qual dei cumprimento ao que me ordenou V.Exa. no referido telegrama.

A palavra agonizante que empreguei em cifra no meu telegrama de 3 exprimia a impressão das pessoas mais íntimas do general, com quem conversei. Entretanto, os fatos provam que estava em erro. O enfermo continua, porém, muito mal e ninguém tem, infelizmente, esperança do seu restabelecimento.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil

OFÍCIO DE 07/12/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 7 de dezembro de 1905.
2ª SEÇÃO · N. 6 · RESERVADO

Senhor Ministro,
Cabe-me confirmar o seguinte telegrama cifrado que tive a honra de dirigir a V.Exa. no dia 2 do corrente:

Veio expressamente de Montevideu amigo pessoal presidente Batlle saber se ministro Fazenda continuava disposto a incumbir-me liquidação dívida, aceitando como base a idéia sugerida ano passado redução juros e pagamento em títulos iguais dívida consolidada. Estão fazendo outras liquidações e conversões. Clientela oficial no fim de cada presidência muito influi ultimar negócios que deixam sempre grandes corretagens.
Momento excepcionalmente oportuno.

A este respeito dirijo ao ministro da Fazenda, por intermédio dessa Secretaria de Estado, a carta anexa, que vai aberta, a fim de que V.Exa. se possa inteirar do assunto.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO DE 07/12/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 7 de dezembro de 1905.
2ª SEÇÃO · N. 50

Senhor Ministro,

Em anexo tenho a honra de remeter a V.Exa. vários retalhos dos principais diários desta capital, comentando a próxima reunião, no Rio de Janeiro, do III Congresso Pan-Americano.

Depois da anunciada visita do secretário de Estado Root, essa notícia tem despertado grande interesse e toda a imprensa argentina considera de grande importância a vinda desse alto personagem, principalmente depois das últimas explicações dadas pelo presidente Roosevelt sobre a nova interpretação da Doutrina Monroe.

A *Prensa* de hoje, em artigo de fundo, sustenta a absoluta necessidade dos delegados sul-americanos levarem instruções expressas sobre esse grande assunto, de maneira a ficar bem determinado o verdadeiro alcance dessa fórmula política internacional.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO¹¹ DE 31/12/1905 - AHI 206/01/14

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 31 de dezembro de 1905.
2ª SEÇÃO · N. 57

Senhor Ministro,
Com referência às declarações feitas pelo ministro das Relações Exteriores, dr. Rodríguez Larreta, sobre a doutrina de Monroe, junto tenho a honra de enviar a V.Exa. um retalho da *Nación* de 29 do corrente, transcrevendo a nota que lhe enviou a propósito o representante dos Estados Unidos nesta capital, mr. de Beaupré.

Ao discutir-se na Câmara a lei de reorganização do corpo diplomático, o dr. Larreta disse que considerava a doutrina de Monroe como “una doutrina de confraternidad entre las repúblicas de este hemisferio”, e expressou-se em termos muito amistosos para com os Estados Unidos.

Essas declarações do chefe da chancelaria argentina foram enviadas por aquele diplomata ao secretário de Estado em Washington e, em resposta, mr. de Beaupré acaba de receber instruções de seu governo para manifestar ao dr. Rodríguez Larreta o apreço do governo americano sobre o mérito de suas idéias.

11 N.E. – Intervenção autógrafa do Barão, em diagonal, perlongando toda a margem esquerda, a começar da altura da saudação: “Acusar o recebimento. Aprecio muito a opinião do dr. Larreta sobre a doutrina de Monroe, que tão útil tem sido para todos os países da América Latina. Aqui no Brasil, infelizmente, alguns dos que promoveram e aplaudiram a intervenção da Marinha de guerra dos Estados Unidos em favor do governo legal, em uma guerra civil, e que, com grande entusiasmo, assentaram a primeira pedra para um monumento a Monroe no Rio de Janeiro, manifestam hoje má vontade e prevenções contra esse governo amigo, no Congresso e na imprensa, e pensam agora como pensava em 1894 o autor da Ilusão Americana”.

Oportunamente, em ofício da 1ª seção, sob n. 23, de 18 de setembro último, tive a honra de remeter a V.Exa. o diário das seções da Câmara dos Deputados com o texto desse discurso.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO¹² DE 03/01/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 3 de janeiro de 1906.
3ª SEÇÃO · N. 2

Senhor Ministro,

Desde que tive a honra de receber o despacho n. 5, 3ª seção, de 4 de agosto último, a que V.Exa. se refere no n. 19, mesma seção, de 21 de dezembro próximo passado, não me descuidei até hoje de reunir os necessários dados para prestar as informações que V.Exa. exigia, relativas à situação da nossa erva-mate na alfândega argentina. Por ocasião de uma visita pessoal que, por esse motivo, logo fiz ao sr. Terry, ministro da Fazenda, prometeu-me este funcionário adotar certas providências práticas tendentes a facilitar a entrada desse produto brasileiro. Tenho repetido várias vezes a minha visita ao Ministério da Fazenda, ouvindo em cada uma delas a repetição da promessa feita, cuja execução se dá

12 N.E. – Logo abaixo da data, à direita, intervenção autógrafa do Barão: “Acusar recebimento”; uma linha abaixo, “Cópia à Fazenda e à Indústria”; e, na linha seguinte, “16 março” .

sempre como muito próxima. Naturalmente, esperava que o prometido fato se produzisse, para preparar e enviar a V.Exa. a minha informação. Diante, porém, da prolongada demora e obedecendo ao que me ordena V.Exa. no citado despacho n. 19, apresso-me a comunicar-lhe que o imposto que tem vigorado ultimamente para a importação da erva-mate é de 1½ centavo-ouro para a erva cancheada, isto é, a que tem sofrido toda a elaboração industrial, menos a moagem; e 3 centavos-ouro para a erva elaborada, isto é, a que está completa e acabada para entrar no consumo.

A diferença de imposto em favor da erva simplesmente cancheada começou no exercício de 1901 e teve por fim favorecer alguns engenhos de moer erva que se estabeleceram no país, nesta capital e Rosário. O governo, entretanto, logo reconheceu que não havia realmente uma indústria ervateira no país e que os moinhos em questão eram máquinas insignificantes, servidas por pessoal diminutíssimo. A medida redundava, em última análise, em usurpar ao Tesouro uma soma anual considerável (que o sr. Terry, em 1904, calculou oficialmente em 430.000 pesos-ouro) em favor de uns poucos negociantes e sem proveito algum para o povo, que continuava a consumir o artigo pelos preços anteriores, se não mais elevados.

Aos países produtores – Brasil e Paraguai – tampouco deixava de ser prejudicial tal distinção entre a erva elaborada e cancheada: o frete desta é muito mais gravado que o daquela, por ocupar o artigo nesse estado muito maior espaço e acarretar muitas partes inúteis, que também aumentam o peso, tudo isso sem falar do golpe sofrido pelos engenhos de elaboração, desde longo tempo existentes nesses países. O Brasil sofre ainda mais, por ter os seus ervais a maior distância e depender de vias de transporte mais penosas que o fluvial, de que se serve o Paraguai.

Trata-se, pois, de uma situação que a ninguém convém, exceto aos poucos moleiros de Buenos Aires e Rosário. Assim o compreendeu o governo, que, depois de ouvir a alfândega desta capital e a inspetoria geral das alfândegas, em decreto assinado pelo presidente Roca e referendado pelo ministro Terry, em maio de 1904, usava destas expressões: “...y prepárese el mensaje y proyecto de lei acordados, para las

primeras sesiones del H. Congreso, poniendo un solo derecho para ambas yerbas”.

Enquanto, porém, o Congresso não resolvia, prevalecia a diferença de direitos. A prática do regime mostrou-se difícil, por não haver um critério positivo para a classificação da mercadoria como cancheada ou elaborada. Para abreviar a essa dificuldade, o ministro da Fazenda enviou, a 3 de maio do referido ano de 1904, uma amostra de erva cancheada para servir de padrão em caso de dúvida. Esse padrão ainda existe e vigora, porque o Congresso, cedendo à influência dos moleiros, não adotou a proposta do Poder Executivo, nem por ela se interessou mais o sr. Terry.

A amostra, ou padrão, referida não tem dado satisfação aos importadores. Não raro se suscitam dúvidas sobre ser ou não cancheada tal partida de erva. Parece realmente que a amostra referida ou sempre foi moída demais, ou tem sido pulverizada por força do contínuo uso. O certo é que os interessados clamavam por um padrão mais liberal, se não por uma forma menos precária de classificação. Nesse sentido é que recebi a promessa do sr. ministro da Fazenda a que acima aludo: prometeu-me S.Exa. mandar usar na alfândega uma peneira de malhas bastante largas para a verificação de toda erva cuja classificação oferecesse dúvidas: a que não deixasse atravessar a peneira mais que uma dada porcentagem de matéria miúda seria considerada cancheada. Essa providência agradaria aos interessados, sendo, como prometeu o ministro, a peneira suficientemente liberal. Até hoje, como digo assim, não se executou a promessa. Quando ela se cumprir, poder-se-á logo julgar da sua maior ou menor utilidade.

A par dessa face da questão, relacionada exclusivamente com a alfândega argentina, há outra que diz respeito ao nosso sistema fiscal e aos interesses dos brasileiros que exploram a indústria e comércio do mate.

Por algum tempo, o estado do Paraná, no intuito de impedir a saída de erva cancheada em prejuízo dos engenhos nacionais, tributou fortemente o artigo sob esta classificação. O resultado foi o grande aumento da exportação do Paraguai e das nossas zonas de Missões (Alto Uruguai e Iguaçu) onde o tráfico pode ser e é feito por contrabando e

só beneficia alguns exploradores estrangeiros, sem domicílio no nosso país. Impressionado por tal resultado, o governo do Paraná estabeleceu uma taxa igual para as duas formas. Esse sistema, que ainda vigora é virtualmente favorável à forma elaborada, pois não é *ad valorem*, e o menor peso e menor volume do produto elaborado lhe confere realmente a vantagem de pagar menos imposto.

Pelos quadros do comércio de erva brasileira com este país, que a seguir ofereço e que extraí dos próprios assentos da repartição das rendas, se vê que há uma espécie de tolerância fixa para a introdução anual da erva brasileira elaborada, quanto que a da cancheada tem aumentado sensivelmente.

IMPORTAÇÃO DA ERVA-MATE DO BRASIL

Elaborada:

anos	quilos	valor em pesos-ouro	renda fiscal, ouro
1900	18.488.077	2.276.048	898.843
1901	20.957.041	2.514.845	1.014.321
1902	22.214.150	2.665.598	1.208.450
1903	18.754.908	2.250.589	1.022.267
1904	20.605.486	2.479.858	876.216

Cancheada:

anos	quilos	valor em pesos-ouro	renda fiscal, ouro
1900	2.849.703	284.971	62.693
1901	1.523.930	152.393	33.526
1902	5.276.570	527.657	142.467
1903	13.340.550	1.334.055	360.295
1904	14.060.530	1.406.053	239.029

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil

OFÍCIO¹³ DE 24/01/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos E. U. do Brasil
Buenos Aires, 24 de janeiro de 1906.
2ª SEÇÃO · N. 4

Senhor Ministro,
Tenho a honra de remeter a V.Exa., em anexo, cópia da correspondência telegráfica trocada entre V.Exa. e esta legação a propósito do falecimento do sr. tenente-general Bartolomeu Mitre, bem como uma cópia do discurso que pronunciei durante a cerimônia fúnebre e exemplares dos principais jornais que se ocuparam dos fatos.

Não era minha intenção fazer discurso, mas não pude fugir a isso, tendo encontrado, ao chegar da praia onde estou passando o verão, o meu nome, com os dos representantes do Chile e do Uruguai, inscrito para esse fim no programa oficial.

As ordens de V.Exa. relativamente ao oferecimento de coroas foram fielmente cumpridas: além da que já havia sido depositada com a legenda “Homenagem do governo e do povo dos Estados Unidos do Brasil”, mandaram-se com a possível brevidade as duas indicadas no telegrama de V.Exa. de 20 do corrente. Foram todas de flores naturais e da melhor qualidade.

Tanto as nossas demonstrações aqui, como as de que veio notícia pelo telégrafo, realizadas aí, parecem terem feito grata impressão nesta república.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil

13 N.E. – Intervenção autógrafa do Barão, em diagonal, à margem esquerda, abaixo da seção: “Acusar o recebimento. Em outro despacho, pedir que recomende ao sr.? a fiel observância do caráter... sobre a colocação de aspas nas citações” [sic].

[*Anexo 1*]Cópia

Buenos Aires, 19 de janeiro, 1906 – sexta-feira, 8 horas da manhã – Ministro Exterior, Petrópolis – General Mitre faleceu hoje 4 horas e quarenta minutos da manhã. (ass^o) Assis Brasil.

•

Petrópolis, 20 de janeiro, 1906 – Ministro brasileiro, B. Aires – Precisamos saber urgência dia do funeral. Presidente telegrafou / presidente Quintana. Apenas recebido o seu telegrama telegrafei nestes termos ao ministro da Guerra e ao da Marinha: tenho o sentimento de comunicar a V.Exa. que faleceu hoje em Buenos Aires, às 4 horas da manhã, o grande estadista argentino general Bartolomeu Mitre, em quem como V.Exa. sabe a nação brasileira perde um grande amigo, sempre leal, tendo ele combatido em 1852 ao lado das nossas tropas e sob o comando do general brasileiro Manoel Marques, depois conde de Porto Alegre, na batalha de Monte Caseros e mais tarde, em virtude do tratado da tríplice aliança de 1 de maio de 1865, que lhe coube sancionar como presidente da República Argentina, tendo exercido efetivamente o comando-em-chefe dos exércitos aliados contra o ditador Solano Lopes desde pouco antes da passagem do Paraná em 16 de abril de 1866 até 9 de fevereiro do ano seguinte assim como de 1 de agosto de 1867 a 13 de janeiro de 1868. Resolveu o sr. presidente da República que no Ministério das Relações Exteriores e nas repartições militares, quartéis e navios de guerra em todo Brasil o pavilhão nacional seja conservado em funeral desde hoje até a tarde do dia do enterro e depois de ouvir a V.Exa. e ao sr. ministro da Marinha resolverá sobre as outras demonstrações que devem ser feitas. Saúdo a V.Exa. com o maior apreço. Assinado Rio Branco. (ass^o) Rio Branco.

•

Buenos Aires, 20 de janeiro, 1906 – 2 horas 25 minutos da manhã – Ministro Exterior, Petrópolis – Funeral general Mitre amanhã domingo à tarde sendo rendidas honras presidente República. (ass) Assis Brasil.

•

Petrópolis, 20 de janeiro, 1906 – Ministro brasileiro, B. Aires – Penso amanhã o funeral, nem há tempo para que mandemos uma missão militar e navios de guerra. Até a tarde amanhã, como Vossência já sabe, o pavilhão nacional será conservado em funeral no palácio Itamaraty, em todas as repartições do Exército, e, amanhã, quartéis, fortalezas e navios de guerra, tanto no Rio de Janeiro quanto nos Estados da União, tendo sido passadas ontem nesse sentido ordens telegráficas aos diferentes comandos. Vossência representará o presidente da República no funeral. Rogo-lhe encomende duas grandes coroas de flores naturais tendo fitas com as cores verde e amarelo. Na coroa maior: “Ao ilustre general don Bartolomeu Mitre. Presidente dos Estados Unidos do Brasil, em nome da nação brasileira”. Na outra: “Ao general Mitre, homenagem de Rio Branco”. E amanhã às 4 horas da tarde hora em que deve sair o féretro, serão prestadas no Rio de Janeiro honras militares ao ilustre morto. Rio Branco.

•

Buenos Aires, sábado 20 de janeiro, 1906 – 5 1/2 tarde – Ministro Exterior, Petrópolis – Funeral general Mitre amanhã domingo 4 horas da tarde. Exéquias terão lugar sexta-feira 26 do corrente. (ass^o) Assis Brasil.

•

Petrópolis, 21 de janeiro, 1906 – Ministro brasileiro, B. Aires – Oficial urgentíssimo – Completando o meu telegrama de ontem, comunico a V.Exa. que, por ordem do presidente da República, as fortalezas de Santa Cruz e de São João, da barra do Rio de Janeiro, e a de Villegaignon, tendo no mastro de sinais o pavilhão argentino a meia, e todos os navios de guerra brasileiros surtos no mesmo porto salvarão em funeral, com 21 tiros, em honra do general Mitre, hoje às 5 horas e 48 minutos da tarde, momento em que serão 4 horas da cidade de Buenos Aires. (ass^o) Rio Branco.

Conforme:

Oscar de Teffé Von Hoonholtz

[*Anexo 2*]

Legação do Brasil

Senhores,

Honrado com a representação especial do magistrado supremo da minha pátria, venho trazer o último adeus e as lágrimas de toda uma nação amiga ao grande homem cujos despojos se restituem hoje à terra que o enobreceu.

Ao indivíduo, como à coletividade, nada deve ser mais grato e consolador que amar aqueles a quem admira. Bartolomeu Mitre teve em vida e terá na morte esse mais raro privilégio humano – ser amado pelos seus admiradores. Esses dois sentimentos reunia o povo brasileiro pelo seu grande amigo e os tributará fielmente à sua memória.

Mitre era um puro. Como homem, como cidadão, como escritor, era honesto e franco. Reconheceu e proclamou sempre os superiores intuitos do Brasil nas suas relações com o Prata, desde o alvorecer das nossas respectivas nacionalidades. A influência do seu poderoso espírito contribuiu mais que nenhum outro fator para o estabelecimento dos sentimentos de cordialidade, que o tempo tem aprimorado, entre o Brasil e seus nobres vizinhos do extremo meridional do continente.

Em épocas de confusão, de anarquia mental e política, ele penetrou com olhar seguro os destinos destes povos. Compreendeu que a sua grandeza e felicidade dependem do maior grau de solidariedade que entre eles se firmar. Quanto ao Brasil, especialmente, o que não havia sido mais que um vislumbre de providência nos dois patriarcas que ele ilustrou na história – San Martín e Belgrano – foi nele convicção e ação.

Por obra sua, os laços de amizade e aliança entre o Brasil e a Argentina adquiriram vigor bastante para resistirem aos inevitáveis atritos de paixões secundárias, aos insultos de circunstâncias fortuitas.

Os grandes gênios são imortais na sua influência para o bem. A memória de Mitre, à qual os povos renderão culto como à de um semideus, será ainda por largo tempo uma das forças mais enérgicas na persecução dos nossos destinos. Assim os estadistas sul-americanos se consagrem com o coração e com o espírito ao aperfeiçoamento do

ideal que ele tão eficazmente serviu – a solidariedade dos povos e das nações pela moral e pelo direito.



OFÍCIO¹⁴ DE 09/03/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil

Buenos Aires, 9 de março de 1906.

2ª SEÇÃO · N. 16

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 12 desta seção e série, tenho a honra de passar às mãos de V.Exa. os inclusos artigos da *Nación* de 26 e 28 de fevereiro último, que se ocupam do projeto de reorganização da esquadra argentina.

Parece que o tipo escolhido para os dois novos couraçados será o de 14 mil toneladas, artilharia de grosso calibre (20 e 30 centímetros) e marcha de 18 a 20 milhas. Quanto às 10 torpedeiras, deverão ter 400 toneladas cada uma e a maior velocidade obtida até agora.

Com três milhões de libras esterlinas pensa o ministro da Marinha fazer essas aquisições.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



14 N.E. – Intervenção manuscrita, à direita, acima da data: “Acusado o recebimento em despacho n. 19 de 07-04-06. Remetido os retalhos à Marinha, em anexo n. 6 de 11-4-06”. Abaixo da data, à direita, intervenção autógrafo do Barão: “Acusar o recebimento. Em reservado cópia do ofício e a dupl. do artigo”.

OFÍCIO DE 15/03/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 15 de março de 1906.

2ª SEÇÃO · N. 1 · RESERVADO

Senhor Ministro,

A morte do presidente Quintana, a cujo propósito envio a V.Exa. por esta mala abundantes notícias extraídas da imprensa, foi para este país um fato de excepcional importância.

Era o finado presidente um dos homens da mais alta representação, dos mais conhecidos e dos mais respeitados desta república. Popular, nunca o foi, porque a sua apresentação era feia e pouco comunicativa. Em compensação, porém, não era tampouco odiado por ninguém. Nesta terra de partidos pessoais, ele, que era e se reconhecia uma personalidade, nunca foi propriamente partidário, senão de si mesmo. Era quintanista.

Nessas condições, aos 70 anos de idade, já combalido pelo mal de Bright, ele, que desde 1873 era aspirante à presidência, foi escolhido candidato pelo partido que exercia o governo, em uma situação de conflitos de ambições em que se lhe pôde aplicar com propriedade: *tertius gaudet*.

Eleito, buscou desde logo fazer política própria. Deu um manifesto de bonitos princípios e organizou um ministério em que não havia uma só personalidade eminente. Pensaram uns que a pobreza da escolha era atribuível à decadência espiritual do novo presidente, outros quiseram ver no fato uma condição para o exercício pessoal do governo, sem o embaraço de resistências ministeriais. Assim também, pela própria escolha do sr. Quintana uns responsabilizaram a incapacidade, outros a astúcia do general Roca. Os deste último parecer justificavam-se com o

fato da eleição de um vice-presidente moço, forte e caracterizadamente adicto ao general.

A terrível enfermidade, cuja existência se procurou sempre ocultar, não permitiu ao sr. Manoel Quintana exercer integralmente as suas funções. O seu governo ressentiu-se de direção determinada e, como é sempre o caso em tais circunstâncias, desagradou ao maior número. Em um país de instabilidade de todas as coisas, como este, não é possível governar sem o apoio da energia material. Essa, todos sentiam que faltava à situação Quintana. De certo tempo em diante, propriamente desde a sedição militar de 4 de fevereiro do ano passado, era visível o temor de uma revolução contra o presidente, não promovida por desmandos, que se não cometiam, mas por ambições que não recebiam repressão eficaz.

É quase certo que a razão de tais receios se tivesse confirmado, se, agravando-se seu mal em meados de janeiro deste ano, o sr. Quintana não tivesse passado o exercício do governo ao vice-presidente, sr. José Figueroa Alcorta. Este tratou de lenir a irritação dos partidos, começando por prometer garantir eficazmente a liberdade de voto nas eleições que iam ter lugar nesta capital, onde uma coligação dos partidos Republicano (mitrista) e Autonomista (pelegrinista) se formara para combater os candidatos oficiais.

Feriu-se a luta eleitoral no último domingo, 11 do corrente. Venceu a coligação por grande maioria, como era de esperar, tendo a combater oficialistas abandonados pelo oficialismo. Na madrugada do dia seguinte, 12, expirava o presidente. A mutação foi completa. De uma grande desgraça surgiu a maior felicidade.

Muitas das próprias pessoas que estimavam sinceramente o sr. Quintana, tiveram inegável sentimento de alívio com o seu desaparecimento. Era um homem bom, cuja existência fazia o mal. Essa é a verdade que não devo ocultar de V.Exa., embora me pese reconhecê-la.

O sr. Figueroa Alcorta, empossado da presidência pelo resto do período – cerca de cinco anos – acaba de aceitar a demissão que lhe ofereceram todos os ministros e de nomear o novo ministério, cuja

lista vai entre os impressos a que já aludi. Nesse ministério, em que a coligação entrou por metade, não figura um só dos homens que prestigiavam a política que se atribuía ao extinto presidente. Há porém, alguns amigos do general Roca, notadamente o sr. Quirno Costa, que foi vice-presidente com ele.

Nós ganhamos com a mudança. O ministro das Relações Exteriores demissionário era um moço estimável e muito cortês, mas não podia negar a sua origem: é um *blanco* uruguaio adaptado a este país, como há muitos. O que entra em lugar dele era um dos chamados assessores nomeados para o estudo do arbitramento entre Peru e Bolívia. É também jovem e goza de reputação de inteligente, trabalhador e modesto. Para a pasta da Guerra vem o nosso velho amigo general Luís Maria Campos, homem excelente, que lidou no Paraguai ao nosso lado e faz justiça às nossas virtudes. O ministro do Interior é um estadista provector, despretensioso, com quem tenho íntima amizade desde que aqui vim pela primeira vez, há quinze anos.

Para a questão do arbitramento entre a Bolívia e o Peru, na qual não somos parte, sendo, entretanto tão interessados, creio que ficamos na atual situação muito melhor do que estávamos na que passou.

É de sentir apenas que seja um dos pró-homens da coligação o sr. Roque Sáenz Peña, feito ultimamente general pelo Peru e grande amigo dessa nação.

Tenho a honra de renovar a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO DE 29/03/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 29 de março de 1906.

2ª SEÇÃO · N. 2 · RESERVADO

Senhor Ministro,

Cumpro o dever de confirmar o seguinte telegrama, em parte cifrado, que tive a honra de expedir ontem a V.Exa.:

Montes de Oca mostrou-se-me magoado oposição Nabuco e chileno inclusão programa congresso propostas sobre arbitramento e doutrina Drago. Quanto ao primeiro se contentaria com mera expressão desejo nações resolvessem por esse meio suas contendas. Quanto à segunda diz bastaria adoção moção para ser oportunamente apresentada Haia. Afirma todos outros representantes latino-americanos e Root concordam. Muito conviria com prazer de algum modo. Falta cordialidade poderia influir julgamento arbitral Peru-Bolívia. Ministro disse-me ter convidado delegado Drago e Roque Sáenz Peña, que ainda não decidiram. Jornal *Prensa* aludindo dificuldades criadas à Argentina, insinua não comparecer congresso.

Em anexo tenho a honra de enviar a V.Exa. alguns artigos dos jornais *La Prensa* e *La Nación* desta capital, referentes ao mesmo assunto.

Decidi-me a telegrafar a V. Exa nos termos acima transcritos depois de uma larga conversação que entretive, no dia 20 do corrente, com o novo ministro das Relações Exteriores, sr. Montes de Oca, sobre o tema geral das relações entre os nossos dois países e, particularmente, sobre o próximo Congresso Pan-Americano. Além do que referi pelo telégrafo, disse-me ainda o sr. ministro, que estranhava tanto mais a oposição do nosso embaixador à inclusão das propostas argentinas

no programa da futura conferência, quanto era certo haver-lhe informado o ministro argentino em Washington que o sr. Nabuco se lhe havia previamente manifestado favorável a elas, mostrando-se depois contrário, em harmonia com o ministro do Chile; que a parte relativa ao arbitramento não levava intenção alguma contrária aos interesses do Chile, nação com a qual a Argentina tinha entrado numa era de definitiva amizade; que tal posição poderia ser formulada no programa em termos genéricos, doutrinários, sem obrigação jurídica para nação alguma e apenas em homenagem a um princípio que dia-a-dia se torna mais respeitável pela sanção que lhe têm dado quase todas as potências do nosso continente, sem exclusão do próprio Chile; que a proposição relativa à cobrança *manu militari* das dívidas dos Estados, ele próprio não era de parecer que fosse adotada pelo Congresso Pan-Americano, o qual, representando precisamente as mais suspeitas dentre as nações devedoras, não teria autoridade moral para sentar uma doutrina que a malevolência faria passar como proteção ao calote; que, por conseguinte, os delegados argentinos se limitariam a propor que o congresso aconselhasse as nações nele representadas a apresentar ou defender – sendo apresentada por outrem – a doutrina de que as dívidas de nações soberanas para com particulares só são exigíveis perante as justiças dessas mesmas nações.

Para conhecer o grau de apego deste governo às suas citadas idéias, observei ao sr. Montes de Oca (depois de assegurar que a posição do sr. Nabuco não seria provavelmente apenas quanto à forma ou redação das propostas e que, em todo o caso, não poderia fundar-se em má vontade contra a Argentina, cujos interesses eram idênticos aos nossos) observei, dizia, que seria talvez impossível obter do congresso declarações nos sentidos desejados, sem necessidade de fazer figurar no programa as proposições que estavam levantando dificuldades. Respondeu-me vivamente que fazia questão da admissão das suas propostas no programa. Fiz-lhe notar que talvez a susceptibilidade do Chile, que já se opôs à entrada do número relativo ao arbitramento no programa da última conferência – a do México – fosse o principal obstáculo que encontrasse o ministro argentino em Washington: talvez o Chile considerasse o caso como intencionalmente criado para a questão de Jana e Arica.

Replicou-me que o Chile não poderia ter tal suspeita, diante dos termos genéricos da proposição, etc.. A insistência do sr. Montes de Oca em repetir-me, quase pelas mesmas palavras, as mesmas razões – diante de observações variadas que lhe fiz – acentuou a minha convicção de que a proposta do arbitramento, se não tem por fim ofender o Chile, tem o de agradar o Peru, o que dá no mesmo; e a proposta da chamada doutrina Drago parece explicar-se pelo orgulho nacional: a Argentina quer ter também a sua doutrina. Entretanto, apesar do pouco que têm de simpáticas as inspirações das duas propostas, continuo a pensar que é da maior importância para nós, senão achar um meio de apoiar sua admissão em qualquer forma conveniente, ao menos sair do embaraço, não deixando rressaibo de mágoa contra nós no ânimo do governo e do povo deste país.

Como digo a V.Exa. no telegrama, que confirmo, a existência da maior cordialidade entre os nossos países – sempre desejável – é agora de substancial ponderação. Assim pensando e conhecendo, pela história e pela própria experiência, que as nações se movem mais por interesses que por sentimentos, creio ser da maior conveniência alimentarmos por fatos o nosso comércio de amizade com este país. Boas palavras e cortesias não bastam: é preciso entretermos com alguma coisa de positivo a cordialidade necessária. Nesse sentido, conversei longamente com o sr. Montes de Oca e tive o gosto de encontrar acolhimento caloroso às minhas palavras. Disse-lhe que V.Exa., profundo conhecedor dos antecedentes históricos e das conveniências presentes dos nossos países, era grande partidário da maior aproximação entre o Brasil e a Argentina e que esse critério continuaria na nossa alta diplomacia, ainda que V.Exa. não continuasse no governo, o que não era de esperar. Fiz-lhe ver que nós nunca poderíamos repudiar a amizade com o Chile, mas que, estando em maior contato com a Argentina, era com ela que tínhamos verdadeiros interesses; que, entretanto, os nossos sentimentos para com o Chile poderiam ser da mais benéfica influência para cimentar e garantir a união entre as três nações verdadeiramente significantes na nossa América. Disse que tinha de V.Exa. apenas instruções gerais para propiciar tudo quanto fosse de natureza a estabelecer a mais forte aliança entre os nossos dois países, mas que não julgava interpretar mal

os sentimentos do meu governo, afirmando que ele estaria disposto a entrar em uma combinação, talvez não escrita solenemente em tratado, mas tão firme como se o fosse, para marcharmos de concerto em mais de uma causa substancial. Assim, pelo lado comercial, temos campo claramente delineado para um acordo que permita mais intensa troca de produtos peculiares a cada país – podendo, por exemplo, o Brasil admitir livre o trigo em troca da liberação do tabaco, da erva-mate e do café – e isso por meio de disposições gerais, que não representassem exceção ou favor. Ainda na ordem comercial, mas já nas fronteiras da política internacional, poderíamos exercer ação combinada para obrigar os nossos bons vizinhos do Uruguai a abolir o contrabando oficial que de Montevidéu se faz em estupenda escala para os dois países. Finalmente, além de mil outros distritos dos interesses internacionais, em que poderíamos e deveríamos cooperar, há sobre todos o interesse da defesa comum. Não seria melhor – já que sabemos que não há probabilidade de nos encontrarmos como inimigos – que nos armássemos sob o ponto de vista da possibilidade de unirmos as nossas forças por alguma causa comum, por hipotética que pareça? Em vez de alimentar vaidades nacionais, querendo cada nação ter a vanglória de possuir mais poderosos elementos que a outra, era preferível organizar cada uma as suas forças sob prévia combinação com a vizinha e aliada. Esse grande passo, que talvez não seja urgente quanto às forças de terra, parece sê-lo desde já quanto às de mar. O Brasil, a Argentina e o Chile poderiam formar uma grande esquadra. Não faria mal que se soubesse que os três grupos de navios formavam intencionalmente unidade. Bastaria deixar claro que a combinação era simples efeito da cordialidade existente entre os três países, que não tinha por objetivo movimento algum ofensivo. As vantagens práticas para os três países seriam numerosas; mas estas duas sobressaem com evidência: economia de dinheiros, pela cessação da competência; bem estar de espíritos, pela terminação das rivalidades.

Como acima digo, o sr. Montes de Oca aplaudiu calorosamente essas expansões, garantindo-me que, no presente governo tais idéias encontrariam grandes simpatias. Disse-me, ainda, que desejava muito

um acordo comercial conosco e que julgava necessária qualquer ação conjunta para pôr cobro ao contrabando uruguaio, mas que lhe repugnaria qualquer gênero de pressão contra a república vizinha, com o que me apressei a concordar.

Antes de me despedir, insinuei-lhe a conveniência de serem os delegados argentinos ao Congresso Pan-Americano devidamente instruídos desde já para estarem o mais possível de acordo conosco, entrando em combinação prévia sobre qualquer declaração de importância que tenham de fazer em propostas ou discursos, prometendo nós a devida reciprocidade. O sr. ministro conveio em que seria escandaloso apresentarmos-nos desunidos nessa conferência.

Esta observação pareceu-me conveniente, em vista do caráter de cada um dos dois cavalheiros apontados para delegados e que, parece, serão nomeados. O sr. Roque Sáenz Peña, que já foi delegado ao primeiro congresso – o de Washington – onde se revelou pouco benevolente para com os Estados Unidos, é homem ambicioso, eivado da preocupação de idéias independentes e aspirante passado e futuro à presidência da república. Serviu com as forças peruanas contra o Chile, na guerra do Pacífico, pelo que acabam de nomeá-lo general no Peru, donde recém-volta vitorioso. Essa circunstância pareceria uma péssima indicação para a escolha atual e não será estranho que o Chile faça sobre ela observações que talvez demovam este governo. Quanto ao sr. Drago, tem apenas contra si a suspeição de amor próprio pela sua doutrina, o que só será um mal se ela tiver de ser impugnada.

Finalmente, em relação à eventualidade do não-comparecimento da Argentina, a que se refere o incluso retalho da *Prensa*, sondando o ânimo do sr. Montes de Oca, sem o interpelar diretamente, ouvi dele que não tinha solidariedade alguma com tal publicação; mas fiquei com a impressão de que a hipótese do não-comparecimento não era de todo inepta.

Reitero a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



CARTA¹⁵ DE 05/04/1906 - AHI 816/04/03

Buenos Aires, 5 de abril de 1906.

Exmo. e Prezado Amigo Sr. B. do Rio Branco,
Sempre tive imenso desejo de ir ao Paraguai. Poderia dar agora um pulo ali e fazer alguma coisa junto do governo pela nossa posição no Pan-Americano. Se V.Exa. vir utilidade disso, dê-me as suas instruções e mande-me. Assim me poupará um pedido de licença que seria ruinoso, dadas as condições do que chamam a vida em Buenos Aires.

Com as nossas mais afetuosas lembranças à gentil Hortência, sou sempre

Seu amigo e admirador
que muito lhe quer,
J. F. de Assis Brasil



CARTA¹⁶ DE 12/04/1906 - AHI 206/02/01

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Legação do Brasil

Buenos Aires, 12 de abril de 1906.

Prezado Chefe,

O primeiro secretário desta legação tem estado de cama estes últimos dias e eu mesmo tenho andado indisposto; foi-nos por isso impossível preparar em tempo a mala para o paquete que largará amanhã cedo

15 N.E. – Carta manuscrita no papel timbrado de Assis Brasil: um mapa do Brasil inserto num coração e a divisa *In corde potius quam in nomine*.

16 N.E. – Documento datilografado. Intervenção manuscrita no topo do papel, à direita: “Recebida 12 maio 1906 à noite”.

para o Rio. Mandarei o saco apenas com alguns impressos, uma parte apenas dos que indica V.Exa. no seu recado telegráfico de 7 do corrente. Logo que o recebi fui ao *Ministerio de Relaciones*, com cujo bibliotecário tenho feito boa amizade. Depois de uma negativa formal, baseada no fato de estarem absolutamente esgotadas as publicações em questão, obtive do amável bibliotecário que mandasse dar uma busca na arrecadação. Dela resultou o material que remeterei amanhã, entre o qual certamente não se achará o de que V.Exa. mais precisa. Resta o recurso de V.Exa. me dizer que quer, a fim de eu extrair dos arquivos oficiais o que for. Arquivos do ministério, porque o desta legação, como o de quase todas, é deficientíssimo, pouco menos que inútil. Também tenho indagado dos possíveis alfarrabistas a quem recorrer. Já me indicaram dois, que procurei ontem e hoje, por enquanto em vão, mas que me não desenganaram de todo.

Ontem, quarta-feira, dia de recepção do ministro, fui à Casa Rosada ver o sr. Montes de Oca, com o principal objeto de recolher impressões para transmitir a V.Exa. pelo fio e pela mala de hoje. Não o encontrei. Andava pelos arredores da cidade a visitar instituições pias, na sua qualidade de Ministro do Culto. Desde o princípio da semana todo o governo está virtualmente em férias. Não posso, pois, infelizmente, adiantar coisa alguma ao que disse no meu último ofício reservado, relativamente ao estado de espírito do sr. Montes de Oca. Quanto à situação geral, permanece a mesma: um ferro mortal pelos nossos inocentes êxitos e o mais cordial desejo de que a conferência do Rio não se realize, ou seja aguada. Entres outros homens eminentes que tenho visitado e cujos sentimentos tenho procurado sondar, vi, há poucos dias, don Carlos Pellegrini, o ex-presidente, com quem tenho bastante e antiga familiaridade. É o homem público de mais representação do país. O seu prestígio experimentou recentemente sensível expansão com a vitória na capital do partido que ele dirigia contra os elementos do finado presidente Quintana. Conversamos muito sobre as relações entre o Brasil e a Argentina. Achei-o muito mais orgulhoso do que antes era, relativamente aos destinos do seu país. Condenando, embora, por palavras os causadores de atritos entre as duas nações, pareceu-me

imbuído dos mesmos “ciúmes” e outras parvoíces que lavram entre o vulgo e que a indiscreta leviandade da imprensa de lá e de cá não deixa arrefecer. Pellegrini mostrou-se-me muito a par da situação relativamente à hipótese de comparecimento ou não da Argentina no congresso do Rio. No fim da nossa conversação sobre este objeto, resumiu assim o seu modo de pensar:

No tenemos el más mínimo interés en ir al congreso, como a ningún otro de ese genero; si vamos, como espero, será exclusivamente por deferencia al Brasil y para que los mal informados no digan que estamos desechados por la elección de Rio, en vés de Buenos Aires, para sede de la conferencia.

Disse-me ainda que não tem falado ultimamente com o sr. Montes de Oca e prometeu-me aconselhar-lhe o comparecimento. A minha opinião é que, apesar das reservas mantidas e do que se autoriza a imprensa a publicar, a Argentina irá ao congresso, ainda que com a pior vontade. Entretanto, não direi que ponho por ela a mão no fogo.

Acabo de ser avisado de que os vapores francês e inglês, anunciados para amanhã, deixaram a partida para domingo, 15, em virtude das dificuldades que a sexta-feira santa ofereceria aos passageiros. Interrompo esta aqui, para continuar sábado, se houver alguma coisa de novo.

Sábado, 14. O recolhimento de tudo e de todos nestes últimos dias de semana santa, em que até os jornais desaparecem, não me permitiu obter novidade alguma para comunicar a V.Exa., depois que interrompi esta, anteontem. Poderia fazer ainda algumas considerações sobre as causas da má vontade reinante contra nós, mas não são urgentes e podem ser feitas com mais segurança quando eu aí for. Fico, pois, por aqui, repetindo-me.

De V.Exa.

Att.º vn.ºr e amigo muito obrigado
J. F. de Assis Brasil

p.s. Pela sua correspondência telegráfica e por artigos de *A Notícia*, noto que causou impressão o fato de haver o sr. Montes de Oca declarado que se contentava com a admissão do arbitramento e doutrina Drago como simples moções para serem levadas à Haia e mostrar-se o mesmo mais tarde desgostoso com o programa de Washington, que estabeleceu isso exatamente. Pode V.Exa. estar certo de que a contradição é toda do sr. Montes de Oca. As minhas informações foram sempre fielmente transmitidas logo depois de com ele me entender, com a memória perfeitamente clara a respeito de quanto havíamos tratado. Pena foi que o nosso embaixador não percebesse em tempo que estávamos diante de um novo caso do lobo e o cordeiro: fora melhor não objetar a coisa alguma do que propunha a Argentina, deixando que o fizesse apenas mr. Root. Tínhamos ainda a nosso favor a feliz idéia de havermos declarado previamente não fazer questão de programa.

Espero ver o ministro antes do dia oficial – quarta-feira – e telegrafar a V.Exa. o que de notável se der na entrevista.



MEMORANDO¹⁷ DE 14/04/1906 - AHI 206/02/01

Ao Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação do Brasil
B. Aires, 14 de abril de 1906.

Memorandum

Não esqueça V.Exa. que tenho de dar alguma solução ao presidente Batlle sobre as aberturas que me fez para a liquidação da dívida. Essa solução poderá ser: que o governo não quer agora ocupar-se do caso.

17 N.E. – Intervenção manuscrita no topo do papel, à direita: “Recebida 12 maio 1906 à noite”.

Mas seria desagradabilíssimo para mim responder às repetidas perguntas do presidente que não obtenho resposta do meu governo, por mais que lhe escreva e telegrafe, e isso depois de haver comunicado mais de um telegrama de nosso amigo Bulhões, prometendo para breves dias a remessa das instruções. Sei quanto V.Exa. está ocupado; mas não é possível que eu continue nesta situação: em último caso pode, como acima digo, autorizar-me a dar a negociação por suspensa.



OFÍCIO DE 19/04/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 19 de abril de 1906.

2ª SEÇÃO · N. 5 · RESERVADO

Senhor Ministro,
Tive a honra de expedir ontem a V.Exa. o seguinte telegrama, em parte cifrado, que confirmo:

Tive boa impressão visita hoje ministro. Confio não se absterá. Artigos jornais transmitidos para cá por telégrafo, atribuídos fonte oficial, fazem mal efeito. Conviria obter imprensa amiga não aludir possível abstenção argentina.

Desde o fim da Páscoa não me tinha sido possível ver o sr. Montes de Oca, que, como disse a V.Exa. em carta de 12 do corrente, não compareceu na Casa Rosada, na última quarta-feira, dia ordinário de recepção diplomática. Ontem fui mais feliz. Quando entrei por uma

das extremidades do longo salão, o ministro conferia ainda na outra com os srs. Luiz Maria Drago e Roque Sáenz Peña.

Veio a mim com ar risonho, exclamando:

– Acabo de despedir a los doctores Sáenz Peña y Drago, nuestros delegados al Congreso Pan-Americano. Ya ve V.S. si me ocupo de ese asunto, a pesar de todo lo que dice la prensa de Rio. ¿Sabe que estoy lo más enojado con esa prensa? ¿De donde habían sacado la noticia de las intenciones que me atribuyen?

E acrescentou logo que *enojado* era apenas um modo de dizer; que sabia quanto as folhas públicas eram irresponsáveis pelos verdadeiros sentimentos dos governos; que estava seguro de que o governo brasileiro nunca teria duvidado da boa vontade do argentino, nisto e em tudo quanto contribuísse para a nossa honra; que as suas reservas relativamente ao comparecimento eram naturais, diante da conveniência de bem organizar o respectivo programa, condição de êxito da conferência; que, como era de esperar, o tempo decorrido tinha clareado mais e mais a situação e neste momento tudo indicava que a Argentina não deixaria de comparecer. Disse-me ainda, em uma das rápidas observações com que fui acompanhando as suas palavras, que tinha agora melhor impressão da atitude do sr. Nabuco, que realmente esteve sempre fiel ao critério, adotado pelo Brasil, de não fazer questão de programa. A sua maior queixa agora é contra o embaixador do México, que parece que resiste à modificação do programa. Dizendo eu que não era de supor que o México tivesse algum especial no congresso, respondeu-me que talvez não fosse assim, e acrescentou *sotto voce*:

– Tenho minhas suspeitas que o México desejou fazer fracassar o congresso.

Na alusão às expansões da imprensa do Rio, vi claramente que o sr. Montes de Oca partilha a opinião de toda a gente aqui de que certos artigos que aí têm aparecido são oficiais ou oficiosos. Os da *Notícia* principalmente. Tenho razões para suspeitar que o sr. Gorostiaga tem informado o seu governo de que algum desses escritos é obra pessoal de V.Exa. Tomei o partido de não entender as alusões – aliás, delicadíssimas

e feitas em tom de prazenteira intimidade – que nesse sentido fez o sr. Montes de Oca. Apenas, algum tempo depois de mudada a corrente da conversação, aludi por minha vez à minha velha simpatia (no que não menti) por este país e à grande conveniência para as nações de manterem junto dos governos estrangeiros agentes diplomáticos que vissem as cousas com benevolência e com elevação de espírito, produzindo uma situação de cordialidade, tão útil em todos os sentidos quanto é lamentável e perigosa a irritabilidade criada pelo pessimismo sistemático quanto às coisas e pessoas dos países onde estão acreditados, que alguns chefes de missão confundem com zelo patriótico. E terminei :

– Seja o que for que diga a imprensa mais ou menos irresponsável, sejam quais forem as informações que aqui cheguem sobre fatos minúsculos, a grande verdade é que o Brasil deseja e pratica uma política de crescente aproximação, especialmente para com as repúblicas do sul e o sr. Rio Branco, que vê as coisas com olhos de estadista, compreende o fecundo alcance dessa política e nunca deixará de a evidenciar por obras, chegada a oportunidade. Isso é o essencial e é só o que deve impressionar quem tem a alta responsabilidade de V.Exa. (Montes de Oca); as pequenas intrigas de bastidores, sejam trazidas por quem forem, não devem ter a menor influência na marcha dos negócios.

Aprovou muito quanto eu disse e começava a explicar que nada de mal lhe havia sido comunicado..., quando desviei violentamente o rumo da conversação, perguntando o que havia sobre o falado adiamento da conferência de Haia. E apressei-me a dar as notícias que sabia transmitidas telegraficamente por V.Exa..

Neste ponto, o sr. Montes de Oca, interpelado por mim, deu-me uma explicação que talvez interesse a V.Exa. conhecer. Disse-me que nunca mandou pelo sr. Gorostiaga propor a V.Exa. um verdadeiro adiamento do congresso do Rio; apenas mandou ponderar a conveniência de o convocar para uma semana ou duas além dos fins de julho, aproveitando-se esse tempo, senão em obter perfeito acordo sobre o programa, ao menos em combinar previamente a ação a observar nos trabalhos.

Durante toda a entrevista, que se prolongou mais de meia hora, notei grande melhoramento nas disposições do sr. ministro das Relações Ex-

teriores. Não me disse ainda definitivamente que mandaria delegados ao Pan-Americano; antes manteve as suas anteriores reservas e aludiu várias vezes às modificações do programa que vão ser tratadas sábado próximo pela comissão do *Bureau of the American Republics*; mas, em suma, só tive motivos para confirmar o meu constante pressentimento de que – com qualquer programa – a Argentina não deixará de comparecer.

Na já aludida carta¹⁸ de 12 do corrente, dei conta a V.Exa. da entrevista que tive com o sr. Pellegrini e da promessa que ele me fez de influir no sentido da maior aproximação entre os nossos países, começando pela concorrência da Argentina ao congresso do Rio e pelo possível acordo prévio com o Brasil sobre as mais importantes matérias a serem discutidas nele. Depois dessa entrevista, o sr. Pellegrini me tem escrito duas vezes, muito amavelmente, comunicando-me dados relativos a questões econômicas de que tratamos; mas ainda não o tornei a ver, não me havendo ele encontrado em casa quando me devolveu a visita. Não tenho, pois, informação de haver já ele falado, como me prometeu, ao presidente e ao ministro das Relações Exteriores. Parece-me, porém, muito evidente a influência desse eminente estadista no estado de espírito do sr. Montes de Oca. Entre outras razões para essa crença, tenho a que se deduz do final da minha conferência com o sr. ministro, como vou referir.

Eu tinha falado ao sr. Pellegrini – com as naturais reservas e como coisa minha – da conveniência de uma combinação entre o Brasil, a Argentina e o Chile para a organização das respectivas forças navais, sob o ponto de vista de que elas deviam ser aptas para fazer junção em determinado momento formando uma grande esquadra com perfeita unidade. Exatamente a mesma matéria que já expus a V.Exa. no meu ofício reservado n. 2, desta Seção, de 30 de março deste ano. Fiz-lhe ver que era uma velha idéia minha, que já fiz objeto de uma extensa comunicação ao meu governo, há cerca de seis anos, quando exercia o meu cargo em Washington. Seria um plano inteiramente novo de cul-

18 N.E. – Intervenção autógrafa do Barão, à margem direita deste parágrafo: “Não recebi até agora. 27 ab[ril] este cor.”.

tivar a cordialidade entre estes países, baseada sobre interesses positivos e não sobre meras frases e cortesias, que esses mesmos interesses não raro destroem no dia seguinte. Lucrariam as três nações em abolir um motivo – e muito coxo – de estéril rivalidade e em economizar dinheiro e fluido nervoso no *steeply chase* pela superioridade naval. Devemos supor que estes países nunca se hão de encontrar como inimigos; tampouco é de esperar que façam as suas frotas junção, como aliadas contra algum inimigo comum; entretanto, o puro fato da existência de tal *entente* – que poderia progredir gradativamente até as raias da verdadeira aliança – só poderia aumentar a soma de prestígio de todas elas em relação a este continente e ao mundo. Perigo de que os Estados Unidos vissem no fato intuitos suspeitos? Não seria natural: 1º, pela indiscutível superioridade em que, apesar de tudo, a república de Washington permaneceria comparada com a liga do sul; 2º, pela segurança que a diplomacia das três repúblicas lhe daria de que as suas forças, delas, só poderiam operar em linha paralela com as norte-americanas, especialmente na sustentação do princípio de que não é admissível a extensão do domínio ou do sistema europeu no Novo Mundo. Observei ainda ao sr. Pellegrini que a realização dessa idéia seria o início de muitas outras medidas tendentes a estreitar por verdadeiros elos positivos e sólidos a cordialidade tão conveniente entre vizinhos – talvez medidas comuns contra o contrabando, quem sabe se reciprocidade para a livre cabotagem, quiçá um próximo começo de franca permuta de produtos nacionais. Sem mostrar grande entusiasmo pelo que ouvia, o sr. Pellegrini prestou-me muita atenção e disse, com acento de sinceridade, que tais preocupações eram dignas da maior consideração e que ele seria sempre partidário de tudo quanto permitisse à Argentina tirar o sentido de possíveis conflitos internacionais e dedicar-se exclusivamente ao seu desenvolvimento.

– Cada dia de paz – disse – é para nós uma batalha ganha, tal é a energia de nosso progresso quando nos deixam tranqüilos. Por isso fui contrário à guerra com o Chile. O Chile só em um campo poderia realmente competir conosco: só no campo de batalha. O tempo é nosso aliado. E quando ele tiver corrido suficientemente, já não haverá

hipótese de conflito, porque não será da conveniência do Chile, nem da nossa utilidade.

Quando me despedia do sr. Montes de Oca, ele pediu-me para demorar e, recordando-me a conversação que em tempo eu tinha provocado sobre este objeto, disse-me que tinha refletido muito sobre ela e que ultimamente se comunicara sobre o assunto com o sr. Vergara Donoso, ministro do Chile aqui, o mesmo que, como secretário de Negócios Estrangeiros, tratou em definitivo com a Argentina os felizes arranjos da paz. Informou-me, mais, de que o sr. Donoso iria à Casa Rosada trocar idéias, no sábado próximo e que era possível que eu fosse brevemente convidado para o mesmo fim.

Fez-me também sentir que simpatizava muito com a idéia, mas que não conhecia sobre ela o modo de pensar do presidente, nem mesmo do ministro da Marinha. Felicitei-o pela excelente inspiração, repeti – que eu igualmente não podia oferecer mais que a minha predileção pessoal, por ignorar absolutamente a do governo, e retirei-me um tanto desvanecido do eco benéfico que me pareceu sentir da minha troca de idéias com o sr. Pellegrini.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO DE 26/04/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 26 de abril de 1906.
2ª SEÇÃO · N. 25

Senhor Ministro,
Ontem pela manhã, tive a honra de receber o seguinte despacho telegráfico ostensivo de V.Exa.:

Como sabe, os representantes em Washington das repúblicas do nosso continente, devidamente autorizados, resolveram que a terceira conferência internacional americana se realize na cidade do Rio de Janeiro em 21 de julho próximo. O programa dos trabalhos, aprovado segundo instruções recebidas pelos mesmos representantes, já deve ter chegado ao conhecimento dos governos interessados. Estando próxima a data da reunião, queira por nota convidar em nome do governo brasileiro o dessa república para que tome parte na conferência, pedindo ao mesmo tempo que, se, como tanto desejamos, puder aceitar o convite, lhe declare quais os delegados ou delegado que venha a nomear.

Preparei imediatamente a nota referida neste despacho e fui levá-la pessoalmente, às três horas da tarde, ao sr. Montes de Oca, aproveitando a circunstância de estarmos em uma quarta-feira, dia consagrado à recepção do corpo diplomático. Depois de trocar algumas palavras com o sr. ministro, verificando as suas boas disposições quanto à cooperação da Argentina na conferência do Rio de Janeiro, apresentei-lhe a nota. Esta resume-se na transcrição do essencial do telegrama de V.Exa. e termina por estas palavras:

Dispensso-me de apresentar quaisquer considerações ao despacho te-

legráfico que acabo de transcrever, o qual deixa bem claro o interesse que o meu governo liga à cooperação desta ilustrada nação amiga para o maior lustre da conferência do Rio de Janeiro.

Recebendo-a, o sr. ministro manifestou-me a sua satisfação, autorizou-me a comunicar a V.Exa. que, sem dúvida, a Argentina não deixaria de comparecer, tendo sido desvanecidos os seus escrúpulos anteriores pelas ressalvas feitas no programa por mr. Root, com apoio dos outros membros da comissão de Washington, e terminou por assegurar que só demoraria a sua resposta oficial até receber o texto do referido programa. Nesse sentido telegrafei logo a V.Exa. nos seguintes termos:

Recebi telegrama de 24. Levei pessoalmente nota. Autorizou anunciar aceitação, embora demore resposta oficial por não ter ainda recebido texto programa. Se V.Exa. tem esse texto agradecerá remetesse. Abreviaria decisão.

Antes de me despedir do sr. Montes de Oca, procurei saber a natureza e forma precisas das declarações de mr. Root, com o assentimento da comissão do programa, a que acabo de me referir. Respondeu-me que se tratava de uma declaração em ata, pela qual se reconhecia que os vários números do programa não deviam ser tidos como conclusões a serem aceitas ou rejeitadas por sim ou por não; mas sim, eram teses sobre as quais seria lícita a mais ampla discussão e deliberação.

Hoje tive a honra de receber de V.Exa. a seguinte resposta ao meu último telegrama: “Texto devia vir pelo *Tennyson* segundo aviso Nabuco, mas não chegou. Logo receba remeter-lhe-ei um exemplar.”

Juntando, anexos a este ofício, alguns retalhos de jornais portenhos, que tratam da próxima Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro, reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil

OFÍCIO¹⁹ DE 03/05/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 3 de maio de 1906.
2ª SEÇÃO · N. 27

Senhor Ministro,
Cumpre-me confirmar o seguinte telegrama que, a 28 do mês passado, tive a honra de dirigir a V.Exa.:

Enquanto espero resposta de V.Exa. sobre consulta relativa Ilha Grande em frente Uruguiana, concordei com este governo que sub-prefeitura do Uruguai exerça vigilância provisória sobre esse território, uma vez verificado fato autoridades brasileiras haverem-no abandonado e até que sejam aprovados por ambos governos trabalhos demarcação. Decisão era urgente. Ilha tornou-se coto malfeitores nocivos dois países

Tenho a honra de reiterar a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



19 N.E. – Acima da data, à direita, intervenção manuscrita: “Acusado o recebimento em despacho n. 24 de 19-05-06”. Abaixo da data, à direita, prolongando-se para a margem, intervenção autógrafa do Barão: “Aprovado o seu ato. Tratamos de apressar o exame e aprovação das plantas, esperando que do mesmo modo proceda o governo argentino para que se proceda à troca dos atos de aprovação”.

TELEGRAMA DE 14/05/1906 - AHI 816/04/03

Ao Exmo. Sr. José Leopoldo de Bulhões Jardim
Ministro da Fazenda

Buenos Aires, 14 de maio de 1906.

Recebi proposta bases aceitáveis, em princípio. Peço ser chamado aí com [c]onse[n]timento Exterior a fim de expor minudências receber decisão lembrando-se da outra parte que mostra crescente interesse não perder curto prazo oportunidade como tenho explicado. Poderia estar aqui de volta em quinze dias.

Assis Brasil



OFÍCIO²⁰ DE 14/06/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 14 de junho de 1906.
2ª SEÇÃO · N. 36

Senhor Ministro,
Em aditamento ao ofício n. 31, de 6 do corrente mês, tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Exa. que, segundo os jornais desta manhã, foram nomeados por decreto de ontem os drs. Joaquim V. Gonzales,

20 N.E. – Acima da seção, à esquerda, intervenção manuscrita: “Acusado recebimento em 25-06-06. Despacho n. 27”.

José A. Terry, Eduardo Bidau e Epifânio Portela delegados do governo argentino ao III Congresso Pan-Americano.

Como secretários da missão foram designados, segundo a mesma imprensa, os drs. Clodoveo Miranda Naon e Carlos Alfredo Becú.

Esta legação ainda não recebeu participação oficial dessas nomeações, nem mesmo da aceitação do nosso convite ao governo Argentino para tomar parte no congresso do Rio.

É verdade que, indo eu no dia 11 do corrente cumprimentar o sr. ministro das Relações Exteriores, logo após o meu regresso do Brasil, S.Exa. me disse ter já mandado a esta legação a sua nota aceitando o nosso convite; é certo, porém, que ela ainda aqui não deu entrada.

Na mesma ocasião me disse o sr. Montes de Oca ser quase certo que seriam nomeados delegados os cavalheiros acima referidos. Os três que irão daqui parecem-me otimamente escolhidos. Sobretudo, formam uma delegação muito mais própria para o bom e fácil andamento da conferência – que a primeira de que se falou, composta dos srs. Roque Sáenz Peña e Drago, ambos homens distintos, mas tendo contra si o fato de serem portadores de juízos *a priori* sobre os principais objetos da conferência.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



CARTA²¹ DE 07/07/1906 - AHI 816/04/03

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco,
Montevidéu, 7 de julho de 1906.

Prezado Chefe e Amigo,

Desde ontem cedo estou nesta cidade, onde, como disse a V.Exa., pelo fio, ao partir de Buenos Aires, vim queimar o último cartucho, no empenho do nosso arranjo com o Uruguai. Conferi ontem longamente com o sr. Batlle. Não chegamos a coisa alguma definitiva. Tenho necessariamente de voltar esta noite para Montevidéu [*sic*], onde devo encontrar-me com os delegados argentinos ao Pan-Americano e o sr. Montes de Oca. Talvez até o dia 13, antes de tomar o *Amazonas*, possa comunicar alguma decisão; mas adianto desde já que pouco espero. As dificuldades são postas pelos dois lados, pelo nosso e pelo deles.

Os seus filhos chegaram aqui esta manhã, ótimos. Vieram pelo vapor da carreira platina, devendo esperar neste porto o *Atlantique*, que só pela noite largará para o Rio. Eles lhe dirão da impressão que tiveram de Buenos Aires e dos planos extraordinários que formulamos para o futuro. Entre outras coisas, ficou decretado que V.Exa. há de vir também pela próxima primavera. Não será passeio, mas verdadeiro serviço, tal seria a favorável repercussão da sua visita sobre a cordialidade internacional.

Tenho muito a dizer-lhe sobre a posição destas repúblicas no Pan-Americano e dos meus passos na preparação do terreno. Mas isso só de viva voz.

Felicitando-o pelo regresso dos seus queridos filhos, que nos deixam muita saudade, e agradecendo-lhe a honra de no-los haver confiado, sou sempre

Seu admirador e amigo de verdade,

Assis Brasil



21 N.E. – Papel timbrado do Grand Hotel, de Montevidéu.

CARTA DE 16/08/1906 - AHI 816/04/03

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Conferência Pan-Americana
Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1906.

Prezado Chefe,
Só ontem muito tarde recebi o seu telegrama.

Convidei os três delegados argentinos por intermédio do sr. Bidau, com quem estive. Dentro de poucos momento eles todos virão para a sessão de hoje e estenderei o convite à senhora Bidau e aos dois secretários.

De tudo darei conta a V.Exa. sem perda de tempo.

Do admirador e amigo
J. F. de Assis Brasil

Minha mulher e eu teremos a honra de ir ao jantar.



CARTA DE 22/08/1906 - AHI 816/04/03

Ao Exmo. Sr. B. do Rio Branco

Caro Chefe,
Parabéns! Os chilenos aceitaram uma fórmula satisfatória. A Conferência vai terminar em paz e cordialidade.

Recado do seu dedicado amigo e admirador

Assis Brasil

[P.S.]

Agosto, 22, 1906.

Meio-dia.

A votação será amanhã.



CARTA DE 05/10/1906 - AHI 816/04/03

Ao Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Conferência Pan-Americana
Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1906.

RESERVADA

Incluindo um cheque do Banco do Brasil, sob n. 5.028, da quantia de cinco contos quatrocentos e noventa mil réis, e a folha de pagamento, no mês de setembro último, do pessoal empregado no serviço desta secretaria, tive a honra de receber a carta reservada de V.Exa., datada de ontem.

Penso, como V.Exa. que, estando encerrados os trabalhos da 3ª Conferência Internacional Americana e muito adiantados e reduzidos os desta Secretaria-Geral, deve ser respectivamente diminuído o pessoal primitivo.

Com efeito, os empregados por V.Exa. apontados como desnecessários já estavam dispensados desde o fim de setembro, com exceção dos auxiliares e amanuenses, cuja nomeação foi feita por V.Exa.

Reitero a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO DE 08/11/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 8 de novembro de 1906.

2ª SEÇÃO · N. 11 · RESERVADO

Senhor Ministro,

No passado domingo, 4 do corrente, algumas horas depois da minha chegada aqui, fui visitado pelos srs. Terry, Gonzales e Bidau, que mantiveram comigo larga conversação. O objeto dela foi quase exclusivamente a rememoração dos dias passados no Rio por ocasião da Conferência Internacional Americana, mas acidentalmente se tratou também do atual estado de coisas entre os nossos dois países. Os três ex-delegados mostraram o mesmo espírito de conduta que aí sempre ostentaram. Tiveram especialmente as mais amáveis referências à pessoa de V.Exa. Insistiram que todo ruído que tem havido repousa sobre meros equívocos, que hão de desaparecer por si mesmo; mas não deixaram de observar que muito conviria fazer qualquer coisa para evitar a influência perturbadora da imprensa e outros elementos de intriga. Neste sentido, expressou-se mais especialmente o sr. Gonzales que, como sabe V.Exa., exerce atualmente o cargo de ministro do Interior.

No dia seguinte ao da minha chegada, fui cumprimentar o sr. ministro das Relações Exteriores, Montes de Oca, e passei a retribuir as visitas dos três ex-delegados e de alguns outros homens eminentes que me haviam procurado – Quirno Costa, Benito Villanueva, Piñero, generais Campos e Garmendia e outros. O sr. Portela, que ainda aqui se acha, em vésperas de regressar ao seu posto, não me procurou.

A entrevista com sr. Montes de Oca foi de cerca de meia hora. Quase nada se disse dos trabalhos da conferência do Rio. Apenas algumas generalidades. Conversação principal foi sobre as relações com o Brasil e a

influência que sobre elas exerce a reforma da nossa Armada. Procurarei resumir os principais conceitos do sr. Montes de Oca.

Lamentou muito a irritação popular que se produziu durante a conferência do Rio e depois dela. O principal responsável é a imprensa, exercida na Argentina em grande parte por estrangeiros. Desautorou plenamente a distribuição da folha solta de estatística comparada, na qual o governo não tem responsabilidade alguma. Compreende que os interesses verdadeiros comuns aos dois países lhes aconselham mais a paz – uma sólida amizade – e afirma que a Argentina é amiga do Brasil. Não lhe parece, entretanto, que a súbita deliberação nossa de manter um poder naval muitas vezes superior ao das outras nações sul-americanas reunidas seja de molde a fomentar a desejada cordialidade. Reconhece que não há motivo para esperar agressão do Brasil, mas a opinião superficial, que é a que mais avulta, atribui ao fato maior significação que a que lhe concedem os estadistas. Bastaria um só dos couraçados encomendados pelo Brasil para destruir toda a esquadra argentina e chilena.

Confia em que havemos de achar um meio para evitar a emulação natural que levaria a Argentina e o Chile a fazerem iguais sacrifícios com a aquisição de novos e custosos elementos de combate. Perguntame se não lhe poderei dar-lhe alguma esperança nesse sentido. É francamente contrário aos armamentos, mas não teria forças para conter o movimento de opinião favorável a eles, no caso do Brasil persistir no caminho que parece ter adotado. Pede-me com insistência que divise um meio de conciliação. Entende que o Chile deve ter entrada em qualquer acordo que se fizer. Recorda as conversações que tivemos, antes da minha partida, sobre a conveniência de dar homogeneidade às esquadras das três repúblicas, como forma indireta de limitar os armamentos e estabelecer cordialidade. Lembra-me que prometi consultar a opinião do meu governo sobre esse particular e incita-me a fazer com que ele se pronuncie. No Chile, tem a certeza de encontrar as melhores disposições.

Eis agora uma idéia das principais observações com que fui acompanhando as do sr. Montes de Oca:

Os homens de Estado no Brasil não participam da irritação que porventura possam ter despertado nas massas os desagradáveis incidentes últimos.

Todos sabemos, aliás, que os reais interesses dos dois países nunca encontraram obstáculo em irritações dessa ordem para a mais íntima aproximação e aliança em momentos supremos. Nunca a fantasia mais exaltada poderá apontar um único fundamento para a existência de planos ofensivos do Brasil. É tradição nossa manter uma boa esquadra, exigida pela extensão das nossas costas. Sempre a tivemos superior à da Argentina, sem que os fatos possam autorizar a afirmação de que constituímos, nunca, uma ameaça a esta ou outra nação.

As dificuldades internas e alguns desastres inesperados obrigaram-nos a um grande estacionamento naval. Nesse mesmo período a Argentina e o Chile fizeram grandes progressos. Nunca nos alarmamos com eles. Melhoram agora as nossas circunstâncias; pensamos naturalmente em restaurar a nossa modesta força de mar. Por que se estranha que o façamos, adotando os melhores tipos modernos, consagrados pela mais recente experiência? Nenhum outro governo procederia diversamente. A mesma Argentina, quando encomendou os seus numerosos vasos de guerra, escolheu-os dos tipos que o critério do momento reputava melhores. O Brasil nunca objetou à aquisição de elementos bélicos, de mar ou de terra, feita pela Argentina ou qualquer outra nação vizinha, e veria agora mesmo com prazer qualquer progresso realizado por essas nações. Que motivo há para prever um rompimento? Limites? Conquistas? Não há nem mesmo rivalidade por zonas exteriores de influência comercial. A hipótese menos absurda seria a da Bolívia; mas a influência do Brasil na parte abrangida pelo vale do Amazonas é e será tão indisputável como a da Argentina e Chile na parte sul e sudoeste. O perigo de uma emulação exagerada – que levasse os dois países a armamentos exorbitantes e à probabilidade de um rompimento, como solução de tal estado – desapareceria logo que o Brasil deixasse de acompanhar a Argentina nas sucessivas aquisições de elementos bélicos. Se a Argentina, impressionada pelos falsos juízos que se têm espalhado, mandasse agora construir couraçados superiores aos nossos,

o Brasil ficaria onde está, mostrando que não o anima preocupação alguma de rivalidade.

Durante a conversação, aproveitei a oportunidade, que me pareceu mais favorável, para declarar ao sr. Montes de Oca que não seria boa política a que alguns jornais bonaerenses atribuíram ao seu governo, de decretar uma grande encomenda de navios somente para impor ao Brasil a redução da sua encomenda, dele: o Brasil não poderia dar-se por aludido em tais circunstâncias.

À pergunta que me fez o sr. ministro – se não seria possível reduzirmos espontaneamente a nossa encomenda – respondi que me parecia difícil, não só porque tínhamos necessidade de realizar o plano traçado como, principalmente, a redução importaria de certo modo a admissão de que havia perigo para os nossos vizinhos e amigos na restauração da nossa esquadra.

Afirmei, entretanto, que continuaria a aplaudir a política de aproximação e aliança das três maiores repúblicas do sul; que julgava uma sábia medida a da combinação na organização das marinhas, e até dos exércitos, das três; que comunicaria ao meu governo com o maior prazer qualquer formula prática sugerida pelo governo argentino para esse fim; que, finalmente, tinha razões para crer que o meu governo não se recusaria a coisa alguma conveniente a solidificar a boa harmonia, que era necessária que continuasse entre o Brasil e a Argentina.

Dos homens públicos acima aludidos, o que mais longa e amplamente conversou comigo sobre esta matéria, foi o sr. Quirno Costa. Referiu-me que, no *Consejo de Notables* convocado recentemente para dizer sobre a questão de armamentos, se mostrava absolutamente oposto a quaisquer despesas extraordinárias; mas reconhecia que os armamentos do Brasil levariam a Argentina a fazer outro tanto e temia que um incidente qualquer produzisse, a um momento dado, o rompimento. Insistiu muito comigo sobre a utilidade de se descobrir qualquer meio de acalmar a opinião nos dois países.

O sr. Antonio Piñero, deputado mitrista (coalicionista), irmão do que acaba de deixar a pasta da Fazenda por ser oposto aos armamentos, é homem de grande talento e muita autoridade. Afirmou-me que o ir-

mão (Norberto) largara o governo por não poder fazer prevalecer o seu parecer, sendo, portanto, fatal que o governo sustentaria o projeto de armamentos. A sua única esperança está em que os espíritos arrefeçam e possa produzir-se uma onda de aproximação com o Brasil antes de ser posto em prática o mesmo projeto. Fui pelo sr. Piñero inteirado de que o sr. Tornquist – também deputado da coligação e grande financeiro – queria entender-se comigo sobre um plano de conciliação em que figuraria uma estação do sr. Emílio Mitre no Rio de Janeiro, por ocasião do seu próximo regresso da Europa.

Recebi hoje recado do sr. Tornquist – que estava doente, mas assim mesmo viria ver-me, para o que pedia hora. Respondi que iria amanhã informar-me da sua saúde. Provavelmente poderei ouvi-lo, então. O sr. Tornquist é o mesmo da correspondência com o sr. Buchanan que V.Exa. me fez ver.

Também hoje fui convidado a almoçar em intimidade pelo senador Villanueva, que me informou pessoalmente de que tínhamos muito que conversar.

Pelo que fica exposto, vê V.Exa. que os meus primeiros dias nesta cidade não têm sido, nem serão, ociosos. Terei o cuidado de lhe transmitir com assiduidade quanto for obtendo no sentido de esclarecer a situação.

Reitero a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



CARTA²² DE 15/II/1906 - AHI 816/04/03

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Buenos Aires, 15 de novembro de 1906.

Caro Chefe,

Peço a sua atenção para o que digo no ofício reservado de hoje. A hipótese de fazer do nosso armamento um *casus belli* foi aqui muito aventada e tenho razões para supor que dela se cogitou *en haut lieu*. O que é certo é que não podemos esquecer que estes amigos, vendo o êxito fácil, seriam capazes de nos impor qualquer humilhação. Convém estarmos fortes, mas, enquanto não o somos a valer, é preciso trabalhar muito discretamente. Que bom seria se se pudesse inculcar na imprensa e políticos daí a necessidade de não apregoar os planos de defesa do país!

O seu discurso felicíssimo. Fez aqui a melhor impressão e teve a sorte de achar o caminho preparado pela carta do sr. Romero. Esta, apesar de algumas parvoíces – a que não escapam os argentinos quando discorrem sobre a política brasileira – foi excelente para o efeito.

Tornquist tem conversado muito comigo. Deve saber que é o primeiro financeiro daqui, grande banqueiro e, ultimamente, deputado da coalizão. É o mais ardente advogado contra a paz armada. Disse-me ontem, em reserva, que o presidente F. Alcorta escreveu pelo último correio a Emílio Mitre, pedindo-lhe para, na volta da Europa, em dezembro, descer no Rio e conversar com V.Exa.. Ele, Tornquist, também escreveu no mesmo sentido. Procurarei conhecer alguma minudência das instruções dadas a Mitre, e lhas comunicarei. Por ora, sei que a carta foi escrita pelo ministro da Fazenda, Eleodoro Lobos, que é simpático às idéias de Tornquist. Se pudéssemos entrar em um acordo com os Estados Unidos primeiro e depois fazer alguma coisa pelo comércio com a Argentina (como digo no ofício reservado) seria muito conveniente que V.Exa. combinasse com Mitre uma visita a Buenos Aires.

22 N.E. – Carta manuscrita no papel timbrado de Assis Brasil.

O ministro das Relações Exteriores daqui iria também lá, e, juntas as festas com o elemento mais substancial da liberalidade aduaneira, teríamos novo período de tranqüilidade, que nos permitiria restaurar de todo a situação do Brasil.

Minelli já lhe informou, segundo me disse, de ter o presidente uruguaio resolvido suspender as negociações para o arranjo da dívida. O mesmo Minelli mandou entender-se comigo o futuro ministro da Fazenda do futuro presidente e esse disse-me que o sr. Williman queria desde o princípio ser agradável ao Brasil, e faria o acordo como o propusermos. Não posso compreender o motivo da resolução de Batlle. Não terá andado o dedo argentino?

Sou sempre de V.Exa. atº adº e crº obrº

J. F. de Assis Brasil



CARTA²³ DE 15/11/1906 - AHI 816/04/03

Ao Sr. Joaquim Francisco de Assis Brasil

Buenos Aires

143 Tacuari

15 nov. 1906

E. S. Zeballos renueva en esta fecha gloriosa para la América del Sur sus sentimientos de firme amistad al Brasil y a su hábil representante en la Republica Argentina, el eminente J. Francisco de Assis Brasil.

•

Este é o homem que no banquete recente ao sr. Villazón ameaçou conter pela força os arremessos conquistadores do Brasil.

23 N.E. – Original recebido por Assis Brasil e encaminhado ao Barão, com o comentário não assinado que lhe segue.

Por menos fé que mereça a sua demonstração, é um indício da volta da serenidade a todos os ânimos.



OFÍCIO DE 15/11/1906 - AHI 206/02/01

Ao Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 15 de novembro de 1906.

2ª SEÇÃO · N. 12 · RESERVADO

Senhor Ministro,

Os retalhos dos principais jornais desta capital, que junto remeto, darão a V.Exa. perfeita idéia da atual situação dos espíritos no que interessa às relações com o Brasil, pelo menos quanto à parte ostensiva do fenômeno.

A carta do sr. Romero ao sr. Tornquist preparou bem o terreno para o salutar efeito, produzido pela publicação dos telegramas do Rio, contendo extratos das declarações por V.Exa. feitas perante os militares que lhe levaram uma manifestação.

Pode dizer-se que o momento é favorável; mas isso não tira que devemos ter presente que a cordialidade entre estes dois países obedece a uma espécie de ritmo de períodos, mais ou menos curtos, de máxima e mínima, que não permite repousar descuidosamente sobre a prolongação das boas épocas.

Agora mesmo, depois de produzida a mudança para melhor, tenho tido motivos para suspeitar que a situação foi – talvez seja ainda – mais séria do que se mostrava e se mostra. Parece que há uma corrente de opinião entre alguns dos *notables*, cujo critério é o da hipótese figurada na carta do ex-ministro J. J. Romero: “Se é certo que o Brasil se arma

para fazer a guerra à Argentina, esta não deve esperar que ele se arme; deve mandar-lhe um ultimato intimando a cancelação [*sic*] das encomendas bélicas e, em caso de desobediência, romper as hostilidades”. Não é de esperar que tal critério venha a predominar, mas o caso é tanto mais digno de consideração quanto há indícios de que o presidente da República e o ministro das Relações Exteriores não antipatizam inteiramente com esse modo de ver. É tal a propaganda que nós mesmos brasileiros fazemos da nossa debilidade, contrastando com o tradicional otimismo castelhano, que leva este povo a supor-se o mais forte em todas as circunstâncias – que chega a admitir a possibilidade de que já nos teriam tratado com mais arrogância se não tivessem que contar com os prováveis apoios que se levantariam em nosso favor. Dos Estados Unidos, entretanto, não parece recearem coisa alguma. Pelo contrário, crêem que a intervenção dos Estados Unidos nunca seria em favor do Brasil, mas exclusivamente para evitar a guerra, e isto os lisonjeia, porque seria fácil fazer crer que o Brasil deveu a salvação a tal intervenção, o que o humilharia quase tanto como a derrota. A influência que realmente se receia aqui é a do Chile. Sabem que não há tratado de aliança entre o Brasil e o Chile; sabem que o Chile não se bateria por nós pelo simples desejo de nos ser útil, mas reconhecem que o Chile compreenderia o perigo da preponderância da Argentina, vitoriosa contra o Brasil. Estou certo de que V.Exa. terá meditado sobre estes possíveis casos. Seria de extrema vantagem para nós que o Chile também se preocupasse com eles. Não é só a presente questão, um tanto disparatada, dos armamentos; amanhã pode surgir outra muito mais substancial. Já o imaginoso sr. Zeballos admitiu há dias, em discurso público, a idéia da Argentina se interpor aos supostos projetos de conquista do Brasil, análogos ao do Acre. A continuarem as coisas como estão, não seria possível que, a um momento dado, ela nos intimasse a fazer a vontade do Peru na questão de limites que se debate? Não parece difícil convencer o Chile da propriedade que teria então o *hodie mihi cras tibi*.

A par do cuidado que nos é indispensável observar em relação ao apoio natural sobre o Pacífico, julgo de grande oportunidade a maior discrição sobre as manifestações relativas aos nossos armamentos. Foi

de péssimo efeito a notícia que deu o telégrafo sobre a apresentação de uma proposta no Senado para o aumento da capacidade dos navios encomendados. Se o governo resolver ampliar as suas aquisições bélicas, não haveria meio de o fazer evitando a publicidade? Parece fácil – mas não é – convencer os argentinos de que nada planejamos contra eles ou quem quer que seja.

Outra importante medida a tomar seria a de um arranjo comercial, ainda que expresso unicamente nas leis aduaneiras de cada país e não em tratado especial. Não devemos esquecer que a irritação atual começou pela elevação de impostos sobre artigos platinos (que os argentinos pretendem que são exclusivamente deles) e, recentemente, o favor concedido à farinha americana. Com a experiência pessoal que tenho sobre a nossa situação comercial em relação aos Estados Unidos, faço perfeita idéia da dificuldade de suprimir o motivo do desgosto argentino. Mas o que é difícil, não é – ou pode não ser – impossível. Se o governo dos Estados Unidos está sinceramente empenhado na permanência da paz neste continente, deve concordar conosco na alteração do presente regime, que não pode deixar de produzir má vontade e os consequentes perigos aqui. É claro que não poderia o governo americano aquiescer que simplesmente derogássemos o favor concedido; mas poderia concordar em uma completa reforma como esta: “o Brasil recebe com o abatimento xxx% a farinha (e tais outros artigos) dos países que liberarem inteiramente o café, a goma elástica etc.”. Aqui julgo atualmente fácil obter, além da livre entrada do café, senão a liberação completa, grandes favores para o mate, o cacau e algumas variedades de tabaco, que não sejam concorrentes do nacional.²⁴ O sr. Tornquist crê que o açúcar grosso poderia ser também favorecido, em vista do inesperado déficit da produção nacional, que não alimenta as refinarias, nem o consumo. Foi escrito ou inspirado pelo mesmo sr. Tornquist o artigo cujo retalho remeto publicado pela *Nación*, relativo a intercâmbio.

24 N.E. – À margem esquerda, intervenção autógrafa do Barão: “Não basta isentar de direito o café e a borracha: é necessário importar esses produtos brasileiros em quantidade que se aproxime à da importação americana”.

Estou certo de que, neste momento, a iniciação de negociações sérias para um arranjo comercial seria o melhor sedativo para os nervos super excitados deste país. Mas, desgraçadamente, não poderia acrescentar que isso seria bastante para a nossa segurança. Por mais que o acordo comercial convenha à paz, que desejamos sinceramente, julgo ainda indispensável o apoio do outro lado dos Andes e uma preparação militar tão discreta como eficaz, a fim de ficarmos a coberto das veleidades arrogantes desta nação, por tantos outros títulos tão amável e simpática.

A sabedoria está em firmar uma situação que responda a esses intuitos, sem ser o regime pesado da paz armada.

Tenho a honra de reiterar a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



TELEGRAMA DE 16/11/1906 - AHI 816/04/03

Ao Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Buenos Aires, 16 de novembro de 1906.

Espero sua bondade acolher pedido meu sobrinho Brás de Revoredo bom estudante medicina que deixei aí empregado imprensa nacional ameaçado perder emprego deseja lugar na Secretaria irá procurar V.Exa. depende muito do emprego para terminar curso.

Assis Brasil



OFÍCIO DE 22/11/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 22 de novembro de 1906.

2ª SEÇÃO · N. 13 · RESERVADO

Senhor Ministro,
Tenho a honra de acusar o recebimento do seguinte telegrama de V.Exa., datado de 21 do corrente:

Urgente – Três jornais da tarde publicam hoje telegrama sensacional dessa cidade dizendo ter Vossência anunciado subida um navio de guerra nosso alto Uruguai e ministro Exteriores respondido só navios de guerra argentinos e uruguaios podem subir esse rio embora notícia seja inacreditável rogo-lhe dizer urgência se houve algum incidente que adulterado possa ter motivado semelhante notícia.

Ao qual dei imediatamente a seguinte resposta: “Nenhum incidente”.

Tenho igualmente a honra de confirmar o seguinte telegrama que transmiti hoje a V.Exa.:

Confirmo meu último telegrama. Nenhum incidente. Crescente cordialidade desde minha chegada. Ligeira entrevista com presidente, pura cortesia, conversação geral, muito amável. Nunca aludi sequer a questão alguma navegação. Ontem noite divulgou-se notícia recomposição ministério, confirmada jornais esta manhã, passando Montes de Oca para Interior, nomeado Zeballos Exterior. Este visitou-me ontem, não me encontrando.

Até agora não tive notificação especial da entrada do sr. Zeballos para ministro das Relações Exteriores. Só depois de ter essa notificação

pretendo devolver ao novo ministro a visita que ele ontem à tarde me fez, não me havendo encontrado em casa. Só então também poderei comunicar a V.Exa. mais precisas impressões da recente alteração sofrida pela família política do sr. Figueroa Alcorta.

Por enquanto, posso apenas informar que todos os homens de valor com quem me tenho avistado se mostram surpreendidos com o fato e abundam nas expressões do artigo com que a *Nación* recebeu o sr. Zeballos e fazem maus prognósticos sobre o futuro do governo. Prevejo também que este me dará por palavras todas as seguranças da sua amizade para conosco e, provavelmente, não será desmentido pelos acontecimentos...

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO DE 05/12/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 5 de dezembro de 1906.
2ª SEÇÃO · N. 77

Senhor Ministro,
A comissão especial encarregada do estudo do projeto relativo ao aumento da esquadra argentina tem lutado com sérias dificuldades, pois só conseguiu reunir-se uma única vez durante o mês passado.

Segundo consta, existem grandes divergências entre os seus membros na maneira de encarar a questão e a demissão apresentada pelo sr. Drago, seu presidente, vem corroborar essa suposição.

Conforme verá V.Exa. pelos artigos que junto tenho a honra de remeter-lhe, tanto a *Nación* como o *Diário* continuam a campanha contra a compra de novas unidades de combate, procurando mostrar o estado deficiente em que se encontra atualmente o pessoal subalterno da Armada.

Junto encontrará também V.Exa., no retalho n. 4, uma carta do sr. Irigoyen ao deputado Iriondo, explicando a sua atitude na reunião dos “notáveis” e confirmando suas apreciações sobre a possibilidade de uma guerra com o nosso país, “*años más o menos*”, caso o Brasil não modifique a política seguida até agora.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



[*Anexos*]

LOS EFECTOS DE LA FERRETERÍA: LA FANTASÍA EN ACCIÓN

El Diario, miércoles, 28 de noviembre de 1906

Puede juzgarse de la desagradable susceptibilidad a que las últimas iniciativas sobre refuerzos militares han levado las relaciones con Brasil, por la manera fantástica – pues se pasa de exagerada – con que acaban de ser apreciados dos sucesos ordinarios, insignificantes, relativo el uno al aumento de nuestra inmigración de esa procedencia y, el otro, a la excursión anual de estudios prácticos que nuestra Escuela Superior de Guerra realiza al finalizar los cursos.

Ha sido el primero clasificado de abusivo y mal intencionado, atribuyéndolo a una propaganda solapada e inamistosa tendiente a desacreditar al vecino así en sus condiciones sociales como económicas. Son agentes de nuestro país – han dicho algunos órganos de la prensa brasileña – quienes, respondiendo á viejos conceptos de hostilidad, están

sembrando desconfianzas entre las clases inmigradas del Brasil a objeto de apartar de ahí el elemento laborioso que le llega de Europa y desviar la corriente inmigratoria en beneficio de nuestro país.

Son tan claras la nimiedad y la inconsistencia del cargo que basta, como se ve, apuntar no más el hecho económico de que deriva, regido por leyes de la misma índole que nada tienen que hacer con las combinaciones de la diplomacia y de la política en general, para patentizarlo fruto genuino de la fantasía un poco alterada. El caudal inmigratorio no responde á los caprichos gobernantes, sino á intereses y necesidades de orden más positivo sobre los que muy escasa influencia tienen, si la tienen, los expedientes de carácter artificial.

No es de ahora, por otra parte, que el pequeño éxodo se ha establecido. Viene de años atrás con caracteres progresivos que si bien pueden y deben preocupar a las autoridades del vecino, ninguna relación tienen con las causales imaginarias que los celos le atribuyen, hallándose regido y determinado el fenómeno por accidentes y circunstancias tan genuinamente característicos que ni la ofuscación misma podrá dejar de percibir y reconocer. Estas cosas económicas obedecen a una causalidad muy conocida: el interés y, cuando la emigración de los grandes centros de la Europa se hace en un sentido determinado y va en enorme cantidad a Estados Unidos o viene en menor pero robusta corriente a la Argentina, debilitándose o anulándose en relación a otros países del continente, es porque ha encontrado ella por si misma, sin necesidad de extrañas e inútiles sugerencias, el eterno incentivo de las migraciones en general: facilidades de trabajo, de existencia y de porvenir. Se trata pues, evidentemente, de un fenómeno natural.

El otro hecho, el viaje de estudios, tiene ya en nuestro país tan larga tradición y ha sido realizado tan ostensiblemente siempre, que se hace hasta ridículo atribuirle esta vez los caracteres de un preparativo bélico. La Escuela Superior de Guerra ha excursionado ya en sus períodos de vacaciones por una gran parte de las fronteras más importantes de la república y, en cuanto a nuestro alto litoral, sabido es que el actual viaje no es el primero. Se han hecho públicos en diarios, revistas y boletines militares, los temas tácticos desarrollados y los frutos del estudio em-

prendido en esa y otras partes de nuestros territorios limítrofes. Es tan común el hecho en todas las naciones, es tan permanente el estudio militar de las fronteras, que no nos explicamos por qué razón había de alarmarnos el que efectuaran nuestros vecinos en sus dominios respectivos.

Hay además en la pueril desconfianza suscitada por ese viaje de técnica práctica rasgos realmente risueños. No son, sin duda, estas expansiones de la vida escolar las que suministran a los gobiernos los elementos reservados de sus planes militares. Poner el grito en el cielo porque la oficialidad de un instituto hace, a vista y paciencia de todo el mundo, la aplicación de las enseñanzas teóricas recibidas en el aula, es una verdadera niñería cuando sabido es son otros los medios de que los estadios mayores se valen para los fines de la defensa nacional.

Pero hay que reconocer que esas infundadas desconfianzas no carecen desgraciadamente de motivos y de ambiente. Es la racha ferretera la que las suscita dando a las cosas el falso aspecto de la alarma. Brasil reconstruye apresuradamente su escuadra sobre la base de acorazados formidables impresionado por el afán de nuestro gobierno de obtener del Congreso autorizaciones francamente espeluznantes. Aquí los fantaseadores del peligro andan locamente diciendo que en cuatro años más tenemos la guerra con el vecino, y éste, cuya complexión parece ser todavía más impresionable y susceptible que la nuestra, cree de buena fe que somos nosotros quienes nos preparamos para agredirlo. El astuto ferretero naval se lanza entonces a la arena del fantástico debate, y, explotando el creciente recelo y la fácil vanidad de la superioridad nacional, introduce su artículo y hace su negocio a costa de la tranquilidad pública, de las finanzas en perpetuo desorden y de la vitalidad económica y general de estos países de por acá periódicamente víctimas de astilleros y fábricas de mercancía bélica.

Es claro que en tan artificiales condiciones, ingenuamente aceptadas de una parte y pérfidamente propiciadas de otra, los viajes de la oficialidad estudiosa y aun los simples fenómenos económicos adquieren los perfiles de siniestro preliminar de la guerra o de intencionada animosidad tendiente a prepararla y provocarla. Los hechos más inocentes de las relaciones ordinarias pueden ser elevados así a la categoría de síntomas

alarmantes elaborándonos unos y otros por efecto de injustificados preconceptos y de torpezas gubernativas una situación por todos lados ingrata y peligrosa.

¿Será necesario que repitamos una vez más nuestra convicción de que se hace urgente iniciar una política radicalmente diversa de la que tan sin previsión ni tacto ha seguido hasta aquí el presente gobierno?

•

LA PALABRA DEL DOCTOR IRIGOYEN
RESPECTO DEL REFUERZO DE LA ESCUADRA
La Prensa, lunes, 3 de diciembre de 1906

El doctor B. de Irigoyen acaba de dirigir al diputado doctor Iriondo, desde su estancia de general Rodríguez, una carta referente á su actitud en la junta de notables. He aquí como define sus opiniones:

“He aguardado a que el proyecto de los armamentos fuera al Senado, para rectificar ante aquella Cámara, en lo que se relaciona con mi intervención en la junta de notables, las equivocaciones contenidas en la carta del doctor J.J. Romero, publicada en un diario de la capital.

Cumpliré mi propósito si el Senado se ocupa de este asunto; pero como han pasado treinta días y aún no se anuncia la consideración de ese proyecto, creo conveniente establecer veridicamente las palabras que pronuncié en el consejo de notables.

Me manifesté en abierta oposición a que se iniciaran, por nuestro gobierno, nuevas conferencias con los del Brasil y Chile, tendentes a modificar la resolución adoptada ya por esos gobiernos para aumentar sus armamentos. No ha debido esperarse que tuvieran resultado favorable y me ha parecido desairado para la república solicitarlo.

Desde que la cancillería chilena comunicó a la nuestra, que los pactos de equivalencia naval estipulados en 1902, quedarían fenecidos a su vencimiento, y en consecuencia el gobierno chileno había resuelto adquirir dos nuevas naves, opiné debía contestársele que reconocíamos el derecho con que procedía, y que usando del mismo esta república, había resuelto también reemplazar los dos acorazados que vendió en

cumplimiento del pacto mencionado, y expuse que el gobierno debía ser autorizado para proceder de acuerdo con esta resolución.

Y en cuanto al Brasil, expuse que a mi juicio, nada teníamos que comunicarle ni proponerle sobre este asunto, pues ningún pacto ni estipulación existía pendiente.

No emití ninguna opinión, favorable o adversa, al estado actual de nuestras relaciones con Chile.

Recuerdo perfectamente haber agregado que la resolución que proponía, no podía causar alarmas, porque entraba en los procedimientos ordinarios de todo gobierno.

Y, agregaré al terminar esta breve rectificación, haber dicho efectivamente, que si el gobierno del Brasil no modifica la política que ha seguido en los últimos tiempos, creo que, años más o menos, tendremos graves dificultades que pueden conducirnos a la guerra.

Las razones en que me fundo, son extensas y creo de mi deber reservarlas, para manifestarlas en la oportunidad que corresponde.”

•

LA EQUIVALENCIA NAVAL: UNA PIEDRA DE ESCÁNDALO
El Diario, martes, 4 de diciembre de 1906

Volvemos a las andadas de otro bailarín con los pactos de equivalencia naval en que degeneran los armamentos fracasados.

Al escándalo de ferretería, sucede ahora el ruido de latas, más concordantes por la consistencia y por el brillo con la galana celebridad cuya florida solapa da, hoy, el tono de nuestra cancillería.

No se quiere ver que los pactos de equivalencia naval son actos complementarios de una política, no iniciativas aisladas; del propio modo que jamás pueden tener permanencia, ni siquiera ejecución real, por tratarse de cosas esencialmente movibles y sujetas á una perpetua variabilidad.

Nuestro caso con Chile, es de los políticos que se pueda citar y en la equivalencia tuvo ante todo el carácter de una ratificación, siendo lo esencial el tratado de arbitraje; pero creer que el Brasil sin escuadra, es decir en situación de comprarla nueva, va a entrar con nosotros en

una desastrosa iguala de fiero antiguo, es exponerse de antemano a un desaire tanto más mortificante, cuanto que su perfil cómico no escapará a los demás países.

Suponer, por otra parte, que Chile va a resignarse a la actitud pasiva que le propondríamos en presencia de los armamentos del Perú, es repetir la payasada sin contar con que ese país había visto los puntos que calza nuestro divertido canciller, con aquella demanda de *exequátur*, y piadoso *mea culpa*, y por no hablar del Brasil cuyo ministro de Relaciones fue tata de nuestro en el siempre deplorable arbitraje del Pepirí.

Pero supongamos por un momento que el pacto de equivalencia se realizara. Ello comportaría algo peor que el mismo fracaso de la iniciativa. Sería el germen perpetuo de la camorra internacional que el general Roca preveía en su último sensacional reportaje, la camorra inminente por celos del primer tornillo que se ajustara sin previo aviso al vecino.

Este aviso, que implicaría la inspección recelosa del extranjero, en asuntos de tanta intimidad como son todos los concernientes al armamento de un país, crearía situaciones intolerables, quizá más próximas que la misma paz armada a la guerra cuya evitación se procura.

Bastan e sobran estas consideraciones para demostrar lo descabellado de ese proyecto sin asidero en ningún antecedente práctico, sin lógica ni sanción posible en el dominio de los hechos.

Caso típico de farolería, continuar en el es complicar al país en una serie de querellas, que empezadas en el sentimentalismo oratorio, pueden llevarnos a la animadversión, eterno resultado de las amistades excesivas.

La manía de internacionalista de corte interventor y componedor en los asuntos del continente, puede costarnos cara. Persistir en ella, es abrir la puerta á cualesquiera influencias más poderosas y eficaces, cuya intervención estaría contestada por nuestra propia actividad. Las naciones sudamericanas, tienen de sobra para manifestación de solidaridad con el vínculo que les crea la ayuda mutua en bien del común progreso.

Unámonos a Bolivia por el riel; ayudemos al Paraguay para que una con su ferrocarril sus dos grandes ríos, dándole a nuestra vez desahogo con el de Santo Tomé a Posadas, por ejemplo. Hagamos igual cosa con Chile, completemos nuestra red, definamos nuestro programa por-

tuario, tengamos cónsules de trabajo, y dejemos que el vecino remiende su tacharía bélica como Dios le dé a entender.

Bastante pena nos cuesta la propia para que andemos ocupándonos de la ajena, con el agravante de un fracaso en perspectiva.

La equivalencia naval de tres naciones tan diferentes y con problemas tan distintos, es un vano sueño. Es más que eso; es una pura vanidad de diplomáticos que tomando en serio su espadín se echan vestidos de tremendos a segar laureles por los campos de la gloria.

Con tal que no salgan de casa, está bien. Aquí hay benevolencia para todo, y la sonrisa popular acoge en una misma amnistía sardónica el crisantemo y el espadín.



OFÍCIO²⁵ DE 06/12/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 6 de dezembro de 1906.

SEÇÃO 2^a · N. 14 · RESERVADO

Senhor Ministro,
No dia 26 do mês passado tive a honra de transmitir a V.Exa. o seguinte telegrama, em parte cifrado, que confirmo:

Posse Zeballos anunciada para amanhã. Satisfazendo seu pedido intermédio amigo comum, retribuí sua visita anteontem. Protestou melhor vontade cultivar nossa amizade, desmentindo por fatos falsa opinião

25 N.E. – O documento apresenta diversas intervenções autógrafas do Barão, ao longo das margens.

criada aí, Chile, aqui. Deseja oferecer-nos facilidades aduaneiras, firmar convenções interesses recíprocos, como canalização Uruguai etc..²⁶ Mostrou-me parte seu parecer escrito conferência notáveis sobre armamentos, onde se declara amigo Brasil, não receando conflitos. Aprova armamentos mesmo critério exposto por V.Exa.. Continua sofrendo oposição. Há quem duvide chegue a tomar posse. Instigou eu obtivesse palavra telegráfica V.Exa., que pudesse publicar-se, afirmando sua benevolência. Penso conviria dar esse auxílio, que não bastaria para agüentá-lo e nos dará prestígio caso se agüente.

Conforme comuniquei a V.Exa. no meu reservado n. 13 desta seção, o sr. Zeballos havia vindo procurar-me em casa na tarde de 21 do mês passado, em que ficou decidida a sua entrada para o ministério.²⁷ Não me encontrando, deixou o seu bilhete. Julguei dever considerar a visita como de caráter individual, não me dando pressa em lha devolver. No segundo dia, entretanto, procurou-me um amigo, que o é também do sr. Zeballos, para me dizer da sua parte que este estava ansioso por me ver imediatamente e que me pedia para ir a sua casa.²⁸ E acrescentou: “Ele quer absolutamente assumir o cargo nas melhores relações com V. e deseja oferecer-lhe todas as seguranças de que fará tudo por merecer a amizade do Brasil”. Fui esse mesmo dia à casa do sr. Zeballos, que me recebeu com muita intimidade e, separando-se de numeroso grupo de pessoas que o rodeava, levou-me para um gabinete, onde me deteve por muito tempo – uma hora disseram os jornais, informados por ele próprio.²⁹

A substância da conversação que sustentei com o sr. Zeballos está no telegrama acima confirmado.³⁰ Mais esclarecimentos e algum comentário darei daqui a pouco, referindo à segunda conferência que

26 N.E. – À margem direita: “Zeballos deseja oferecer”.

27 N.E. – À margem esquerda: “Zeballos o procura a 13 [sic] de novembro”.

28 N.E. – À margem esquerda: “Recado de Zeballos”.

29 N.E. – À margem esquerda: “Foi ver Zeballos”.

30 N.E. – À margem direita: “Substância da conversação”.

realizei com o novo ministro.³¹ Do que tratamos na primeira, porém, não referi, no telegrama transcrito, algumas particularidades que não me pareceram urgentes. Uma delas foi o pedido que me fez o sr. Zeballos para com franqueza lhe dizer qual era a situação do ministro argentino atual no Brasil. E antes que respondesse qualquer coisa, foi dizendo que sabia que o sr. Gorostiaga não era *persona grata*, que não estava mesmo na altura da situação e que o faria substituir por um diplomata de primeira ordem, escolhido, se quiséssemos, de comum acordo. Na minha resposta, dada com certa familiaridade (que autorizam as minhas antigas relações com o sr. Zeballos) observei que no sr. Gorostiaga víamos apenas o representante argentino, respeitável por isso, que a simples substituição dele por algum grande homem podia ser em prejuízo das boas relações, se esse grande homem fosse um novo Tejedor, gênero que infelizmente ainda não está extinto; que, realmente, havia motivos para crer que nem tudo quanto fazia o sr. Gorostiaga era conducente ao aumento de cordialidade entre os nossos países (aqui referi o que constou por ocasião das negociações com os plenipotenciários bolivianos), mas que, se era verdade que ele no seu próprio país, como dizia o sr. Zeballos, não gozava de muito conceito, tínhamos a compensação de que se negaria crédito ao que dissesse ou fizesse em nosso desabono ou prejuízo, ao passo que algum pró-homem porventura imbuído de prevenções contra nós ou pouco experiente das verdadeiras conveniências recíprocas, poderia proceder do mesmo modo e ser acreditado; que, pois, a substituição do sr. Gorostiaga só seria vantajosa se o governo argentino acertasse com um homem tão experiente e esclarecido como desprevenido e manso de espírito – um Terry, um Quirno Costa, um Gonzáles, um Garmendia. Por último, no tom da maior intimidade, recordei que, sendo o sr. Gorostiaga cunhado de d. Manuel Lainez, o velho e implacável inimigo do sr. Zeballos, que ainda agora o atacava tão duramente, poderia a destituição ser levada à conta de vingança pessoal. A isso me foi redargüido – que o sr. Gorostiaga seria retirado com todas as honras e lhe seria oferecido aqui

31 N.E. – À margem direita: “Houve 2ª conferência”.

um emprego equivalente ao que perdia. Quanto às pessoas por mim sugeridas, disse o sr. Zeballos parecer-lhe difícil que aceitasse a missão qualquer delas e lembrou-me o sr. Bosch, atual ministro em Paris, moço brilhante, casado com uma grande dama, uma Alvear, ou algum outro diplomata nas mesmas condições – ao qual eu, gracejando, insinuei que não ambicionávamos tanto e que já ficaríamos contentíssimos com algum velho pacato facilmente adaptável ao meio tranqüilo do Rio e Petrópolis, onde por enquanto a vida social é pouco buliçosa.

Outro ponto que não referi no telegrama transcrito foi o relativo à hipótese que me figurou o sr. Zeballos de um encontro de V.Exa. com ele, depois que estivéssemos entendidos sobre alguma coisa positiva para a consolidação das nossas relações de amizade.³² Esse encontro poderia ser, por exemplo, em Santos, ou outro ponto para cá do Rio.³³ Mais tarde V.Exa. viria ao Prata, onde lhe seria feita condigna recepção.³⁴ Naturalmente respondi que a lembrança havia de ser muito agradável a V.Exa. e que acolheria e realizaria com entusiasmo se a oportunidade figurada se apresentasse.

O objeto principal, senão único, do encontro comigo era o referido no fim do meu telegrama – a obtenção de uma expressão de V.Exa., que chegasse aqui antes de tomar o sr. Zeballos posse da pasta, que mostrasse não serem verdadeiras as alegações que corriam e que a imprensa refletiu de ser o novo ministro *persona non grata* para o Brasil. Formulou-me francamente o pedido, declarando que mo fazia como amigo e contava com a minha assistência.

O efeito do telegrama de V.Exa. – chegado muito a tempo – foi excelente e, tanto quanto pode esperar-se da força das circunstâncias mais que do caráter do homem, creio ser um importante estádio vencido no bom caminho. Na sua primeira audiência ao corpo diplomático, o sr. Zeballos me agradeceu vivamente o apoio que lhe deu V.Exa. e teve,

32 N.E. – À margem esquerda: “Um encontro entre R.Bco. e Zeballos”.

33 N.E. – À margem esquerda: “Encontro em Santos (!)”.

34 N.E. – À margem esquerda: “Dispenso isso”.

também, algumas amáveis referências à reportagem que me atribuíram alguns jornais cujos retalhos mandei a V.Exa..

Anteontem à tarde fui procurado por um empregado do *Ministerio de Relaciones*, que, em nome do ministro, me convidou a ir vê-lo.³⁵ Fui às quatro da tarde, retirando-me cerca das cinco. Nesse largo tempo, em presença de um homem de temperamento tão vívido como o sr. Zeballos, V.Exa. facilmente imaginará de que variedade de coisas se terá tratado. Só me referirei ao essencial.

Explicou-me o sr. ministro o motivo do seu convite: queria pôr em obra as boas intenções que me revelara na conversação anterior. Estava já entendido com o presidente da República e ministro da Fazenda e todo o ministério – porque aventara o negócio em pleno conselho de ministros – e podia anunciar-me que a República Argentina estava pronta a decretar a entrada livre do café do Brasil e favores importantes quanto à erva-mate, ao cacau, ao tabaco e ao açúcar de qualidade inferior (próprio para as refinarias) em troca de concessões nossas – não disse entrada livre – para a farinha argentina e algum outro produto que não fosse similar de artigos brasileiros.³⁶ Tinha a maior urgência na obtenção de uma resposta nossa. O Congresso estará aberto até janeiro. Promete fazer passar nesse prazo um tratado nas condições aludidas. Porá toda a sua atividade e prestígio em favor da realização do plano proposto. Quer demonstrar por fatos que é mais amigo do Brasil do que outros, que dizem bonitas coisas, mas nada fazem no sentido das boas relações entre os dois países.

Sabe que a amizade das nações se consegue pela consolidação dos interesses. Considera sinceramente a amizade do Brasil preciosa para a República Argentina. Não se pode publicar aqui, porque ofenderia a vaidade nacional, mas ninguém desconhece que o Brasil é a primeira

35 N.E. – À margem direita: “2ª conferência, 5 [sic] de dezembro”.

36 N.E. – À margem esquerda: “Entrada livre do café na Argentina, favores importantes à erva-mate, cacau, tabaco, açúcar inferior, em troca de concessões para a farinha e algum outro produto”.

nação deste hemisfério – mais extensa, mais rica, mais populosa.³⁷ Concorde com a observação que lhe fiz há dias – que a *entente* do Brasil com o Chile crescerá na razão direta da hostilidade que reinar entre o Brasil e a Argentina, e poderia transformar-se em verdadeira aliança se o Brasil corresse perigo de ser humilhado pela Argentina em um momento de surpresa.³⁸ Disse isso mesmo ao presidente, que lhe deu muita razão.

Quanto ao projetado arranjo comercial, deseja que se negocie aqui, para poder consagrar-lhe toda a sua atividade e energia.³⁹

A minha resposta foi que não tinha instruções especiais sobre o caso, mas podia afirmar que as aberturas do governo argentino seriam muito bem recebidas pelo meu governo, ao qual comunicaria tudo sem perda de tempo.

Os jornais de ontem dizem todos que na conferência também se tratou do que aqui chamam equivalência naval. Não é verdade. Não houve a menor alusão do sr. Zeballos a esse particular e, menos, da minha parte. Pelo contrário, na nossa anterior entrevista, ele me havia significado que reconhecia o perfeito direito do Brasil a adquirir meios de defesa e que esse mesmo direito reclamava para seu país. Nesse ponto afirmou-me que o seu critério não diferia do que V.Exa. recentemente ostentara perante os militares que lhe levaram uma manifestação. É o que signifique no telegrama acima transcrito nestas palavras: “Aprova armamentos mesmo critério exposto por V.Exa.”⁴⁰

Peço licença para recordar a V.Exa. o que tive ocasião de dizer no meu ofício n. 12, de 15 de novembro último, relativamente ao modo mais conveniente de chegar a um arranjo comercial com este país.⁴¹

37 N.E. – À margem esquerda: “Brasil 1ª nação deste hemisfério”.

38 N.E. – À margem direita: “É de esperar que nunca seja humilhado”. À margem esquerda: “Momento de surpresa”.

39 N.E. – À margem esquerda: “Deseja o arranjo comercial sugerido em Buenos Aires”.

40 N.E. – À margem esquerda: “Armamentos”.

41 N.E. – À margem esquerda: “Acordo comercial. Idéias de Assis Brasil”.

Continuo a pensar que o melhor caminho para dar os primeiros passos seria entendermo-nos com Washington, a fim de podermos entrar no único regime liberal possível – o da ausência de preferências como base da reciprocidade. Enquanto cobramos altos direitos pela farinha importada, é natural que os E. Unidos, que recebem livre o nosso café, exijam que tributemos mais fortemente a farinha do competidor que nos tributa o café. Se, porém, decretarmos a entrada livre da farinha para todos os países que receberem livre o nosso café, desaparecerá o motivo para a reclamação norte-americana. Dir-se-á talvez ainda, que a Argentina consome pouco café e nos exporta muita farinha, ajudada pela maior proximidade e conseqüente diferença de fretes e tempo de transporte. Mas, antes de tudo, seria insólito reclamar um país contra as vantagens naturais de outrem e, depois, se atenuaria a dificuldade, obtendo da Argentina liberalidades para produtos sobre os quais ou alguns dos quais não nos poderiam conceder os E. Unidos, tais como o tabaco e o açúcar. Estou convencido de que o nosso embaixador em Washington, com o seu prestígio e a justiça da causa, obteria prontamente a liberdade de que precisamos não só para este caso, como para outros análogos. Por experiência própria, sei quanto é angustiosa a nossa posição em frente dos E. Unidos. A ameaça de três *cents* por libra de café tem sido considerada uma perfeita espada de Dâmocles. Não se pode estar perpetuamente em tão desagradável atitude. Esta parece-me uma ótima oportunidade para sair dela sem ofensa às boas relações com os E. Unidos, a que ligamos tão grande importância. Ao sr. Zeballos disse que talvez V. Exa julgasse necessário fazer preceder a nossa negociação de um arranjo com os E. Unidos, que nos deixasse mais desembaraçados para agir. Não poderia em caso algum, fazer-se o que ele deseja com a prontidão de que me falou – para estar terminado em janeiro.⁴²

Quando aludo à liberação aduaneira da farinha, não esqueço que o nosso Tesouro retira importante soma do imposto de importação desse artigo. A liberação, entretanto, no nosso caso, não é a livre en-

42 N.E. – À margem esquerda: “O que disse a Zeballos”.

trada: ainda recentemente se reconheceu que a entrada de automóveis ficaria mais protegida marcando-se para eles um imposto de 7%, que decretando-se lhes a livre entrada. É sabido que o chamado *expediente* é ainda um pesado imposto. Esse continuaria sobre a farinha.

Digo farinha e não farinha e trigo. A razão é que não vejo motivo para se proteger a pseudo-indústria nacional da moagem de trigo importado. Não é uma indústria: é um meio de iludir o imposto. Para que ocupar braços, gastar carvão importado, pagar frete de vinda e volta de direitos do trigo, da palha que se importa e do farelo que se exporta?

Tornar o pão barato no Brasil seria da melhor política. E, se isso puder fazer-se com a vantagem da expansão do consumo de artigos importantes da nossa legítima produção, tanto melhor. Sem dúvida, é muito desejável produzir no país todos os gêneros indispensáveis à subsistência da população. É uma garantia de independência e segurança. Entre esses gêneros nenhum é mais útil que o pão; mas, por um lado, não é provável que nós o venhamos a produzir, em futuro acessível, a uma previsão razoável e, por outro, com ser o mais nobre, o pão é também o gênero alimentício que tem maior número de sucedâneos. Em caso de bloqueio, o brasileiro, privado de trigo, comeria mandioca, milho, arroz, e quantas outras matérias feculentas que, senão definitivamente, ao menos por muito tempo, podem iludir a ausência do rei dos cereais. Por último, a fim de animar as tentativas de produção nacional de trigo, podem criar-se incentivos e favores que, unidos ao imposto disfarçado sob cor de expediente, bastariam para o efeito.

Entretanto, das diversas produções que ganhariam com o convênio proposto por este governo, nenhuma lucraria mais do que a erva-mate. Este país e o Uruguai são presentemente quase os únicos consumidores de mate. Aqui, o mate é o almoço do pobre. O colono recém-chegado adota-o imediatamente. O consumo cresce consideravelmente. Não é necessário encarecer a utilidade de animar o gasto por esse nosso produto, ainda mais quando a experiência tem mostrado quanto é difícil introduzir seu uso no velho mundo e na América Setentrional. É a quase exclusiva riqueza do estado do Paraná. Com a entrada do mate barato

na Argentina se desanimariam as tentativas de plantio da respectiva árvore, já bem adiantadas no território das Missões.

O sr. Zeballos, que sempre conheci de um otimismo bem vizinho do impressionismo, diz contar com todas as facilidades para dominar as oposições que sem dúvida se farão ao proposto arranjo. Não participo, infelizmente, da sua confiança. A entrada do café não seria provavelmente objetada; mas as do tabaco, do açúcar e do mate terão, naturalmente, resistências enérgicas da parte dos respectivos interessados.

O sr. Zeballos mostrou desejo de protocolizar a nossa conversação, ao que observei que melhor seria considerar este primeiro encontro como mútua exploração do terreno, guardando-nos para deixar no papel o resultado de alguma outra conferência na qual possamos atacar mais direta e positivamente a matéria.

Pretendo entrar por estes dias no gozo da licença que me concedeu V.Exa., retirando-me para Pedras Altas, Rio Grande do Sul. Fico ali a coisa de 48 horas desta capital. Se V.Exa. tiver pressa de dar quaisquer passos sobre este negócio estarei ali muito à mão para cumprir com as suas ordens. Entretanto, ao sr. Zeballos fiz ver que, se o meu governo pudesse aceitar a negociação proposta, nada faríamos de definitivo antes do meu regresso em março. Também lhe disse que, muito provavelmente o meu governo preferiria dar ao convênio a forma da legislação ordinária, estabelecendo cada país na sua respectiva lei de orçamento as medidas convencionadas.

Seria virtualmente um tratado que se renovaria todos os anos.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



CARTA⁴³ DE 07/12/1906 - AHI 816/04/03

Exmo. Sr. B. do Rio Branco

Buenos Aires, 7 de dezembro de 1906.

Caro Chefe,

Depois de fechar e remeter a mala, recebi a inclusa carta de Minelli. Eu não podia explicar a razão por que Batlle suspendeu as negociações, estando persuadido, como estou, de que ele era o primeiro interessado na transação a que elas dariam lugar. Agora compreendo: foi uma pequena manha, para apanhar melhores condições na questão das águas, isto é, uma alteração de limites, em vez da pura e simples concessão.

Vou responder a Minelli que, apesar de nada ter ouvido de V.Exa., estou certo de que V.Exa. só se prestará a tratar de novo com o presidente dele se tiver segurança de que este não torna a fugir do campo, depois de haver obtido tudo quanto pediu à longanimidade do Brasil.

Apesar da sua falta de tempo (ou de vontade de escrever), V.Exa. podia mandar-me uma palavra que me habilitasse a despachar esses homens num sentido ou noutro.

Também devo saber se o novo ministro da Fazenda pensa como o último.

Tenho retardado a entrada no gozo da boa licença obtida, esperando que assente o pó nestas cousas do Prata. Chamo a sua especial atenção e do nosso presidente para o meu ofício reservado enviado hoje. Espero uma resposta pronta.

Com os meus votos de saúde e prosperidade, aceite as homenagens do meu maior respeito e admiração e amizade.

J. F. de Assis Brasil

43 N.E. – Carta manuscrita em papel timbrado de Assis Brasil.

[*Anexo*]

Pablo Minelli
Rincón, 144
Montevideo, 6 de diciembre de 1906.

Señor Doctor J. F. de Assis Brasil
Buenos Aires

Muy Estimado Amigo,
Recibí su muy apreciable 27 de noviembre pasado, de la que quedo debidamente impuesto.

Le telegrafí inmediatamente las noticias que del Saladero me mandaron referentes al pasaje por el Cuareim de los animales destinados a su cabaña de Pedras Altas.

Con el amigo señor Batlle he conversado varias veces y me ha pedido que le escribiera yo al señor barón de Rio Branco solicitándole el servicio de escribirme la forma en que él havia la concesión espontánea de las aguas fronterizas.⁴⁴

Como Ud. comprenderá, yo no tengo autoridad para dirigirme a aquel eminente hombre de estado, en el sentido que desea el sr. Presidente. ¿Podría Ud. hacerlo confidencialmente?

Yo pregunté al señor Batlle si el ministro señor Domínguez no había hecho nada sobre el particular, a lo que contestó que nada le había escrito, por lo que suponía que la negociación había quedado paralizada; con tal motivo le hice presente que sería difícil que pudiéramos conseguir que el nuevo ministro de Hacienda aceptara las bases que propuso el sr. de Bulhões, a lo que respondió que desde que no se observara y mientras que este gobierno reconociera los intereses como lo propuso el sr. Bulhões, creía que el nuevo gobierno mantendría el arreglo en el pié que quedó.

44 N.E. – À margem direita do segundo parágrafo, nota manuscrita do Barão: “das águas, não. Da navegação, sim. Foi isto o que eu disse”.

Me he dado cuenta que mi amigo señor Batlle está arrepentido de no haber terminado ese asunto y temo que lo quiera concluir antes de dejar el poder.

Si Ud. conoce lo que el señor Rio Branco ofreció, le pido me lo escriba para comunicárselo siempre que Ud. me autorice.

Lo molesto nuevamente sobre el viejo asunto porque el señor presidente insistió en que yo escribiera al señor Rio Branco; y como la misma diplomacia aconseja ser prudente, le manifesté que escribí.

Platicando amigablemente me dijo el sr. Batlle que le sería muy agradable a su paso para Europa (26 marzo 1907) saludar personalmente al exmo. señor Rio Branco y solicitó mi compañía para ese objeto, a lo que contesté que estaba a su disposición. ¿Podría Ud. arreglar ó facilitar esa entrevista?

Antes que Ud. use de la licencia, quizás en la semana próxima iré a posar un día con Udes y es probable lleve mis hijos.

Espero y vivamente deseo que Ud. y toda su distinguida familia continúen muy buenos, pidiéndole presentarles mis afectuosos saludos.

De Ud. como siempre, su verdadero amigo y S. S.

P. Minelli



OFÍCIO⁴⁵ DE 11/12/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 11 de dezembro de 1906.

SEÇÃO 2^a · N. 79

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de V.Exa., em anexo, um artigo de *La Prensa* de ontem, desmentindo a notícia enviada daqui aos nossos jornais sobre as negociações atribuídas ao ministro das Relações Exteriores desta república a respeito de um acordo internacional limitando os armamentos navais do Brasil, Chile e Argentina.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



45 N.E. – Acima da data, à direita, intervenção manuscrita: “Acusado o recebimento em despacho número 67 de 31-12-06”. Abaixo da data, à direita, se estendendo para a margem, intervenção autógrafa do Barão: “Acusar o recebimento. Li o artigo de *La Prensa*, vendo com muito prazer que ele já abandonou a idéia de nos propor a Argentina a redução dos nossos projetados armamentos navais. Traduzir o artigo para ser publicado em alguma das folhas diárias.”

CARTA⁴⁶ DE 21/12/1906 – AHI 816/04/03

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

B. Aires, 21 de dezembro de 1906.

Caro Chefe,

É a hora de mandar a mala. Recebidos ontem à noite, muito tarde, os dois telegramas, contendo dados estatísticos sobre o intercâmbio brasileiro-americano-argentino e mandando escolher parelha de cavalos e comunicar-lhe preço. Neste momento, chega de Montevideú longo telegrama cifrado, que suponho conter as instruções prometidas e que só poderei digerir quando já o pacote estiver ao largo.

A compra de cavalos não me faz feliz. Como bom criador e amator, não me satisfaço com animais inferiores e os bons – quando os há – custam preços desarrazoados. São como os diamantes: a perfeição é inestimável e qualquer jaça envilece o preço. Aqui há um cavalo que custa perto de quarenta mil libras e dois de mais de trinta mil. Por uma parelha não de todo satisfatória, que desejei comprar a pedido de um amigo, pediram 5.000 pesos. O proprietário era o sr. Casares, que nada tem de *maquignon*. Por essas considerações, é bom que V.Exa. prepare seu espírito para pagar caro, ou para empregar um automóvel em lugar dos cavalos. Se se trata da visita do general Roca, parece que o automóvel seria a melhor solução. Já lhe disse, pelo fio, da visita que por sua ordem fiz ao sr. Zeballos. Mostrou-se muito agradecido. Revelou-me que tinha uma queixa de V.Exa., que o não mandou cumprimentar quando ele por aí passou no fim do verão de 05, vindo da Europa. Teve a visita do nosso amigo Gastão da Cunha e até a do presidente, na pessoa de um dos filhos; mas sentiu não ser lembrado por V.Exa. Respondi insistindo sobre este ponto capital – que não era possível V.Exa. deixar propositalmente de ser amável para com ele e que tudo se explicaria provavelmente pela sua residência em Petrópolis e possível engano sobre o momento

46 N.E. – Carta manuscrita no papel timbrado de Assis Brasil.

da passagem do vapor. No fundo, isto não tem importância, porque o sr. Zeballos não é homem de sentimento.

Mostrou-se muito alarmado com o convite ao general Roca, que me disse, em reserva, estar sendo derrocado pela atual situação. Fiz-lhe ver que o convite tinha apenas a intenção de honrar a Argentina na pessoa de um dos seus homens culminantes; que V.Exa. considerava Roca amigo da situação e que ignorava (como eu) que ele estivesse em antagonismo com o governo; que, finalmente, podia estar seguro de que nenhuma cortesia se faria ao general que pudesse ser desagradável ao governo argentino. É bom V.Exa. tomar nota dessas coisas, para evitar qualquer expansão inocente dos jornais seus amigos, que possam interpretar-se aqui com a magnitude dos receios e preocupações da política.

Zeballos (em intimidade) disse-me que estava lavrando a ruína de Roca, que lhe havia arrebatado já a maioria que este tinha no Congresso, etc.. Não creio, porém, que o presidente e os homens de juízo a quem ele ouve se animem a hostilizar o general. E a principal razão é que este, por sua vez, não faz guerra a ninguém: se ainda tem alguma ambição de mando, não abandonará, para a servir, a sua velha política de – *dar la espalda* e deixar obrar o tempo.

Sinto não ter mais tempo.

De V.Exa.

Amigo verdadeiro e maior admirador,
J. F. de Assis Brasil

Vi uma nota de Gorostiaga, de 30 de nov., referindo com muita benevolência uma conferência que teve com V.Exa.. Disse-me Zeballos que acabava de receber outra, em que dizia que a entrada dele, Zeballos, para o governo tinha toldado a atmosfera de cordialidade que começava a estabelecer-se. Zeballos atribui essa informação à má vontade de Gorostiaga para com ele.

OFÍCIO DE 21/12/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 21 de dezembro de 1906.
2ª SEÇÃO · N. 81

Senhor Ministro,

Em anexo encontrará V.Exa. um artigo da *Prensa* do dia 19, reproduzindo as declarações atribuídas ao general Roca pelo *Jornal do Commercio* do dia 18 do corrente, sobre reforço da nossa esquadra, e outro da *Nación*, de ontem, transcrevendo o decreto relativo à compra de duas canhoneiras de 750 toneladas por 820.965 pesos-ouro, saldo do crédito de 2 milhões do exercício passado.

Tenho a honra de reiterar a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO DE 26/12/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 26 de dezembro de 1906.

SEÇÃO 2ª · N. 15 · RESERVADO

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar os telegramas que V.Exa. se serviu dirigir-me com data de 19 e 24 do corrente, ambos cifrados, sendo que o primeiro me chegou às mãos por intermédio da nossa legação em Montevidéu, assim concebidos:

Dia quatorze Gorostiaga procurou-me visitando-me em nome de Zeballos. Sugeriu-me visita de Zeballos aqui mês de janeiro, convidando-o eu. Respondi que eu não posso tomar a liberdade de pedir ao ministro Exteriores argentino que me venha visitar além de que meses próximos são de muito calor aqui. Gorostiaga disse-me que também Buenos Aires faz muito calor, insistindo. Mantive mesma posição dizendo-lhe que eu julgava grande inconveniência fazendo semelhante pedido ou convite. Afinal perguntou-me se vindo Zeballos eu retribuiria visita. Respondi que vindo ele espontaneamente eu teria naturalmente que retribuir essa visita salvo motivos de saúde. Convém esteja informado do que se passou porque Gorostiaga anunciou comunica em nota palavras cambiadas e pode dar como sugestão minha a sugestão dele. Se Zeballos quiser vir espontaneamente, que venha, mas não devemos convidá-lo. Nossa atitude para com esse governo depois das reuniões secretas, das agitações que criou a propósito armamentos deve ser reservada. Fazemos manifestações amistosas ao general Roca e a Mitre porque não nos fica mal sendo eles amigos conhecidos. No mesmo caso não está atual governo argentino, que aproveitaria ensejo para espalhar que nos intimidamos ou humilhamos procurando suas

boas graças. Se Zeballos lhe mostrar desejo de vir aqui admita isso ficando bem claro que ele vem por movimento espontâneo dele, se lhe falar em retribuição visita queira dizer como coisa sua que estou desde muito adoentado descendo escadas dificilmente pelo que nunca vou a bordo dos transatlânticos e que nestes meses próximos tenho negociações e trabalhos inadiáveis, que só depois de julho poderia lá ir. Mas não tenho desejo algum disso. O que se pretende creio eu é diminuir o efeito da manifestação ou revolta do general Roca em março. Esse sim terá aqui estrondosa recepção. Zeballos só poderia encontrar cortesia oficial, povo não seria da festa.

•

Conveniente saber Zeballos pediu com instância Paraguai mandar agente Buenos Aires entender-se com Pinilla e ele sobre questão fronteiras. Sábado partiu de Assunção ministro Soler em missão reservada e García também. Quarta-feira parte plenipotenciário paraguaio Domínguez. Outubro eu propus essa questão fosse submetida arbitramento algum governo amigo ou representantes Brasil, Argentina e Chile aqui, para que adotassem uma das linhas propostas ou alguma solução intermédia. Pinilla respondeu que a correspondência recebida do ministro Cano não fazia presumisse produzisse divergência. Convém observarmos o que se faz sem que procuremos intervir no assunto. Com Pinilla pode Vossência mostrar-se informado amigavelmente da preferência que Bolívia deu aos bons ofícios da Argentina.

Expedi hoje a V.Exa. o seguinte telegrama que confirmo: “Partida Pinilla demorada pelos motivos V.Exa. sabe. Avisarei oportunamente.”

Tenho a honra de reiterar a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO DE 27/12/1906 - AHI 206/02/01

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 27 de dezembro de 1906.
SEÇÃO 2ª · N. 16 · RESERVADO

Senhor Ministro,

Pelos despachos telegráficos que me tem transmitido ultimamente V.Exa. e que transcrevo em outro ofício, parece que o governo não deseja entrar em arranjo algum de reciprocidade aduaneira com este país. Assim o deixa ver V.Exa. quanto ao café e guarda silêncio em relação a outros artigos que poderíamos introduzir aqui com vantagem – o mate, o tabaco, o açúcar grosso, o cacau, a farinha de mandioca – que têm sido lembrados pelo governo argentino, pela legislatura e pela imprensa.

Se esses são realmente os sentimentos do governo, grande será a decepção que eles hão de produzir aqui, quando forem conhecidos. Sempre houve na Argentina a crença de que era possível estabelecer reciprocidade com o Brasil. Tal crença transformou-se em fundada esperança, depois das declarações do sr. deputado Tosta e da autorização que em seguida votou a Câmara para o governo proceder nesse sentido.

O sr. Zeballos continua a insistir comigo pela resposta de V.Exa. às aberturas que me fez ele e transmiti a V.Exa.. Os dados estatísticos que V.Exa. me comunica no seu despacho telegráfico via Montevidéu, aqui recebido no dia 21, eu já os possuía com outros elementos em que pensava apoiar-me se tivesse de ocupar-me da negociação. Já os tinha mostrado ao sr. Zeballos, para preparar o seu espírito. Assim é que nem pude tirar do telegrama de V.Exa. matéria nova para entreter, de algum modo, a ansiosa curiosidade do ministro. Contentei-me com dizer-lhe que a correspondência que havia recebido de V.Exa. continha apenas instruções genéricas, que não me permitiam trocar idéias positivas sobre a proposição argentina. E acrescentei que provavelmente V.Exa.

nenhum partido tomaria antes de se completar o voto da legislatura, que, por enquanto, era apenas conhecido na parte que se referia à Câmara dos Deputados. Deixando a questão nesse ponto, trato de entrar quanto antes no gozo da minha licença. Espero que antes de regressar as coisas tenham sofrido alguma alteração favorável, que torne menos embaraçosa a minha situação. Será possível mesmo não encontrar, ao voltar, o sr. Zeballos no governo.

O estabelecimento da reciprocidade comercial com esta república (especialmente sendo precedido – como em outra ocasião disse – de um acordo com os Estados Unidos) continua a parecer-me de grande alcance político, sem deixar de tê-lo também econômico. Sem falar de muitas vantagens permanentes dessas duas ordens – política e econômica –, lembro apenas esta, que é puramente accidental, mas de substancial relevo: se conseguirmos a mais íntima união de interesses com este país, ser-nos-á possível influir na decisão arbitral da questão peru-boliviana em que somos tão interessados. De outro modo, não vejo como.

Pela linguagem do despacho telegráfico de V.Exa. recebido a 21, parece que, segundo minha correspondência, os argentinos pretendem a completa liberação da sua farinha e que não receberiam livre ou favorecido senão o nosso café. Peço licença para esclarecer que avengei como puramente minha a idéia da entrada livre da farinha, sujeita apenas aos direitos do expediente, que deviam dar larga margem a recursos para a proteção da produção nacional do trigo, opinião que mantenho principalmente por uma consideração de política interna, a do pão barato. Os argentinos não pedem tanto e já se mostram felizes com a concessão prometida pelo recente voto da Câmara.

Nem tampouco eles oferecem favorecer apenas o nosso café, mas dizem-se dispostos a acolher, com maior ou menor liberalidade, uma lista considerável de produtos nossos.

É verdade que nós importamos da Argentina muito mais do que ela de nós e também que o inverso se verifica entre nós e os Estados Unidos. Isso já tenho feito sentir aqui em conversações com o mundo oficial, mas como simples argumento para mostrar que não podemos dar à Argentina o que damos aos Estados Unidos, o que está longe de

significar que não devemos dar coisa alguma. Os mesmos argentinos, admitindo que estamos para eles como os Estados Unidos para nós, poderiam reclamar que levássemos a paridade ao ponto de tratar os seus produtos com a mesma liberalidade com que os Estados Unidos tratam os nossos.

Por fim, repetindo uma ressalva que já deixei implícita na minha correspondência anterior, devo dizer a V.Exa. que nenhuma responsabilidade assumi quanto à confirmação por fatos das belas promessas que nos são feitas aqui. Receio mesmo a superveniência de invencíveis resistências quanto à introdução favorecida do mate, tabaco e açúcar. Somente me parece que a oportunidade atual é a melhor possível para conseguirmos reais vantagens, entre as quais não seria a menor a demonstração de que a reciprocidade de fato existente com os Estados Unidos não nos inabilita para procedermos do mesmo modo com as outras nações.

Reitero a V. Exa a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO DE 10/01/1907 - AHI 206/02/02

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil.
Buenos Aires, 10 de janeiro de 1907.
SEÇÃO 2ª · N. 1 · RESERVADO

Senhor Ministro,
No dia 31 de dezembro último tive a honra de receber o seguinte telegrama de V.Exa.:

Domingo 30. Recebido seu 5º. Retenha vapor, esperando instruções que irão amanhã, depois que eu fale presidente.

No dia 3 do corrente, telegrafei a V.Exa. nos seguintes termos, que ora confirmo, tendo cifrado as palavras que vão sublinhadas:

Suspendi viagem esperando ordens anunciadas telegrama 31. Notícias Rio aqui publicadas continuam animar crença próxima reciprocidade. Zeballos insiste. Se Vossência decidir fazer alguma manifestação permita lem[brar] hipótese protocolo declarando bons desejos como prova recente ato legislativo. Nele exporia situação balança comercial deixando claro que troca favor farinha devemos receber vantagens para vários produtos nossos. Podia então partir com licença para depois proceder como conviesse. Pinilla [e] Villazón disseram-me não terem participado a V.Exa. haverem aceitado bons ofícios por falta representante Bolívia aí. Pediram-me dizer a V.Exa. aceitariam agradecidos qualquer contribuição sua para desejado arranjo direto. Zeballos também pediu dissesse estimaria associar Brasil especialmente se tiverem de constituir tribunal arbitral. Não lhe mandou dizer isso aí por haver perdido confiança em Gorostiaga, que diz ter sido incorreto depois que foi chamado.

A 5 foi-me entregue o telegrama de V.Exa. que transcrevo:

Número 1 – Sábado, 05 – Recebido seu telegrama 3. Pensamento governo foi comunicado Vossência no telegrama que recebeu 21 dezembro via Montevideu transcrito no seu reservado número 17. As notícias a que se refere telegrafadas daqui e publicadas em Buenos Aires são de pura invenção. As que promoveram a renovação da autorização legislativa a que alude, isto é governo membros Congresso não cogitaram como aí se publicou de reduzir direitos entrada farinha outros produtos argentinos sendo-nos muito desfavorável nas relações com Argentina balança comércio. Apesar dos nossos bons desejos e sincera amizade não podemos conceder à nossa vizinha reduções que temos negado Alemanha, Inglaterra, Áustria-Hungria, França, Bélgica, Holanda,

países que nos comprem muito mais que Argentina, a qual quase nada nos [*compra*] e que recebem as duas últimas nosso café livre direitos, cobrando Alemanha 50 francos por cem quilos, Inglaterra menos 37. Se fizéssemos concessões Argentina teríamos que atender aos pedidos das citadas nações européias com grande redução da nossa renda aduaneira. Este ano sobretudo há déficit no orçamento. Acordos comerciais não se resolvem em dias como aí pensam alguns jornais. Refiro-me ao meu citado telegrama. Lembrarei que este ministério no tocante assuntos comerciais é simples transmissão das resoluções que presidente toma, ouvido Ministério da Fazenda. Pensamos hoje sobre a matéria como em 1904, o que não quer dizer que, com calma e tempo, pesando as duas partes os seus interesses, estudem as bases de algum futuro acordo. Temos como Vossência sabe uma tarifa mínima que é a geral e uma tarifa máxima aplicável aos produtos dos países que impõem grandes direitos de entrada sobre os nossos principais produtos.

Em relação ao conteúdo dos telegramas acima transcritos, bem como a toda a correspondência que tenho tido a honra de trocar com V.Exa. sobre o mesmo objeto, suplico a atenção de V.Exa. para este fato, que desejo fique bem definido no seu espírito: – Nunca fiz ao Governo Argentino afirmação alguma de estar o Brasil disposto a negociar, com esta república, um tratado comercial. Ao atual ministro das Relações Exteriores, quando me fez as aberturas que em tempo comuniquei a V.Exa., limitei-me a responder que as transmitiria ao meu governo, o qual as receberia certamente com benevolência e, oportunamente, me daria instruções sobre o caso. É verdade que penso agora, como desde muitos anos, que ao Brasil convém muito estabelecer com os países deste extremo sul – e principalmente a Argentina – um regime de reciprocidade comercial, que possa desenvolver-se, gradualmente, até o livre câmbio.

Em tal regime, nós teríamos mais a lucrar que nossos vizinhos, que nos fornecem gêneros de primeira necessidade e, comprem artigos mais ou menos suntuários. Nos arquivos dessa Secretaria de Estado, devem estar vários ofícios meus, muito anteriores à presente época, escritos

daqui mesmo e dos Estados Unidos, nos quais esse pensamento está expresso. A minha humilde opinião não é, pois, improvisada.

Apesar de tudo, porém, não tenho feito agora, como antes, senão cumprir com as ordens desse ministério. As notícias da imprensa, de cá e de lá, e as conjecturas da opinião em qualquer outro sentido, não podem ser, pois, fundadas no meu comportamento.

Remetendo a V.Exa., em anexo, alguns retalhos de jornais argentinos sobre este assunto, aproveito o ensejo para renovar-lhe as seguranças da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil

[*Relação dos Anexos*]

- N. 1 *La Nación*, 29 de dezembro 1906: “Política de reciprocidad”.
- N. 2 *La Prensa*, 30 de dezembro 1906: “Un estudio de actualidad política comercial brasileña. Cifras del comercio exterior”.
- N. 3 *La Nación*, 6 de janeiro de 1907: “Tratado con el Brasil”.
- N. 4 *La Nación*, 8 de janeiro de 1907: “El intercambio brasileño-argentino”.
- N. 5 *La Prensa*, 9 de janeiro de 1907: “Política comercial brasileño-argentina”.

CARTA⁴⁷ DE 23/01/1907 - AHI 816/04/03

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Rio

Pedras Altas, 23 de janeiro de 1907.

Caro Chefe,

Espero que haja recebido devidamente os meus três telegramas expedidos daqui.

O de V.Exa. que me chegou a Buenos Aires nas vésperas da viagem, mandando adiar o vapor (?) e esperar instruções, só aqui vim saber que não era para mim, mas para o encarregado de negócios no Paraguai. Foi um lamentável engano. Da situação em Buenos Aires, tudo quanto poderia dizer está resumido nas minhas últimas comunicações feitas de lá e nos telegramas mandados daqui.

Incluo cópia de um recado telegráfico que recebi do sr. Zeballos. Não sei que terá dito o jornal. A minha resposta foi que, embora não conhecendo a publicação aludida, podia afirmar que ela não mereceria a aprovação do governo se fosse de qualquer modo ofensiva ao nosso sincero propósito de cultivar e aperfeiçoar a amizade entre o Brasil e a Argentina.

Em correspondência de Buenos Aires, já tive a ocasião de dizer a V.Exa. que toda a gente aqui lhe atribui a inspiração, senão a autoria, dos artigos do *Jornal do Commercio* sobre a política do Prata. Outra informação que devo a V.Exa. é esta: vários argentinos de influência começam a suspeitar da existência de um plano nosso de prestigiar o general Roca para debilitar o atual governo. A impressão não é boa e, se se avolumar, poderá fazer perder terreno ao próprio Roca. Poderia, em caso extremo, dar ainda o resultado de evitar que o general mesmo se prestasse a instrumento do suposto manejo. Em um banquete em Londres, depois da reeleição de McKinley, lorde Salisbury começou o seu discurso congratulando-se com o embaixador americano pela vi-

47 N.E. – Carta manuscrita no papel timbrado de Assis Brasil.

tória do seu partido; o embaixador respondeu: “agradeço tanto mais as suas felicitações quanto elas são feitas depois da reeleição do presidente McKinley”. Se fossem feitas antes, importariam a perda de muitos votos. Como os americanos, nenhum povo gosta de ver seus homens públicos apoiados em influências extrínsecas. Muito provavelmente o general Roca fará coisa comum com o atual governo. Quem mais poderia opor-se a isso – Pellegrini – já desapareceu. Emílio Mitre é amigo de Roca e o será muito especialmente se for, como se espera, indicado por ele para a seguinte presidência. O chefe político da província de Buenos Aires – Ugarte – roquista reconhecido, depois de dar um formidável xeque ao governo, negando a intervenção pedida para Mendoza, acaba de aliar-se à situação, passando esta pelas forcas caudinas. Cresce a opinião de que Roca nada mais pretenderá para si, além de uma situação de acatamento e respeito, que lhe permita exercer influência análoga à que teve Mitre. Por todas essas razões e pelas que V.Exa. delas facilmente concluirá, estou certo de que V.Exa., como eu, reconhecerá que teremos de andar com um prumo na mão nas homenagens que preparamos a Roca. Seria muito aventuroso pretender divorciá-lo do governo Figueroa-Alcorta.

Quanto ao sr. Zeballos, V.Exa. o conhece como eu. Não é roquista. Provavelmente mantém algum ressentimento pessoal contra o general, que não o utilizou nunca e, quiçá, não faz dele bom conceito. Nos primeiros dias de ser chamado agora ao governo, disse-me abertamente que, se Roca fizesse qualquer manifestação desagradável de política interna, seria destruído. “*Roca no vale nada, és un militarote con suerte, una especie de Pinheiro Machado rubio*”, disse em momento de excitação. Depois disso, porém, já veio a liga com os roquistas da província de B. Aires e, na mudança total que isto importa, devem ter entrado também os sentimentos do sr. Zeballos.

Respeito muito o conceito que V.Exa. me transmitiu por telegrama para B. Aires – que, em vista dos antecedentes do atual governo argentino, a nossa atitude para com ele deve ser de reserva. Entretanto, V.Exa. sabe quanto é variável e impessoal o caráter da política, tanto mais quanto mais elevada for a esfera da mesma. Todos os governos

argentinos são iguais. O que varia são as circunstâncias. E essas já não são o que eram quando o jovem Montes de Oca ainda julgava possível truncar a marcha do prestígio internacional do Brasil. Já o tenho dito mais ou menos diretamente e repito convictamente – Zeballos, apesar dos velhos despeitos, ou por causa deles, seria o homem mais próprio para servir neste momento os interesses do Brasil. Devíamos tratá-lo bem, acompanhá-lo nas suas iniciativas de acordos comerciais, fazendo-os, afinal, se conseguirmos impor as nossas condições, e adiando-os lisa e gentilmente, se não nos pudéssemos entender. Havia tantos pretextos honestos para o adiamento – consulta aos estados, poderes especiais das câmaras, negociações prévias com o E. Unidos, etc.. Se ficamos brigados com o presente governo, não é aos homens que o compõem – e menos ao sr. Zeballos – que faremos mal. Este, especialmente, ganhará prestígio à nossa custa.

No que V.Exa. me disse quanto à inconveniência de ajustes de reciprocidade – que nós nada podemos dar à Argentina, etc. – não há, perdoe dizer, uma resposta ao meu pensamento. Eu nada quero dar à Argentina; quero tomar para o Brasil, quero melhorar a presente situação, nossa, comercial, no Prata. Se nós rebaixarmos alguma coisa no imposto da farinha e a Argentina admitir livre o café, e o mate, e o tabaco e, favorecidos ou livres outros artigos, evidentemente receberemos mais do que daremos. Haverá, pois, um saldo a nosso favor. Não será dar, mas tomar. E, depois, o principal resultado não seria o imediato, mas a consequência da cordialidade: boa disposição para liquidar esse inquietante bico d'obra do Acre, economia de milhões em armamento, sossego público, etc.. Se levarmos vida de desconfiança, não respondo mesmo pela paz futura: qualquer pretexto poderá provocar o rompimento.

Com os melhores votos pela continuação da sua saúde, sou sempre de V.Exa.

Atento servo, amigo verdadeiro e admirador,
J. F. de Assis Brasil

p.s. 25 de janeiro. Vou hoje a Bagé, onde esta será registrada. O correio ainda não tem agência regular nesta minha estação da estrada de ferro, onde, aliás, é grande o movimento de correspondência, servindo as vilas de Erval e Cacimbinhas. Pedi, por telegrama, ao ministro da Indústria a criação de uma agência aqui. Quer V.Exa. ajudar-me neste empenho? Seria de grande utilidade para a correspondência que eu tivesse que manter com o ministério. A correspondência que vem daí, só a deixam na estação quando é simples; sendo registrada, levam-na até Bagé.

Acabo de receber o seu telegrama de hoje, que vou responder na parte relativa às honras feitas ao sr. Pinilla em Buenos Aires. Vou passar a Zeballos a parte relativa ao artigo do jornal.



CARTA⁴⁸ DE 27/01/1907 - AHI 816/04/03

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Rio

Pedras Altas, 27 de janeiro de 1907.

Caro Chefe,

Anteontem expedi, registrada, de Bagé, uma extensa carta em que lhe fazia várias considerações sobre as coisas do Prata. Esta é somente para lhe submeter o incluso telegrama, que recebi ontem da Argentina. Trata-se de uma casa verdadeiramente digna da representação que devemos ter em Buenos Aires. Convenho em que as condições são pesadas – 1.500 pesos por mês e compra da mobília por 25.000. Entretanto, além de que julgo possível obter alguma rebaixa, reconheço que a exigência não é exagerada, atendendo a importância da casa e dos móveis – tudo de primeiríssima ordem – e ao estado das coisas em Buenos Aires.

48 N.E. – Carta manuscrita no papel timbrado de Assis Brasil.

V.Exa. recordará o que lhe disse e o que me disse sobre esta questão da casa em Buenos Aires. A que habito é abaixo da situação. Não voltaria para ela por princípio algum. Pois essa mesma, se eu a quisesse conservar, teria de pagar por ela mais 75% – que tal é a pretensão do proprietário. Seis meses antes de vir, andei à cata de outra, em pura perda. Não há casas disponíveis em Buenos Aires. Quando alguma se edifica (o que pouco se faz, por causa das greves), é tomada alguns meses antes de estar pronta. A que se oferece agora é, pois, uma verdadeira chance, devido à amabilidade da autora do telegrama, uma senhorita muito amiga nossa e pertencente à melhor roda. V.Exa. disse-me que me ajudaria a suportar as despesas extraordinárias da minha atual missão e já o fez o ano passado muito substancialmente. Veja se seria possível continuar a mesma política de um modo permanente. Para facilitar o sacrifício do Tesouro, poderíamos tentar declinar dos móveis. Mas tratando-se de um palácio, temo que os que tenho deixem muito a desejar, pelo menos em quantidade e quanto ao estilo que convém às salas. É, pois, quase uma necessidade aceitar a proposta com os móveis. Só se pode esperar obter algum abatimento, que proporei se a resposta de V.Exa. for favorável. Seja qual for a resposta, peço-lhe o favor de me mandar por telegrama, para responder com a presteza conveniente à nossa correspondente na Argentina.

Sou sempre, com a mais verdadeira estima, de V.Exa.

Atento servo e amigo verdadeiro,
J. F. de Assis Brasil

Recebi hoje um telegrama de Zeballos, meio incompreensível, mas que mostra melhor estado de espírito.



CARTA DE 01/03/1907 - AHI 816/04/03

Legação do Brasil

Buenos Aires, 1º de março de 1907.

Exmo. Chefe e Amigo, Sr. B. do Rio Branco,

A secretaria continua a não devolver, senão lá de quando em quando, os sacos de couro em que mandamos a correspondência. Por isso, não remetemos mais que as coisas triviais. Convinha muito devolverem os sacos regularmente, mesmo vazios.

Logo que recebi o seu telegrama, ordenando a remessa de quatro exemplares de cada um dos números de *El Diario* em que se têm publicado as cartas do con. Manuel Bernardez, fui pessoalmente por eles à direção e encarreguei ao Teffé buscá-los por outro lado, porque sabia que tinha havido grande procura desses números, que poderiam estar esgotados. Assim se verificou. O próprio Bernardez informou-me que de toda parte chegam pedidos dessas publicações, principalmente em relação a números atrasados. Disse-me o Teffé que despachou diretamente os que obtivera. Os que eu consegui não fazem coleção completa – assim me disseram – mas não tive tempo para abrir o volume e verificar quais são os que faltam. Remeto-os em mão do sr. Pereira Pinto, que também leva esta, escrita à última hora.

Pelo incluso retalho da *Nación* de hoje, V.Exa. terá uma idéia da decadência do pobre presidente. Não será de admirar que lhe não deixem chegar ao fim. Além da debilidade que todos lhe reconhecem e que é o maior incentivo para qualquer empresa contra a sua autoridade, há ainda – e principalmente – a consideração de evitar que se arraiguem as influências nascentes, que vêm prosperando à sua sombra. Entre essas, a principal é a do atual senador e ex-governador pela província de Buenos Aires, Marcellino Ugarte, que parece enfeitar-se para presidente no próximo período. É um *politicón* de casta. Só tem contra si a circunstância de ser inimigo irreconciliável de Roca e Roque Sáenz Peña ao mesmo tempo. É o atual chefe indiscutível de toda a representação da província. Com essa força e alguma ramificação em outras províncias,

consideram-no uma potência, capaz até de influir definitivamente no reconhecimento do futuro presidente. Uma pessoa muito bem informada, com quem converso intimamente, dizia-me há dias que muito provavelmente seria preciso tomar o poder de Ugarte – *haciéndole una revolución*. Esta hipótese, não só para o caso Ugarte, mas para toda a situação, já é francamente discutida.

Dizem que no último *acuerdo*, os partidários dos armamentos levaram a melhor. Os jornais (como verá V.Exa. pelos que mando) atribuem ao srs. Zaballos e Betbeder a defesa dessa política e a resistência aos srs. Iriondo (Fazenda) e Avellaneda (Interior), apesar de ser este sogro do sr. Betbeder. Parece que o ministro da Guerra (gen. Aguirre) e o que até ontem era da Agricultura e hoje é das Obras Públicas (Ramos Mejia) se mostram indiferentes à questão. Na Câmara haverá maioria governista. No Senado há, por enquanto, oposição aos armamentos exagerados.

Só espero a pequena, mas agora preciosíssima, irrigação a ouro da ajuda de custo do chamado aí, para apresentar oficialmente o pedido de disponibilidade e pôr-me em marcha. Espero que V.Exa. tenha recebido a minha carta pelo último pacote e lhe haja dado benevolente atenção.

Com os meus respeitos e afetos, assim sempre de V.Exa.,

Admirador, amigo e atento servidor,

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO DE 09/03/1907 - AHI 206/02/02

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 9 de março de 1907.
4ª SEÇÃO · N. 5

Senhor Ministro,
Tenho a honra de confirmar os seguintes telegramas trocados por ocasião da encomenda de uma parelha de cavalos feita por esse ministério:

Rio – 20 dezembro de 1906 – Com tempo rogo ver se encontra parelha alazões bons e rápidos trotadores, habituados carro, dizendo custo para ver se posso encomendar. Bastaria chegassem fim fevereiro. (assº) Rio Branco.

•

Buenos Aires – 30 janeiro 1907 – Cavalos alazões não existem à venda. Depois muito buscar encontrei parelha cavalos castanhos avermelhados, pés negros e sem manchas brancas. Bela estampa, bons trotadores e perfeitamente adestrados. Acabam completar 6 anos de idade. Altura um metro sessenta sete. Raça *Hackney-Cleveland* da estância Martinez de Hoz. Custaram 4 mil pesos, porém, motivo partida agora donos para Europa, poderei obtê-los por três mil duzentos pesos papel. Despesas até Rio custarão cerca de trezentos pesos de maneira que preço total parelha posta aí será de três mil quinhentos pesos. (assº) Teffé.

•

Buenos Aires – 1º fevereiro 1907 – Rogo informar-me se deseja ainda cavalos alazões pois me foi oferecida bonita parelha por três mil quinhentos pesos. São cavalos puro sangue e muito superiores aos que mandei em julho. (assº) Teffé.

•

Rio – 9 de fevereiro de 1907 – Pode comprar parelha. Queira dizer despesa total inclusive embarque. Remeta urgência. (assº) Rio Branco.

•

Buenos Aires – 17 fevereiro 1907 – Um dos cavalos da parelha alazã oferecida está doente, por isso desfiz negócio. Não existe atualmente outra. Caso não faça questão cor poderia mandar pelo paquete *Nile* de sexta-feira próxima uma bela parelha de cavalos castanho avermelhados raça *Hackney* da estância Martinez de Hoz. Habituaos cidade e bons trotadores. Idade quatro anos. Talhe um metro sessenta oito. Preço total até Rio seria trezentas vinte libras esterlinas. Rogo responder urgência. (assº) Teffé.

•

Petrópolis – 18 fevereiro 1907 – Pode fechar negócio parelha preço combinado sacando Delegacia despesas reservadas. (assº) Rio Branco.

•

Buenos Aires – 22 fevereiro 1907 – Dificuldades última hora impediram partida cavalos *Nile*. Irão primeiro vapor. (assº) Teffé.

•

Rio – 28 fevereiro de 1907 – *Nile* entrado ontem não trouxe parelha. Foi barçaça a bordo. Queira informar urgente quando chegará. (assº) Rio Branco.

•

Buenos Aires – 28 fevereiro 1907 – Não compreendo telegrama, pois, em tempo, avisei Vossência grandes dificuldades encontradas remessa cavalos *Nile*. A custo consegui partida amanhã sexta-feira paquete *Magellan*. Seguem acompanhados pessoa toda confiança. (assº) Teffé.

Por intermédio do Banco de Itália e Rio de La Plata e de conformidade com as ordens de V.Exa., saquei contra a Delegacia do Tesouro Federal em Londres, pela quantia de £ 325 ou \$ 3.645 pesos papel, para saldar as despesas efetuadas com a compra e remessa da parelha até ao Rio de Janeiro.

A nota total apresentada pelo sr. Dupuy importava em \$ 3.707 pesos-papel, porém, só lhe paguei \$ 3.645 pesos ou £ 325.

Em anexo tenho a honra de remeter a V.Exa., a nota do banco com o cálculo detalhado do saque sobre Londres e os recibos do estabelecimento “El Derby” desta capital.

Prevaleço-me do ensejo, para reiterar a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

Oscar de Teffé Von Hoonholtz



CARTA DE 27/03/1907 - AHI 816/04/03

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Rio

Legação do Brasil
Buenos Aires, 27 de março de 1907.

Caro Chefe,

Como digo hoje pelo fio, vou partir de volta a Pedras Altas. Está contratada a casa do dr. José Santamarina, para residência e legação, pela soma de mil e quinhentos pesos mensais, a partir de 1º de maio. Foram também comprados os móveis referidos nas comunicações que, de Pedras Altas, mandei a V.Exa. e em virtude das quais fui autorizado a proceder. A casa é régia, sem ser espetaculosa, e assim são o seu interior e pertencas. Como situação, não tem rival em Buenos Aires: está na esquina de Cerrito e Juncal, o ponto mais *fashionable* do melhor bairro de residências desta terra. Só falta mudar de ministro, para ficar o Brasil representado na devida altura. Fico-lhe muito grato pelo grande auxílio que me deu a fim de conseguir estes resultados; mas, de certo modo, me julgo roubado nos meus sonhos de deitar âncora em Pedras Altas para

sempre: com tantos elementos de conforto e meios de bem representar o país, será preciso adiar por algum tempo o projeto de retirada.

No seu telegrama para Pedras Altas, V.Exa. diz que, durante este ano, se fará a despesa extraordinária pela respectiva verba do ministério, devendo-se pedir verba para os anos seguintes. Peço-lhe o favor de providenciar para os pagamentos de maio em diante. Já temos da verba para aluguel da chancelaria £ 18-6-0, cada mês, que equivalem a duzentos e seis pesos, papel argentino; ficam pois faltando 1.294 pesos, papel argentino, que equivalem a £ 113, quantia que terá de ser sacada mensalmente, ou semestralmente, com os 2 contos do aluguel da chancelaria. V.Exa. deve decidir esse ponto em tempo.

Por falta de tempo e por estar no campo o proprietário da casa, não se lavrou contrato formal do arrendamento, que é por três anos, mas trocamos cartas explícitas.

Penso estar aqui de volta, com os meus, por todo maio.

Zeballos partiu para Mar del Plata, depois de haver conversado várias vezes comigo. Vai em folha avulsa o que se refere a esse capítulo.

Tivemos aqui a boa notícia do seu restabelecimento. Votos sinceros para que seja duradouro. Sou sempre, com a maior estima e consideração, de V.Exa.

Atento servo, amigo e admirador,

J. F. de Assis Brasil

[*Anexo*]

Acompanha carta de 27 de março de 1907.

Reservado

A minha conversação com o sr. Zeballos consistiu, como disse por telegrama, em deixar-me ele sentir os seus anseios quanto à boa vontade do governo para com ele próprio e a Argentina e em busca de desvanecer-lhe essas preocupações.

Resumindo a minha impressão, parece-me que Zeballos neste momento se preocupa unicamente de agüentar-se no governo. Pouco lhe importaria fazer tratados comerciais ou não; não se lhe daria de submeter-se ao general Roca ou a qualquer outro: o essencial é permanecer no ministério. Nesse sentido, ele compreende a importância da influência brasileira: trataria de ser agradável ao Brasil, se visse que era isso o que lhe daria segurança, e de melhor grado ainda nos agrediria se essa fosse a condição de êxito para o que apetece. Assim, se o general Roca tiver de influir no governo e Zeballos continuar nele, é certo que – com ou sem tratado – nos será dedicado; mas, se se formalizar uma reação contra Roca, Zeballos, seguramente, hostilizará o Brasil. Ele, de fato, odeia Roca; mas o ódio e o amor são fracos sentimentos neste homem, que é todo vaidade e ânsia de figuração.

Em conversa disse-me que Roca não gostava dele, como de nenhum moço de talento. É também significativo que tenha partido para Mar del Plata, a passar a Semana Santa, precisamente na véspera da chegada de Roca. Nada disso tira, entretanto, que ele venha correndo render homenagem a Roca, se for caso disso, ao seu modo de ver.

Qual será o destino, *la actuación* de Roca? Ninguém – nem ele – o sabe. Roca é respeitado por muitos, temido por outros; mas não é popular. A sua recepção foi fria. A *Nación* foi o único jornal que o tratou bem. (Dizem que se procura fazer lançar à candidatura presidencial Emílio Mitre, com o apoio do general). Aqui não há dia em que não se espere uma revolução – o mesmo Roca o disse – e se ela viesse e fosse medianamente bem sucedida, ainda que não triunfante, abalaria a influência de Roca. Especulam muito com as festas brasileiras e não duvido que o mesmo governo faça correr a interpretação de que elas foram para Roca, versus Figueroa Alcorta. Um dos jornais oficiais disse que, depois das festas, os dois povos conservavam os mesmos receios de antes.

Junto cópias de uma correspondência que tive com Zeballos. A minha resposta foi trazida pessoalmente. Na conversação que tivemos, ele conveio em não dirigir nota alguma, incitando o Brasil a tratar.

Sinto que por aí digam que eu tomei atitude nestes negócios. É verdade que sou pessoalmente partidário de acordos com estes países para

baratear o pão e introduzir aqui uns quantos artigos nossos, que carecem de colocação; mas nunca fiz mais, oficialmente, do que levar os recados do governo. Entre esses, houve dois que continham a promessa de instruções, tendo-se verificado, quanto ao último, que não era dirigido a mim, mas à legação no Paraguai. Zeballos – e até eu – acreditamos que as prometidas instruções seriam para tratar alguma coisa no sentido da autorização dada pelas câmaras e comentada pelo relato da comissão de orçamento da dos deputados. Entretanto, deixei sempre, pela minha parte, bem claro que nada sabia do pensamento definitivo do governo. Depois de receber as ordens definitivas de V.Exa., limitei-me a dizer ao sr. Zeballos que, por enquanto, o governo não se julgava no caso de tratar e não me descuidei – então, como antes – de observar que a Argentina perdia menos que o Brasil em não fazer já tratado algum. Nisso, aliás, exprimi os meus verdadeiros sentimentos.

Sei que os jornais, de cá e de lá, dizem muitas outras coisas, mas V.Exa. sabe o que merecem de crédito os foliculários.

Fiz ao general Roca uma visita de bilhete, no dia da chegada. Na volta, pretendo freqüentá-lo muito. Tive em Pedras Altas um telegrama dele muito amável.

Assis Brasil



OFÍCIO⁴⁹ DE 13/06/1907 - AHI 260/02/02

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 13 de junho de 1907.

2ª SEÇÃO · N. 4 · RESERVADO

Senhor Ministro,

Pelos jornais que lhe remeto por esta mala, ficará V.Exa. informado da situação política interna deste país. Como sempre, entretanto, será preciso ler entre as linhas da imprensa o que as conveniências partidárias fazem calar ou obrigam a desfigurar.

O defunto presidente Quintana trabalhava por constituir partido próprio, bem que buscando de preferência os seus elementos nas fileiras do Partido Autonomista Nacional, ou *Roquista*. Contra essa tentativa oficial em princípio de execução, levantou-se uma combinação política em quase todas as províncias, mas especialmente na capital federal, com o simples nome de *Coalición*, a que às vezes ajuntam – *de los partidos populares*. Tais partidos populares eram sobretudo o galho do Autonomista Nacional guiado pelo finado Pellegrini e o *Republicano*, *Liberal* ou *Mitrista*, a que se juntaram alguns *Radicais* e, como soe acontecer em tais casos, grande número de políticos desclassificados das agrupações militantes. A importância dos *leaders* da capital e a superveniência da agonia e morte do sr. Quintana pelos dias da eleição federal, realizada no outono do ano passado, deram nesta cidade vitória completa à coligação, que elegeu todos os seus candidatos a deputados. O partido

49 N.E. – O documento apresenta as seguintes anotações marginais, autógrafas do Barão, todas na altura do segundo parágrafo: na terceira linha, “P^{do} Autonomista Nac^l ou Roquista”; , na sexta linha, “Coligação dos partidos pop^{es}”; na oitava linha, “Ramo do Autonomista Nac^l à Pellegrini”; seguido de “Repub^{no}. Lib^l ou Mitrista, alguns Radicais”; na altura da décima quarta linha, “Partido oficialista”.

oficialista derrotado, que era encabeçado pelo então governador da província de Buenos Aires, sr. Ugarte, fez, entretanto, a unanimidade da representação desta grande província.

Impressionado pelo prestígio da vitória recente, o vice-presidente, sr. Figueroa Alcorta, chamou para organizar o seu gabinete quase exclusivamente políticos da Coligação. A única exceção foi o sr. Quirno Costa, que tomou a pasta do Interior, representando, dizia-se, a influência do general Roca. Dentro de muito pouco tempo, entretanto, o sr. Quirno demitiu-se; o lugar foi tomado por um coligado, o então ministro de Estrangeiros, sr. Montes de Oca.

Com essa composição exterior se tem arrastado o governo até agora, desapontando a expectativa pessimista dos que profetizavam que ele não resistiria por muito tempo ao *tira y afloja* dos apetites e tendências discordes dos seus elementos componentes. Realmente, por mais de uma vez, a discórdia tem sido visível no seio da Coligação e do ministério dela saído, mas nunca tão patente como no recente caso do reconhecimento de um senador por Corrientes. Nessa província havia dois candidatos, ambos da Coligação, um pellegrinista e um antigo mitrista, recente quintanista, mas acolhido agora à proteção dos primitivos correligionários. É este último o sr. Valentín Virasoro, bem nosso conhecido pela parte que tomou nos trabalhos preparatórios do arbitramento de Cleveland e atual membro da comissão assessora na demanda peru-boliviana. Os correntinos foram a todos os extremos da tática partidária, concluindo por formar duas assembléias, cada uma das quais conferia diploma de senador ao seu homem. Veio a questão para o Senado e, desde logo, os mitristas e os seus simpáticos desenvolveram a maior atividade para que fosse reconhecido o sr. Virasoro e os autonomistas para que o fosse o outro, sr. Vidal. Há poucos dias triunfou o primeiro.

Este fato, aparentemente comezinho, teve o mérito de revelar o estado atual das coisas nas altas regiões: o general Roca, depois de uma conferência com o presidente da República, parece ter apoiado o sr. Virasoro – pelo menos assim votaram os seus amigos do Senado; o sr. Montes de Oca, ministro do Interior, que era tido no princípio por anti-roquista,

procedeu do mesmo modo e parece ter-se aproximado sensivelmente de Roca; finalmente – e o mais importante de tudo – o sr. Figueroa Alcorta manifestou clara preferência pelos seus ministros *Republicanos*, deixando em má situação os autonomistas adversos ao general Roca. São esses autonomistas os srs. Tedin (Obras Públicas), Pinedo (Instrução) e Zeballos. A voz geral é que a posição destes senhores é insustentável; mas a política atual, na ausência de partidos e de conflitos de opiniões, quase não tem outro alvo senão a conquista e a retenção dos lugares e, em tal situação, quem pode avaliar a dose de desaire de que precisa um político para largar o emprego?

Outro fato interessante que se desenha cada vez mais nítido é a aproximação crescente entre o mitrismo e o roquismo. É de esperar que o movimento continue: ao agudo espírito do general Roca é fácil aquilatar o valor moral de uma associação com o partido de mais puras tradições e, aos homens que representam este, não escapa a vantagem de uma aliança que poderá tirá-los das aspirações platônicas, em que têm vivido há meio século, para o terreno positivo da dominação, ainda mais se, como se diz, está em preparação a candidatura presidencial do único filho sobrevivente do general Mitre.

Reitero a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



CARTA DE 21/06/1907 - AHI 816/04/03

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Legação do Brasil

Buenos Aires, 21 de junho de 1907.

RESERVADO

Caro Chefe,

Depois do ofício reservado em que procurei dar-lhe em poucas palavras uma idéia da presente situação argentina, nada tem ocorrido que modifique a minha impressão. Consta continuar a mesma briga latente no ministério e são diariamente denunciados os tratados do ministro do Interior – Montes de Oca – para a criação de um partido do presidente no seio das câmaras. Os jornais simpáticos ao sr. Zeballos dão a essa combinação o nome de *Bloco Mitri-Roquista* e a maldiciam [*sic*] quanto podem. Leia nesse sentido a *Razón* e o *Tiempo*.

Desde que cheguei, só estive uma vez com o ministro de Estrangeiros, na Casa Rosada. Tenho-o visto, entretanto, várias vezes na sociedade, inclusive duas em casa dele. Hoje era dia de recepção oficial, mas fui avisado de que não teria lugar, devido a outras ocupações do ministro.

O sr. Zeballos, que não me largava, nem em Pedras Altas, a propósito dos arranjos comerciais, e que fazia constar aqui que eu vinha ocupar-me deles, – não me deu palavra, nem fez a mínima alusão a tal objeto durante a visita que lhe fiz na casa do governo. Notando o seu silêncio, provoquei de propósito uma descabida conversação para questões econômicas da Argentina e fui até a aludir à crise do café no Brasil. A nada o homem se moveu. É certo, entretanto, que se mostrou muitíssimo amável comigo, tratando-me com a familiaridade de sempre. A abstinência quanto ao seu assunto favorito, explica-se pelas grandes preocupações do momento. É a própria existência – não são arranjos comerciais – o que está em questão. Nas próprias reuniões semanais na sua casa, ele se mostra visivelmente frio e meditabundo. Realmente,

se é verdade metade do que se diz da situação, não compreendo como poderá agüentar-se o sr. Zeballos.

Mas, a par da razão apontada, deve haver também um pouco de despeito pelo malogro das esperanças que ele confessou com tanto ruído ao vir para o governo. Constou-me até que esse despeito não era tanto contra V.Exa., como contra mim e que pessoa íntima do ministro dissera que o governo brasileiro estava resolvido a nada tratar com a Argentina enquanto eu aqui estivesse. Pode ser intriga banal; mas pode também ser verdade. É certo que este senhor deve desejar muito cordialmente ver-me longe daqui: a velha história das contas (que nunca ajustou comigo, apesar de haver aludido a isso ainda em 1904, quando cá vim a passeio) deve pesar-lhe como chumbo, apesar da estrita discrição que tenho guardado. Em vista da ausência de negócios, parece-me que eu devia responder à indiferença do sr. Zeballos com indiferença maior, chegando mesmo a ausentar-me a miúdo de Buenos Aires. Neste sentido, quero que V.Exa. me autorize a estar fora da sede da legação o tempo que julgar conveniente, percorrendo as províncias, visitando os vice-consulados, etc.. Poderia mesmo arranjar um passeio a Mato Grosso. Fora dessas excursões, sem maior objetivo que o aludido, tenho ainda necessidade de dar um pulo a Pedras Altas, onde estão abertas as covas para a plantação de alguns milhares de árvores finas, que desejo ver deitar na terra. Não poderia V.Exa. deixar-me ir incógnito, por uma semana, sem necessidade da licença? Sobre este particular lhe telegrafarei em breve, provavelmente.

Ainda estamos por concluir os arranjos da nova casa. Temos agora um verdadeiro palácio, sem muita ostentação, mas com a austera imponência que a nossa representação exige. Foi este ano uma verdadeira revolução nas legações em Buenos Aires: até o ano passado, nenhuma primava por convenientemente instalada; hoje, há nada menos de meia dúzia nas condições da nossa. Mas não esqueça V.Exa. que “*il faut souffrir pour être beau*”: espero que tenha providenciado sobre o pagamento dos aluguéis a que se referia o meu último telegrama. Assim que concluir o arranjo da mobília, remeterei cópia do contrato com o proprietário da casa e respectivos recibos das somas pagas.

Sou sempre, com a mais sincera dedicação a V.Exa., atento servidor,
amigo grato

J. F. de Assis Brasil



CARTA DE 05/07/1907 - AHI 816/04/03

Exmo. Sr. B. do Rio Branco

Legação do Brasil

Buenos Aires, 5 de julho de 1907.

Prezado Chefe,

Com referência ao que lhe disse em outra carta quanto às relações do sr. Zeballos comigo, devo informar que, de então para cá, apesar de que não tenho comparecido nas recepções ordinárias das sextas-feiras, seguidamente eu tenho encontrado com aquele ministro, mostrando-se ele sempre muito afável e familiar, mas nunca aludindo ao antigo favorito objeto da convenção comercial. Parece-me agora mais provável a hipótese que antes figurei: o silêncio explica-se pela situação precária de Zeballos no gabinete. Desde o reconhecimento do sr. Virasoro como senador por comunicado (de que dei conta em ofício), a liga mitri-roquista está em antagonismo com os outros elementos do ministério. Não é só o sr. Zeballos que está em crise, são todos os ministros. Quando ela se resolver, ficará ou cairá Zeballos? É o que ninguém sabe, nem ele. Se depender dele, é certo que não cairá. Mas dizem que o general Roca não o suporta e que nunca o aceitaria, ainda que ele se lhe oferecesse.

Continuo a pensar que Zeballos seria um dos melhores ministros de Estrangeiros para tratar conosco, se pudéssemos comprazer com ele em alguma das coisas inocentes de que ele tanto gosta; mas, depois da decepção relativa aos arranjos comerciais, temo que este homem possa

dar-nos alguma dor de cabeça, se se agüentar no governo e se sentir com qualquer dose de prestígio.

Para que V.Exa. veja o tom de cordialidade em que vamos, aqui incluo o último bilhete que dele recebi. Como deve ter noticiado o telégrafo, ele tem estado estes dias doente de alguma gravidade – pneumonia ou congestão pulmonar dupla. Tenho ido assiduamente informar-me da sua saúde. Ontem ia melhor. Pretendo deixar hoje um cartão no nome de V.Exa..

Sou sempre e muito de V.Exa.

Maior admirador e amigo

J. F. de Assis Brasil

p. s. Depois da festa de 9 de julho, aí pelo dia 15 ou 20, pretendo fazer a escapada até Pedras Altas de que lhe falei em outra carta. Como vou fugido, guardarei absoluto incógnito; mas, se V.Exa. tem alguma objeção a essa aventura, poderá dizer-mo pelo fio, para o que há tempo.



OFÍCIO⁵⁰ DE 12/07/1907 - AHI 206/02/02

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 12 de julho de 1907.

2ª SEÇÃO · N. 5 · RESERVADO

Senhor Ministro,
Tenho a honra de acusar o recebimento, em 10 do corrente, do seguinte despacho telegráfico de V.Exa.:

Telegramas dizem ministro Zeballos enfermo. Espero não seja causa de cuidado e rogo V.Exa. manifestar-lhe meus votos seu pronto completo restabelecimento.

Ontem telegrafei a V.Exa. nos seguintes termos:

Ministro Zeballos esteve doente sem gravidade, achando-se agora melhor. Pediu-me agradecer cortesia V.Exa.. Esta manhã foi anunciada esperada mudança ministerial, sendo substituídos ministros Guerra, Justiça, e Obras Públicas por general Aguirre, dr. Bibiloni e engenheiro Maschwitz. Na opinião geral essas mudanças não alteram situação.

A doença do sr. Zeballos foi classificada como congestão pulmonar. O doente acha-se em via de restabelecimento, mas muito debilitado, segundo pude notar na visita que ontem lhe fiz. Disse-me ele que se sente extenuado e que à noite costuma voltar-lhe a febre. A família e os médicos, porém, mostram-se otimistas.

A alteração havida no gabinete respondeu à que parecia menos provável das duas hipóteses que se figuravam. Uns esperavam que o presidente

50 N.E. – Imediatamente abaixo da data, intervenção manuscrita: “Acusado recebimento. Despacho n. 38 de 21-09-07”.

daria ao ministério uma cor política definida; outros, em menor número, contavam com a eliminação de qualquer espírito partidário. Os últimos tiveram razão. Os novos ministros são considerados extremos de ligações partidárias, ainda que a *Nación* tenha publicado – provavelmente com assentimento do sr. Maschwitz – que este novo secretário pertence ao Partido Republicano, ou mitrista, não levando, entretanto, para a administração, intenções algumas políticas.

O novo ministro da Guerra serviu na secretaria desse ramo, no posto de coronel, do qual foi recentemente promovido. É muito considerado como homem ativo e competente.

O sr. Bibiloni, nomeado para Instrução Pública e Justiça, é advogado de nota e professor na Faculdade de Direito. Não se lhe conhece filiação partidária.

Dos demissionários, o sr. Tedin (Obras Públicas) era tido por mitrista, ainda que discreto; o sr. Pinedo é autonomista da feição Pellegrini; o general Fraga não é político. Os três alegaram, para pedir dispensa, o mesmo motivo – necessidade de descanso. Mas é certo que para os dois primeiros houve, a mais, a razão partidária, e para o último, uma desavença com o presidente sobre questão de administração militar: o presidente comprometeu-se, com influências radicais, a interpretar no sentido mais lato a anistia concedida aos militares revoltosos de fevereiro de 1904, não somente readmitindo-os nos seus postos, mas ainda contando-lhes o tempo – e quiçá o soldo –, como se tal revolta não tivesse havido e a isso opôs-se tenazmente o general Fraga; da impossibilidade de acordo resultou a retirada do ministro. É de notar que já o general Fraga veio ao ministério para substituir o general Luiz Maria Campos, que se recusava a reintegrar os militares revoltosos.

Devo ainda informar a V.Exa., que há quem espere que a crise terá de atingir o sr. Ramos Mejia, ministro da Agricultura. A pasta não é política, mas o seu portador é característico representante do Partido Autonomista.

Quanto ao sr. Zeballos, tem sido respeitado pelas controvérsias da atual liquidação, em parte por não estar nitidamente classificado em partido algum, em parte em atenção à crise de saúde que o aflige

nestes momentos. Mas, se, por baixo da camada superficial e visível, é a influência mitri-roquista que alastra e ganha terreno (como não é improvável), também a Secretaria de Negócios Estrangeiros poderá mudar de titular.

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



CARTA DE 26/07/1907 - AHI 816/04/03

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Etc., etc., etc.

Rio de Janeiro

Legação do Brasil, 26 de julho de 1907.

O sr. barão Antônio de Marchi, presidente da *Sociedad Sportiva Argentina*, dirigiu-me o ofício cujo original acompanha esta, convidando o Brasil a tomar parte nos torneios atléticos que terão lugar nesta capital no próximo mês de outubro. Pela resposta que lhe dei, cuja cópia também vai com esta, deixei claro que nada tínhamos que ver oficialmente com os projetados torneios. Para corresponder, entretanto, à amabilidade do convite e tendo em atenção o alto valimento do sr. de Marchi, julguei dever submeter o caso a V.Exa., como agora o faço, esperando que V.Exa., fará constar aos interessados a existência do referido convite, a fim de que eles resolvam o que quiserem.

Reitero a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil

p.s. O barão de Marchi é o genro do general Roca, que com ele esteve no Rio.

[*Anexo*]

Cópia

Legação do Brasil, 25 de julho de 1907.

Exmo. Sr. Barão Antônio de Marchi
Presidente da Sociedade Sportiva Argentina
Buenos Aires

Tenho a honra de acusar recebido o ofício de 23 do corrente, no qual V.Exa. por meu intermédio dirige um convite às sociedades respectivas do Brasil para mandarem um *team* dos seus *footballers* a fim de se medirem em partidos amistosos com os seus irmãos argentinos, por ocasião dos torneios atléticos que se projetam para o mês de outubro nesta capital.

Agradecendo por seu intermédio a gentil distinção que a sociedade, sob a digna presidência de V.Exa., faz aos atletas brasileiros e, embora no meu caráter oficial nada me seja possível fazer para comprazer com os seus desejos, tenho a satisfação de lhe informar que pela primeira oportunidade transmitirei o honroso e amável convite para o Rio de Janeiro, recomendado a pessoa altamente qualificada, que lhe dará o conveniente destino.

Com este motivo, me é grato oferecer a V.Exa. a segurança da minha mais elevada consideração.

CARTA DE 23/08/1907 - AHI 206/02/02

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Rio

Legação do Brasil
Buenos Aires, 23 de agosto de 1907.

Prezado Chefe,

Como V.Exa. já sabe pela minha correspondência telegráfica, estou aqui desde o dia 11. A excursão ao norte desta república, com um rápido pulo a Pedras Altas, durou menos de duas semanas, de que boa parte passei dentro do meu distrito diplomático.

Já previa a intriga da politiquice rio-grandense, que, em telegramas para aí, pretendeu fazer-me passar por agitador. A afirmação era falsa; mas não há fumo sem fogo: os ditatoriais do Rio Grande intrigam-me e injuriam-me, porque sabem que não posso estar com eles e que, declarando-se uma luta de princípios no estado, serei logicamente levado a tomar o meu posto nas fileiras. Isso, porém, nunca faria enquanto estivesse no exercício do cargo de confiança que desempenho. Neste sentido, a primeira – quase única – pessoa com quem tenho de entender-me é V.Exa., como meu chefe legal e como amigo a quem tenho professado a maior dedicação e de quem devo esperar apoio e conselho. Para que V.Exa. possa bem apreciar o meu caso, é preciso que eu o exponha com clareza, ainda que brevemente, desde as suas origens.

Nenhum homem público contemporâneo tem, no Rio Grande, maiores responsabilidades políticas do que eu, apesar do pouco que valho. Lidei assiduamente, desde a adolescência, na propaganda democrática. Fui dos organizadores do Partido Republicano. Sem nunca me apresentar por mim mesmo, mas sempre escolhido por eleição prévia, fui sempre o candidato mais ativo e o único eleito, não em uma, porém em duas legislaturas provinciais a seguir. Sustentei as doutrinas do novo partido, sem desalento, sozinho, em presença de um adversário tão descomunal como Silveira Martins e em controvérsia com ele, em

debates que fizeram época na antiga província. Fui autor dos únicos livros de doutrina e propaganda que circularam no Rio Grande e mais se espalharam e foram lidos em todo o Império.

O meu eclipse na arena política coincide com o estabelecimento da República. Ao meu lado esteve sempre um homem que foi o meu mais íntimo amigo e companheiro, na vida privada e na pública, o meu falecido cunhado Castilhos. Não é possível supor-se mais estreita ligação, mais assídua e sincera assistência mútua que as que eu mantive com esse homem, cujo caráter era, entretanto, a muitos respeitos, o inverso do meu. O antagonismo inevitável produziu-se logo que saímos do campo da crítica e da oposição para o da ação positiva e do exercício do poder. Castilhos era materialista e tinha a paixão do mando; eu era, sou e espero morrer idealista: ainda que não admita o que chamam absoluto, coloco a fidelidade aos princípios antes de qualquer coisa e de qualquer consideração. Possuídos de igual firmeza e igual honestidade, tínhamos de dar – e demos – resultados divergentes, uma vez postos à obra. Castilhos desprezou e esqueceu tudo – afetos pessoais, afinidades partidárias e obrigações de coerência – para ir direto ao seu alvo, que atingiu brilhante e tragicamente, auxiliado pelo próprio desvario dos seus piores inimigos, que, declarando-lhe guerra armada em mau momento, apenas conseguiram levantá-lo a maior evidência; eu abri mão de todas as vantagens conquistadas, deixei passarem e desvanecerem-se todas as oportunidades de satisfação das mais intensas ambições e apetites da mocidade, resignei-me ao sabido descrédito e às amargas injúrias que esperam a falta de êxito material, para não sair da linha que julgava – e ainda creio – a da conformidade com os princípios que evangelizei.

Nos primeiros dias da administração republicana, reconheci que não havia lugar para mim e o meu melhor amigo. Desde as coisas mais triviais, como nomeações e, sobretudo, demissões de empregados, até as que entendiam com a organização superior da República, freqüentemente os nossos temperamentos antagônicos se revelavam. Essa incompatibilidade insanável explica a minha entrada para a diplomacia, que, aliás, coincidiu com outra preocupação mais grave: por

esse tempo se supunha já iminente – o que, pouco depois, se realizou – uma conspiração reacionária de brasileiros, organizada e apoiada no Prata, e julgava-se necessária a vinda para Buenos Aires e Montevideú de ministros que fossem homens políticos ativos e intimamente solidários com a nova ordem nacional.

Assim, o que me retirou da política militante não foi rompimento algum formal com o meu antigo companheiro, mas o desejo de o evitar. Nem é verdade que ele, então ou mais tarde, me infligisse derrota alguma, como dizem ou insinuam alguns inscientes. Apesar das mil oportunidades em que se evidenciou a nossa incompatibilidade, avançamos sempre na vida em linhas paralelas, sustentados por uma velha e profunda amizade, que ambos desejávamos manter. Só uma vez nos encontramos em direções opostas e em caminho que, para mim ao menos, não oferecia desvio algum honesto: foi quando ele apoiou e eu combati o golpe de estado e a ditadura do marechal Deodoro. Mas dessa feita, não fui eu certamente o derrotado: Castilhos ainda antes mesmo da falência daquela triste aventura, largou o governo do Rio Grande e eu o assumi, em nome da resistência constitucional, que triunfou dentro de poucos dias. A vitória não foi pessoalmente minha; foi da opinião e decisão quase unânimes do Rio Grande; mas é igualmente certo que, se desse episódio resultou um derrotado, não fui eu, evidentemente.

Quando tomei o governo provisório, com mais dois companheiros – Barros Cassal e general Rocha Osório – declarei que só me conservaria nele enquanto durasse a ditadura. No dia em que ela foi abaixo, retirei-me também eu. Voltei daí a breves dias ao exercício da minha profissão, a diplomacia, da qual me havia espontaneamente afastado durante os meses da presidência Deodoro, contra cuja candidatura tinha votado como eleitor presidencial e cuja confiança não podia supor, quando eu lhe negara a minha para chefe da nação, apesar do muito que o estimei sempre sob outros pontos de vista. Os que balbuciam insinuações sobre o meu apego a posições oficiais esquecem que, das duas vezes em que deixei o Rio Grande, tinha absolutamente tudo à minha disposição e que, entre essas duas datas tão aproximadas, devolvi de uma só vez ao governo, por um nobre escrúpulo, esta mesma legação de Buenos Aires

e mais uma pasta de ministro de Estado, além de resignar o próprio mandato popular de deputado ao primeiro parlamento da República. E tudo isto se dava quando apenas ia no princípio da casa dos trinta, a idade em que as ambições humanas são mais intensas, porque, sem terem perdido ainda a primitiva sofreguidão, podem já contar com as vantagens do cálculo e da razão amadurecida.

Que a minha abstinência não se deu também por falta de ânimo para afrontar dificuldades, incômodos ou perigos, parece que o deixa claro o fato de que permanecia na atividade e maior energia de ação, precisamente nos momentos de mais dura prova – o da propaganda, o da conspiração e da resistência ao golpe de estado. E que fizeram, nesses momentos, muitos dos meus presentes difamadores? Não vale a pena dizê-lo.

O que, principalmente, me levou a ausentar-me do Rio Grande e da atividade política foi, como tenho mais de uma vez declarado, a convicção de que a minha permanência e intervenção não seriam benéficas durante a confusão que se seguisse ao golpe de estado e ao erro deplorável de Júlio Castilhos, quando recusou o meu conselho e súplica de se pôr logo à frente do movimento contra aquele atentado. Ficando no Rio Grande, as minhas puras intenções e escassa competência teriam de arder no mesmo incêndio que devorou tantas outras aptidões. Entendi que devia ir servir à pátria por outro modo, enquanto deixava assentar o pó mefítico, que não levantei nem devia respirar. Mas nunca vivi, durante essa longa ausência que já transpõe a raia do terceiro lustro, senão do pensamento do Rio Grande e do Brasil e da firme intenção de me restituir à terra amada e pôr ao seu serviço o saber e a experiência que a peregrinação pelo mundo me ministrasse. No desempenho do meu cargo, sempre observei um critério de utilidade prática para o país e freqüentemente ocupei os momentos de ócio em escrever e publicar livros e trabalhos de doutrina política e de propaganda econômica, no intuito de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições e desenvolvimento da riqueza pública. Nem mesmo quanto à atividade particular me considerei jamais fora do Rio Grande: nunca deixei de cultivar e melhorar, para exemplo e bem da comunidade, a pequena propriedade herdada de meus avós, com sacrifício, assiduidade e cari-

nhos que, infelizmente, poderão alegar bem poucos dos que tiveram o doce privilégio de permanecer na terra da pátria.

Assim como a preocupação de não ser prejudicial me afastou e manteve ausente do Rio Grande, assim também a convicção de poder ser útil determinaria o meu regresso. V.Exa. sabe, pela nossa correspondência de então, que eu tinha disposto esse regresso para o fim do consulado Campos Sales ou começo do Rodrigues Alves. Isso lhe escrevi quando, ao ser convidado para o novo governo, V.Exa. me consultou sobre o estado da questão do Acre nos Estados Unidos. V.Exa. sabe, mais, que tive de retardar a minha partida dos Estados Unidos até deixar liquidada ali, sob a sua sábia direção, a parte em que essa questão implicava interesses estrangeiros; sabe que vim em seguida, a seu chamado, para o Brasil, trazendo família e bagagens, como quem estava firmemente resolvido a não mais sair do país; sabe que fui, pela sua extrema bondade, nomeado plenipotenciário para, ao seu lado, tratar com os enviados bolivianos; sabe que, terminada essa laboriosa negociação – que representa o mais substancial êxito diplomático da nossa história e tanta honra faz a V.Exa., que o obtive – eu me retirei para o Rio Grande com a melhor vontade de lá ficar para sempre; sabe, finalmente em que condições e por que razões de serviço público vim desempenhar a atual missão na Argentina. Para lhe ser agradável, eu permaneceria nela até que V.Exa. pudesse dispensar-me, se a voz de outro dever mais imperioso me não impusesse outra decisão.

Depois de largo, inútil e, algumas vezes, fúnebre dispêndio de energia em torno de personalismos tacanhos e paixões desorientadas, o Rio Grande se move nestes momentos por uma questão de princípios. De um dos lados, estão os que sempre propugnei. Devo correr em sua defesa. É verdade que não estão bem definidos; mas isso torna apenas mais urgente a minha intervenção. Talvez – muito provavelmente – a luta que começa participa, ainda, das asperezas e barbarismos que caracterizaram o recente passado; mas seria isso precisamente um incentivo para que tomassem os seus postos todos aqueles que se julgassem capazes de introduzir na controvérsia a serenidade das idéias e a cortesia da civilidade. Enfim, a consciência de que não me vou recostar em leito de rosas não é, como nunca foi, bastante para me fazer estacar ou fugir.

Devo, pois, voltar ao Rio Grande, abandonando a carreira a que o destino me fez consagrar o melhor período da virilidade. Mas não posso fazê-lo sem me entender pessoalmente com V.Exa., dar-lhe conta das matérias de serviço que me foram confiadas, fazer-lhe as minhas despedidas e apresentar os meus agradecimentos pelas mil bondades com que V.Exa., durante a sua gloriosa administração, tantas vezes me distinguiu e obrigou. Fico, pois, à espera das suas ordens e sou sempre, com a mais profunda estima e admiração

De V.Exa. atento servidor e amigo

J. F. de Assis Brasil



OFÍCIO⁵¹ DE 30/08/1907 - AHI 206/02/02

Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 30 de agosto de 1907.

2ª SEÇÃO · N. 6 · RESERVADO

Senhor Ministro,

Tenho a honra de juntar, a este, retalhos da *Prensa* e da *Nación*, contendo, o primeiro, um resumo; e, o segundo, a íntegra dos *consideranda* e projeto oferecidos pelo sr. Rui Barbosa à Conferência de Haia, relativos à organização de um tribunal permanente de arbitragem. Essas publi-

51 N.E. – Intervenção manuscrita, abaixo da data: “Respondido em 10 dezembro 1907. Despacho número 7, reservado.” Em seguida a essa observação, intervenção do Barão, a lápis, prolongando-se para a margem direita: “Deve ser copiado este ofício para o Gabinete, assim como os documentos marcados a lápis. [*ilegível*]-se somente de um lado do papel. O [*sr.?*] Pecegueiro pode fazer esse [*ilegível*].”

cações foram feitas de boa vontade por aqueles jornais, a pedido desta legação, que cumpriu assim com as ordens recebidas de V.Exa..

Tenho igualmente a honra de juntar, a este, cópias: da circular telegráfica reservada que de V.Exa. recebi a 22 do corrente; do telegrama que de V.Exa. [recebi] com data de sexta-feira 23; do meu telegrama a V.Exa. expedido a 24; do telegrama de V.Exa. datado de 25; da nota que passei ao sr. Zeballos a 26; de um telegrama de V.Exa., n. 9, de 26; de uma carta que do sr. Zeballos recebi a 26; do telegrama de V.Exa., n. 11, de 27; do meu telegrama expedido a V.Exa. no dia 27; do meu telegrama do mesmo dia 27, às 6 horas da tarde; finalmente, do meu telegrama de 28 do corrente. Deixo de incluir cópia do telegrama de V.Exa., expedido daí pelo telégrafo terrestre a 23, e por mim recebido a 24, contendo as *consideranda* e projeto do sr. Rui Barbosa, porque o retalho da *Nación* é a reprodução fiel da substância desse despacho.

Esses documentos instruem suficientemente sobre a situação.

O sr. Zeballos estava doente, de cama, quando na manhã de 23 lhe fui mostrar a circular de V.Exa.. Conversou largamente sobre a matéria, hipotecando-me o seu esforço junto do presidente para que fossem mandadas imediatamente instruções à delegação argentina para nos dar apoio. Levantou-se em seguida, foi ao presidente e, à noite, vindo jantar a esta legação (do que eu já o havia dispensado, em atenção a sua saúde) trouxe-me o texto, que eu lhe confiara do telegrama, tendo apenso um pequeno papel com estas palavras de sua própria letra:

El Ministro de R.E. telegrafió hoy a las 3 p.m. a los delegados argentinos en la Haya, recomendándoles apoyar iniciativa brasileña en favor de la igualdad de las naciones en la composición de los tribunales de presas y arbitraje.

Foi então que propus a V.Exa. fazermos a nota a que V.Exa. logo me deu a honra de autorizar e que tinha por fim deixar bem definida a nossa posição e dar mais autenticidade ao compromisso argentino. Espero que a redação dessa nota mereça a aprovação de V.Exa. Com o fim de evitar possíveis exageros de susceptibilidade, permiti-me alterar, no

sentido de o adoçar, o começo do telegrama de V.Exa. de sexta-feira, 23, modificando as palavras em que se diz “não pedimos adesão alguma, etc.”. Junto uma cópia em papel de carvão da que acompanhou a nota, para V.Exa. apreciar a modificação.

A minha nota foi respondida pela carta de 26. Estranhei a expressão dessa carta, contida no primeiro período que transmiti a V.Exa. pelo telégrafo, ou, antes não a estranhei, porque já nada me admira na versatilidade da política deste país.

Na tarde do mesmo dia 26, fui, a pedido do sr. Zeballos, vê-lo no seu leito de enfermo. Disse-me o que em substância comuniquei a V.Exa. no telegrama de 27, à tarde. A reviravolta pode ter duas explicações: ou os delegados rivalizados com o sr. Rui Barbosa, recalitraram realmente, ou algum dos conselheiros *jingoes* do ministro, ou do presidente, fez ver que não convinha prestigiar o Brasil. Com a grande franqueza com que falo sempre ao sr. Zeballos, disse-lhe isso mesmo e declarei que, se nós quiséssemos mal à Argentina e mais ao seu presente governo, nos felicitaríamos do bom desejo que ela mostra de ser classificada nação de terceira ordem, só por não querer dar-nos a honra da sua companhia. O ministro protestou que nada disso havia; que era partidário da boa inteligência com o Brasil; que, finalmente, ia telegrafar aos delegados para que buscassem meios de se desobrigar com a Inglaterra e apoiar a nossa iniciativa.

Como digo no telegrama, mostrei, sem réplica, o absurdo da alegação de haver o sr. Rui Barbosa pretendido que só nomeassem juízes para o tribunal arbitral as nações de mais de dez milhões de habitantes e, para o de presas, se regulassem pela tonelagem.

Estranhando eu que os delegados tomassem compromissos tão graves sem audiência do governo, fez-me várias confidências que resumiu nesta frase: “*después que han partido esos tres reyes, el gobierno no sabe más nada de lo que pasa por la Haya*”. Também me assegurou que em nada se ressentia por não termos adotado a doutrina de Drago, porque “*Drago presentó esa doctrina por su cuenta, sin responsabilidad del gobierno*”.

O sr. Zeballos continua de cama, ainda que a doença pareça leve.

Para a próxima semana, talvez eu possa penetrar mais fundo no curioso mistério e dar melhor informação a V.Exa..

Reitero a V.Exa. a segurança da minha respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil

[*Anexos*]

N. 3

Cópia

Legação brasileira, Buenos Aires – sexta, 23 agosto – Referindo-me à circular de ontem, parece-me conveniente declarar que Brasil não pede adesão alguma. Dirigi esse telegrama para que demais governos América Latina fiquem conhecendo verdadeira posição que assumimos e que poderia ser inexatamente apresentada em telegramas da Europa. Brasil não reclama melhor colocação na organização dos dois projetados tribunais permanentes de arbitragem e de apelação de presas. O que ele faz é recusar o seu assentimento a ambos. Se, como é provável, não vingar o projeto que apresentamos no dia 20 para conciliar a idéia de um tribunal de arbitramento perfeitamente permanente com a criação de 1899, em que o princípio da igualdade dos Estados soberanos foi respeitado, o que faremos nos casos de arbitramento será recorrer a árbitros escolhidos dentre os do tribunal de 1899 ou a outros que não sejam desse tribunal. Quanto ao tribunal de presas, este governo considera desnecessário se mantenham na Haia juízes permanentes em quase ócio à espera de alguma guerra marítima.

No caso em que, por infelicidade, tenhamos que entrar em alguma guerra ou em que, como neutros, sofra a nossa marinha mercante algum prejuízo não duvidaremos apelar para o tribunal de presas, que se pretende criar, ou pedir a formação de um especial. Não podemos, porém, figurar na projetada convenção porque nela se desprezita o princípio de igualdade e se adota uma classificação injusta em que

o Brasil figura na quinta classe abaixo de quatro países de marinha mercante muito inferior à sua e Uruguai com 44.282 toneladas e Peru 30.322 ficam na sétima classe abaixo de Pérsia que só tem 885, da Bulgária 2.736, na mesma do Sião 4.547 e Suíça e Sérvia, sem marinha. Cuba, com 40.908, foi colocada na nona e última classe, abaixo de todos esses países. (ass^o) Rio Branco.

•

N. 4

Cópia

Ministro Exteriores, Rio, sábado 24 – Circular, mostrada confidencialmente ontem, bem recebida. Não havia aqui comunicação alguma oficial da Haia. Com aquiescência do presidente seguiu ontem, três horas da tarde, ordem telegráfica delegação argentina apoiar iniciativa brasileira. Julgo conveniente dar confidencialmente cópia da circular, acompanhando nota com declarações contidas telegrama de V.Exa. de ontem, agora recebido. Consulta V.Exa. (ass^o) Assis Brasil.

•

N. 5

Cópia

Ministro Brasil, Buenos Aires, 25 agosto 1907 – Pode passar nota como propõe final seu telegrama de hoje. Deu-nos grande prazer pronta resolução tomada por esse governo. Penso já recebeu considerando proposta Rui Barbosa que lhe telegrafei ontem. É conveniente fazer publicar para esclarecer opinião. (ass^o) Rio Branco.

•

N. 6

Cópia

Legação do Brasil, Buenos Aires, 26 de agosto de 1907 – Senhor ministro. Referindo-me à conversação que tive a honra de entreter com V.Exa. na manhã de 23 do corrente e às declarações que na tarde do

mesmo dia me fez V.Exa. pessoalmente, me é grato juntar a esta uma cópia autêntica do despacho telegráfico do meu governo, expedido a 22, que fez objeto das aludidas conversações. Tenho igualmente a honra de oferecer a V.Exa. as inclusas cópias de despachos telegráficos do meu governo, com as datas de 23 e 24 do corrente, contendo, o primeiro deles, o texto completo do projeto de organização de um tribunal permanente de arbitragem apresentado à conferência da Haia pela delegação brasileira e o segundo, declarações do sr. ministro de Estado das Relações Exteriores relativas à posição do Brasil quanto ao incidente surgido naquela conferência ao tratar-se da criação desse mesmo tribunal e de um de presas marítimas. A propósito desta matéria, me é sumamente agradável informar a V.Exa. que o meu governo recebeu com o devido apreço a notícia, que logo lhe comuniquei, de haver merecido o prestigioso apoio do ilustrado governo argentino à iniciativa em favor da igualdade das nações na composição daqueles tribunais, como, aliás, era de esperar do esclarecido espírito de justiça que o distingue. Reitero a V.Exa. a segurança da minha mais alta estima e distinta consideração.

(ass^o) J. F. de Assis Brasil

Exmo. Sr. Dr. Don Estanislau Zeballos
Ministro de Relações Exteriores e Culto

•

N. 7

Cópia

Ministro Brasil, Buenos Aires – número 9 – *lunes*, 26 – Rogo Vossência fazer transmitir imediatamente nossas legações Santiago e Lima íntegra considerandos e proposta brasileira que suponho já foram aí publicados. Íntegra foi telegrafado Vossência dia 22. *New York Herald* a publicou hoje comentando favoravelmente. (ass^o) Rio Branco.

•

N. 8

Cópia

Ministro Brasil, Buenos Aires – 10 – *lunes* 26 – Telegrama Rui Barbosa hoje diz esteve ontem noite com delegados Argentina num jantar. Nada lhe disseram sobre instruções Vossência me anunciou. Chilenos e demais sim. (ass^o) Rio Branco.

•

N. 9

Cópia

Ministro de Relaciones Exteriores y Culto
Buenos Aires, agosto 26 de 1907.

Exmo. Señor Dr. J. F. de Assis Brasil,
Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario
de los Estados Unidos del Brasil, en Buenos Aires.

Senhor Ministro,

Tengo el honor de acusar recibo de la nota de V.E. fecha de hoy, en la cual se sirve recordar la conversación que tuvo conmigo en la mañana del 23 del corriente y las declaraciones que en la tarde del mismo día hice à V.E.. Acompaña V.E. copia de los telegramas de su gobierno, que contienen el texto íntegro del proyecto de organización del tribunal permanente de arbitraje, presentado a la conferencia de la Haya por la delegación brasileña y las declaraciones del señor ministro de Relaciones Exteriores del Brasil respecto de la posición de su país en este incidente. Grato ha sido al excmo. presidente de la República saber que el gobierno de V.E. recibió con aprecio la noticia, que V.E. le comunicó, del apoyo que este gobierno deseaba prestar a la iniciativa brasileña a favor del principio de la igualdad de las naciones. Al adoptar el excmo. señor presidente esta actitud, inmediatamente después de la conferencia celebrada con V.E., quiso dar al Brasil un nuevo testimonio de cordialidad y del deseo de mantener las tradiciones de buena inteligencia

internacional que han cultivado siempre ambos gobiernos. Reitero a V.E. la seguridad de mi más alta y distinguida consideración.

(ass^o) E. S. Zeballos.

•

N. 10

Cópia

Ministro Brasil, Buenos Aires – número 11 – *martes*, 27 – Rogo Vossência dizer-me qual diário aí publicou íntegra considerandos proposta brasileira Haia. Íntegra lhe foi telegrafada dia 23 e ontem lhe pedi a telegrafasse às nossas legações Santiago e Lima. (ass^o) Rio Branco.

•

N. 11

Cópia

Ministro Exteriores, Rio – *terça*, 27 – Recibidos números dez, onze, também considerandos e projeto Haia. Ordem para dar imprensa e comunicar outras legações chegou ontem tarde. Trabalhando muito mandei ontem mesmo cópias *Prensa e Nación*. Aquela dá hoje resumo. Esta nada publicou ainda. Para legações telegrafo hoje. Acabo receber carta ministro Zeballos contendo seguinte: “Grato ha sido al excmo. presidente de la República saber que el gobierno de V.E. recibió con aprecio la noticia, que V.E. le comunicó, del apoyo que este gobierno deseaba prestar a la iniciativa brasileña a favor del principio de la igualdad de las naciones. Al adoptar el Excmo. señor presidente esta actitud, inmediatamente después de la conferencia celebrada con V.E., quiso dar al Brasil un nuevo testimonio de cordialidad y del deseo de mantener las tradiciones de buena inteligencia internacional que han cultivado siempre ambos gobiernos”. Além desta carta, possumo minuta escrita pelo próprio ministro, declarando haver telegrafado ordem apoio sexta feira três da tarde, conforme informei V.Exa.. Ministro doente, pediu-me passar hoje sua casa. (ass^o) Assis Brasil.

•

N. 12
Cópia

Ministro Exteriores, Rio – 27 agosto 1907 – terça, seis horas tarde – Breve conferência ministro doente disse delegados objetaram contra apoio por haverem antes tomado compromisso com ingleses e porque Rui propusera ou pretendia que só pudessem nomear juizes para tribunal arbitragem nações de mais de dez milhões habitantes e para tribunal presas fossem classificadas por tonelagem. Sustentei tudo isso absurdo, oferecendo qualquer prova. Insisti única matéria em questão era princípio igualdade nações sobre qual não pedíamos adesões, mas que as teria unânimes pela sua evidência. Prometeu repetir recomendações delegados. (assº) Assis Brasil.

•

N. 13
Cópia

Ministro Exteriores, Rio – 28 agosto – *Nación* de hoje, quarta-feira, publica texto íntegro considerandos e projeto, acompanhado de referência simpática. Telegrama da Haia para *Prensa* inclui Argentina entre potências que apóiam nossa iniciativa. (assº) Assis Brasil.

Conforme:
Oscar de Teffé Von Hoonholtz



CARTA⁵² DE 11/10/1907 - AHI 816/04/03

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Rio, 11 de outubro de 1907.

Prezado Chefe,

Saindo do Itamaraty, onde lhe deixei – *le coeur gros* – as minhas despedidas, vim dizer adeus aos bons rapazes que serviram comigo na Secretaria-Geral do Pan-Americano. São aqueles cujos nomes formam a inclusa lista, na qual se vêem especificados os atuais vencimentos de cada um. Há cerca de ano e meio têm os empregos. Para onde irão quando, enfim, se fechar o que resta da secretaria ? São todos dignos de serem aproveitados no Ministério das Relações Exteriores. O último pedido que dirijo a sua benevolência é para se interessar por eles, evitando-lhes o mau momento de serem postos na rua, em meio das dificuldades da época, no dia em que findar a atual comissão.

Sempre, de V.Exa.

O maior admirador e amigo

J. F. de Assis Brasil



52 N.E. – Papel timbrado: “Secretaria da 3ª Conferência Internacional Americana. Avenida Central 247”.

CARTA DE 15/11/1907 - AHI 206/02/02

Cópia
Confidencial

Buenos Aires, 15 de novembro de 1907.

Exmo. Chefe e Amigo Sr. Barão do Rio Branco,
Fui, há meses, procurado por um indivíduo que me disse possuir um exemplar da impressão reservada que mandou fazer o sr. Zeballos do discurso que pronunciou na reunião de notáveis convocada o ano passado pelo presidente Alcorta para se aconselhar sobre a questão de armamentos. O indivíduo citado disse-me haver sido o próprio impressor do discurso, utilizando uma pequena máquina *Liberty* que conserva na oficina de instalações elétricas de que é proprietário. Diz-se de nacionalidade uruguaia e descendente de brasileiro, o que o nome – Mederos Morales – parece confirmar. Propôs-me ir a sua casa, onde me mostraria o documento, a fim de que eu avaliasse a verossimilhança do mesmo. Recusei-me e disse-lhe que, ainda que o impresso referido me não interessasse, por já conhecer eu as opiniões do sr. Zeballos expostas naquele conselho, poderia examinar o documento, se me fosse trazido em casa. “*Bueno, si no lo interesa el documento, seria inutil traerselo aqui*” – foi a resposta que me deu Morales, com certo ar de *suffisance*. E retirou-se. Isto aconteceu como um mês ou dois antes da minha última ida ao Rio. Por essa ocasião fui ao consulado uruguaio pedir, em reserva, informações relativas à pessoa de Morales, que me foram prometidas e nunca recebi. Ontem pela manhã recebi nova visita do mesmo personagem. Trazia consigo o papel. Explicou-me que estava convencido de que a importância do mesmo havia crescido diante dos acontecimentos atuais relativos às águas do Prata; que a sua animosidade contra o sr. Zeballos (de que me falara da primeira vez) havia crescido, agravando-se com a ofensa ao seu país; que, confiado na minha lealdade, me dava o seu documento para ler na sua presença. Tomei e li o longo discurso. Ainda que o exemplar não estivesse au-

tenticado pela firma ou qualquer sinal do suposto autor, pareceu-me autêntico, revelando-se o estilo do sr. Zeballos desde os dizeres do rosto do folheto, onde estão designados os dez conselheiros reunidos, com a indicação dos títulos passados e presentes de cada um. Mas o que principalmente me leva a admitir a autenticidade é o fato de se conter no discurso um largo trecho que o mesmo sr. Zeballos já me havia lido poucos dias depois da sua nomeação para ministro das Relações Exteriores. Por essa ocasião, pareceu-me que o texto era de datilografia, mas isso coincide com a circunstância de ser a impressão do folheto feita com tipo imitação-máquina e estarem as folhas ainda soltas. Li de um fôlego o longo discurso, cujo resumo pode fazer-se em duas linhas: abre por uma declaração de simpatia para com o Brasil e fecha com a predição segura de que o Brasil atacará a Argentina em próximo futuro. Daí a necessidade de estar armada a Argentina. Os motivos da profecia são: 1º, a obrigação contraída pela Argentina de não fortificar Martín García, obrigação que não poderá respeitar; 2º, a dívida de guerra do Paraguai, que o Brasil conserva com intenção de se apoderar daquele país; 3º, o plano do Brasil de se apoderar do Uruguai, para o que mantém uma vasta população de gente rica nesse país e fomenta a antipatia do mesmo pela Argentina; 4º, a disposição em que está a Argentina de exercer jurisdição exclusiva sobre todo o leito do Prata, fundada em que o tratado que deu existência independente ao Uruguai diz que a sua divisa ocidental é a banda oriental do rio da Prata e banda quer dizer a faixa da margem que o fluxo e refluxo das águas cobre e descobre. (!) As duas últimas razões fizeram-se, pelos acontecimentos posteriores, de surpreendente atualidade. O discurso contém ainda outras curiosidades, deixando também conhecer as opiniões de todos os concorrentes, não só por alguns apartes dos mesmos como pelas referências do orador, que parece ter falado por último, pois rebate os pareceres contrários e até classifica os notáveis presentes em maioria e minoría. Esta última era constituída por ele próprio e mais os srs. Irigoyen (dom Bernardo, hoje falecido) e Bermejo, presidente da suprema Corte de Justiça. Para mim, a verdadeira novidade foi saber que o sr. Bermejo também era partidário da paz armada. É de origem

mitrista e tido por homem manso e esclarecido. Tenho com ele boas relações. No discurso há muitas alusões às divergências manifestadas no Congresso Pan-Americano do Rio e afirma-se, com a confirmação do ministro Montes de Oca, que os delegados argentinos estiveram várias vezes expostos a desacatos e dispostos a abandonar o congresso e retirar-se. Diz-se também, com aprovação do ministro da Marinha, Betbeder, que marinheiros argentinos, passando tranqüilamente pelas ruas do Rio, foram agredidos e feridos pela população e obrigados a dar vivas ao Brasil e ao Chile e que o governo aqui ocultou por prudência a divulgação de tais fatos. Em todo o discurso são especialmente alvejados os dois ex-ministros do general Roca presentes – Victorica e Romero. São curiosas as razões que estes deram para não crerem no perigo brasileiro: Victorica (doutor, general e genro de Urquiza) não receia os brasileiros porque *son flojos y en el Paraguay nunca han podido pelear sinó protegidos por el ejercito argentino*; Romero (homem de estudos e luminar das finanças) não se preocupa com agressões do Brasil, porque a defesa Argentina seria fácil – infiltrar o espírito de revolta no Rio Grande do Sul, que prontamente se uniria ao Uruguai para formar uma grande nação destinada a arruinar o ex-império. A isto obtempera o sr. Zeballos que seria de máxima inconveniência criar tal nação, que logo apresentaria uma população superior a dez milhões e seria um perigo para a própria Argentina. Resumindo o meu juízo, direi que este discurso é a mais interessante produção do sr. Zeballos que tenho lido. Através das inevitáveis parvoíces, há muitas observações de verdadeiro estadista, que parece haverem impressionado a companhia. Seja como for, é um reflexo dos mais completos do modo de pensar e de sentir desta gente, amigos e inimigos nossos, que todos unem a exagerado ardor patriótico a vaidade e a ingenuidade espanholas.

O portador do folheto, logo que terminei a leitura, disse-me:

– V. compreende a importância deste documento; venho pô-lo a sua disposição; mas entregá-lo ao governo brasileiro importa a minha imediata saída deste país, abandonando meu próspero negócio; só o darei pela soma de *cien mil pesos oro*”.

Respondi-lhe que eu pessoalmente não me interessava pela posse do folheto, cujo conteúdo já conhecia mesmo antes de o ler, e que nenhuma autenticidade o acompanhava para ser guardado como documento; que, entretanto, ia comunicar o oferecimento ao meu governo, certo de que, se, porventura, lhe interessasse a aquisição, nunca daria tão enorme soma. É curioso que, por mais que eu insistisse para que o homem modificasse a sua pretensão, a fim de não parecer tão absurda, ele se mostrou duro na primitiva exigência, dizendo apenas que, no caso de não lhe aceitarmos, repousava sobre a minha lealdade e discrição, a fim de que eu não o perdesse com a revelação da sua perfídia ao dr. Zeballos. Teve mesmo a inoportuna idéia de dizer alguma coisa que parecia significar que a minha existência responderia pela sua ruína, ao que lhe observei:

– Espero que v. não aluda à minha pessoa, porque se é assim, vamos já liquidar isso; vou já denunciá-lo ao sr. Zeballos para ver como v. cumpre com a ameaça.

– Que não; que era incapaz de me dirigir ameaças, nem indiretas; só o que tinha dito era que descansava na minha lealdade, etc..

Cheguei a tomar a pena para fazer esta comunicação pelo fio a V.Exa.; mas a circunstância de termos hoje mala, decidiu-me a preferir esta. Fico à espera das suas ordens. O documento vale alguma coisa e, sobretudo, poderia ter muita influência sobre o ânimo dos homens de Montevideú se o Brasil precisasse de tal recurso, o que não me parece. Se o homem se decidisse a soltá-lo por qualquer coisa, aconselharia a sua aquisição, embora não me deva surpreender se, diante de qualquer estremecimento conosco, o autor do discurso for o primeiro a fazê-lo público. Como acima digo, a maior importância do papel seria para preparar o ânimo do Uruguai, se fosse caso disso. Devo ver hoje o ministro uruguaio, que provavelmente virá cumprimentar-me pelo 15 de Novembro, e procurarei saber dele se não lhe foi igualmente oferecido o documento, o que é bem provável.

Pelos jornais verá V.Exa. que o governo vai pedir recursos para reforço da armada e exército às câmaras recentemente prorrogadas. A questão

com o Uruguai veio a talho de foice para as fantasias do sr. Zeballos e é provável que as câmaras façam a vontade ao governo.

Recebidos os seus dois telegramas sobre o viático e o veículo, e muito agradecido à sua constante bondade. A minha viagem depende de arrumar as malas, o que não é tão fácil no meu caso. Espero partir nestes quinze dias.

Com a estima e o respeito de sempre

Admirador e amigo de verdade

J. F. de Assis Brasil



CARTA DE 03/12/1907 - AHI 816/04/03

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco
Rio

Legação do Brasil
Buenos Aires, 3 de dezembro de 1907.

Prezado Chefe,

Rogo a V.Exa. se sirva receber com benevolência o portador desta, sr. Juan José Souza Reilly, redator do periódico ilustrado *Caras y Caretas*, que vai para o Brasil em representação do mesmo. O sr. Reilly acaba de regressar da Europa, onde foi recebido por vários estadistas e soberanos, dos quais obteve autógrafos para seu jornal e deseja conseguir o mesmo de V.Exa. e do nosso presidente.

Tenho a honra de reiterar a V.Exa. o protesto da mais respeitosa consideração.

J. F. de Assis Brasil



Capítulo 5 *Volta à Diplomacia* (1931-1933)

*Missão em Buenos Aires, Missão a Washington
e Chefia da Delegação junto à Conferência
Monetária e Econômica de Londres*

Apresentação

Ministro da Agricultura do governo provisório, depois da revolução de 1930, Assis Brasil é nomeado embaixador extraordinário na República Argentina a 28 de fevereiro de 1931, quatro meses após a vitoriosa revolução de 24 de outubro, sem prejuízo de suas funções ministeriais. O governo quis dar um caráter extraordinário a esta missão, possivelmente para compatibilizá-la com a cumulatividade com a pasta da Agricultura, da qual, na prática, estava licenciado. Só foi formalmente dispensado da pasta da Agricultura em 23 de dezembro de 1932 e da embaixada em 18 de julho de 1933. Na verdade, em 1931 e 1932, Assis Brasil parece ter dividido sua atividade entre a missão em Buenos Aires, o projeto de reforma eleitoral e o processo de reconstitucionalização. Os documentos oficiais, depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty, não esclarecem as razões desta situação peculiar.

Pode-se melhor compreender a escolha de um nome respeitado, de nível ministerial, para chefiar a delegação brasileira à Conferência Monetária e Econômica de Londres e a missão a Washington, para participar de uma troca de impressões preliminar, de natureza informal, entre representantes de vários países, sobre o temário daquela conferência e para tratar de assuntos financeiros bilaterais. Tem-se, contudo, a impressão de que esta sucessão de missões ao exterior possa ter correspondido a motivos de política interna, ao desejo do presidente Vargas de manter Assis Brasil no âmbito do governo e, ao mesmo tempo, criar condições para poupá-lo da convivência

com os vezos pouco democráticos da política do governo provisório. Trata-se de uma hipótese, viável, mas a ser comprovada. Assis Brasil não rompeu com o governo, mas o telegrama que envia, de Buenos Aires, ao presidente, em 14 de julho de 1932, logo após o início da revolução paulista, não deixa dúvidas quanto ao seu desconforto com a política governamental. A escolha de Assis Brasil para as missões em Washington e Londres foi, evidentemente – e os telegramas entre o ministro da Fazenda e o ministro das Relações Exteriores o comprovam – uma opção de Vargas. Tudo indica que inspirada por motivos político-partidários.

Neste quadro, a documentação sobre a missão em Buenos Aires não se reveste de importância maior. Cobre os assuntos correntes, questões comerciais e a crise do Chaco, sem análises de maior interesse sobre nossa política exterior do período.

Já os documentos da missão em Washington permitem aferir o grau de importância atribuída ao nosso país e a consideração dispensada a Assis Brasil: o elder statesman, recebido pelo secretário de Estado e pelo presidente da República e convidado por Henry Ford. O relatório de Assis Brasil é um documento minucioso e interessante.

A conferência de Londres revestia-se de grande importância econômico-financeira, mas os assuntos técnicos foram tratados pelos assessores, oriundos da área fazendária e bancária. Assis Brasil não terá tido uma participação substantiva, cabendo-lhe a chefia da delegação e as responsabilidades protocolares decorrentes. Ali, encerra-se a atividade diplomática de Assis Brasil. Tinha 76 anos e, entre 1908 e 1931, dedicara-se essencialmente à regeneração da vida política brasileira, como um Sísifo da representação democrática a remover o rochedo da ditadura positivista implantada no Rio Grande do Sul, nos moldes castilhistas.



OFÍCIO DE 21/04/1931 - AHI 09/04/04

A Sua Excelência o Sr. Dr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 21 de abril de 1931.

N. 102

[*Índice:*] Chegada do embaixador. Negociações com governo provisório.

Senhor Ministro,

Por correspondência telegráfica e epistolar tenho informado a Vossa Excelência do que de mais interessante tem ocorrido neste início de desempenho da minha missão.

2. Bem que já tenha decorrido um mês desde a apresentação das minhas credenciais ao senhor general Uriburu e apesar do caráter de urgência de alguns dos negócios que aqui me trouxeram, ainda nada de positivamente feito e concluído posso submeter ao juízo de Vossa Excelência. A dominante nos meus contatos com este governo tem sido a procrastinação, ora – e principalmente – por vontade dele, governo, ora por circunstâncias ocasionais.

3. O pacote que me trouxe chegou a este porto na noite de 16 de março, uma segunda-feira. O nosso encarregado de negócios, que me foi receber, transmitiu-me logo a informação que havia recebido do ministro das Relações Exteriores, sobre uma inovação do protocolo desta chancelaria, consistente em ignorar a chegada dos agentes diplomáticos, enquanto eles não se fizessem anunciar oficialmente, pedindo audiência para a entrega das credenciais. Tal mudança tinha por fim principal deixar em paz e plena liberdade os recém-chegados pelo tempo que lhes agradasse – dois ou três dias, insinuou o senhor Bosch.

4. Assim, não somente perdi a oportunidade, que esperava, da primeira aproximação com a gente oficial, ausente no meu desembarque, como

também julguei não dever mostrar açodamento na iniciativa de me apresentar. Deliberei deixar decorrerem os dois dias, média da sugestão recebida, para enviar a nota de estilo.

5. Na própria tarde, entretanto, do dia em que expedi essa nota, recebi uma visita pessoal do ministro das Relações Exteriores, que me fez sentir tratar-se de uma cortesia excepcional, dele próprio e do seu governo, que queriam significar, com essa iniciativa extra-protocolar, a sua benevolência quanto à minha pessoa.
6. O ministro declarou-me não haver tomado conhecimento da correspondência daquela tarde, desconhecendo, por conseguinte, a entrada da minha nota. O dia seguinte, quinta-feira, foi feriado nacional – dedicado a São José (!). Sexta-feira foi considerado dia enforcado entre aquele dia santo e o sábado inglês, que aqui se observa, virtualmente inaproveitado. Enfim, somente na terça-feira, 24 de março, isto é, oito dias após o meu desembarque, recebi o convite do senhor Bosch para a audiência em que combinaríamos a recepção oficial. Esta ficou marcada para o dia 26, em que se realizou, com a troca dos discursos cujas cópias tive a honra de transmitir a Vossa Excelência.
7. Durante a curta conversação de estilo que mantive com o chefe deste governo provisório e o ministro Bosch, ficou entendido que eu me avistaria com os ministros da Agricultura e da Fazenda, assentando com eles o método segundo o qual seriam tratadas as matérias mais urgentes que aqui me traziam, deixando a plena discussão para depois das férias da semana santa, que começariam a 29. Ficou também entendido que eu aproveitaria essas férias para ir ao Rio Grande, pelas razões que Vossa Excelência conhece.
8. Visitei, efetivamente, os ministros da Agricultura e Fazenda, com os quais conversei largamente. O primeiro era o mais imediatamente responsável pela política seguida quanto à importação de alguns gêneros de produção brasileira, especialmente da erva-mate. O segundo, bem que tecnicamente o competente em questões de impostos, desde logo me fez sentir que nenhuma parte tinha tido nas alterações decretadas sobre a importação do mate; mostrou veladamente desaprová-las, dando razão às minhas observações, e terminou por me fazer notar que o seu

nome não aparecia em decreto algum estabelecendo tais alterações. O senhor Perez – o ministro – discreteou ainda comigo sobre muitas coisas que poderíamos discutir, em benefício dos nossos dois países, e despedimo-nos protestando uma colaboração assídua nesse sentido.

9. A conferência com o senhor Beccar Varela, ministro da Agricultura, foi mais longa e mais animada. Valendo-me da franqueza que antigas relações autorizavam, fiz-lhe sentir que a situação criada, primeiro com a supressão de entrada de mate brasileiro, depois com a sua limitação, era intolerável, obedecia a um método bárbaro e desusado, uma espécie de capitação turca, incompatível com as tradições dos nossos dois países. Fiz-lhe ver que, por tal caminho, iríamos fatalmente dar no campo da retaliação, indesejável e perigoso em todos os sentidos. “Que protejais o vosso produto, impondo sobre o similar estrangeiro, é lícito e até plausível; eu mesmo vos ajudaria a investigar sobre o limite de tolerância impositiva que suportaria o mate brasileiro, como pediria o vosso conselho sobre o mesmo caso quanto ao trigo argentino que importamos, mas nunca me conformaria com que no Brasil se suspendesse a entrada do cereal argentino, ou se limitasse abruptamente” – disse eu ao senhor Varela a certa altura da conversação.

10. Insinuei-lhe, ainda, que em vez de nos guerreararmos pelo mate, nos devíamos aliar na propaganda do consumo dessa higiênica bebida, naqueles pontos do mundo em que ela tiver alguma probabilidade de ser acolhida, isto na previsão da superprodução que os argentinos esperam, quando as suas plantações derem, não apenas 20%, como agora, do consumo doméstico, mas acima das cento e muitas mil toneladas anuais que só a Argentina absorve presentemente.

11. Finalmente, pedi licença ao senhor Varela (aludindo pitorescamente ao fato de sermos ambos ministros da Agricultura e, pois, estarmos tratando de potência a potência, como em família) para lhe observar que a ação do seu governo dava a impressão de um golpe de bolsa, para criar situações inesperadas, dessas que permitem ganhos extraordinários do dia para a noite, os quais, entretanto, só podem conseguir-se pelo preço de prejuízos equivalentes de outros interessados. Isso, naturalmente, não poderia estar nas intenções do honrado governo argentino; mas os

governos mais sagazes não evitam às vezes cair nos laços habilmente armados por especuladores. O ministro protestou que nada disso havia, mas somente uma medida de emergência para salvar os plantadores de ervais, etc..

12. Ficamos certos de tomar o assunto em mãos com brio, logo que terminassem as férias. Infelizmente, com elas também terminou a posição oficial do senhor Varela e a do honrado senhor Perez, ministro da Fazenda. Ambos foram substituídos, aquele pelo senhor Árias, este pelo senhor Uriburu, presidente do Banco de la Nación Argentina e primo do presidente provisório da República.

13. Fui ontem ver o senhor Bosch e pedir-lhe para me pôr imediatamente em contato com o novo titular da Agricultura. Procurarei reproduzir, no seu próprio tom familiar, a resposta do senhor Bosch:

Usted tiene que tener paciencia y esperar unos días. El señor Arias recién hoy va a hacerse cargo del Ministerio. Naturalmente necesita algún tiempo para enterarse de los asuntos. Particularmente, sobre hierba mate me parece que apenas sabe tomar mate, habiendo siempre sido extraño al comercio e industria del artículo.

14. Pouco animador. Insisti, entretanto, para que não perdêssemos tempo e terminei por sugerir a conveniência de ser eu recebido pelo presidente Uriburu, conjuntamente com o senhor Bosch e, talvez, os ministros da Agricultura e Fazenda. Esse encontro explicava-se não somente pela questão do mate, mas também pela oportunidade que eu via para tratarmos das linhas gerais do nosso intercâmbio.

– Façamos – disse eu – que a guerra de tarifas, o funesto sistema de retaliação que se desenha entre as possibilidades conseqüentes da iniciativa Argentina, se transforme no caso contrário, o de uma reciprocidade liberal.

– O Brasil – acrescentei – iria até propor-lhes o pleno livre câmbio, a abolição aduaneira, no que os senhores só poderão ver desprendimento e confraternização, pois é sabido que lhes compramos muito mais do que lhes vendemos.

15. Inútil esclarecer a Vossa Excelência que essa abertura sobre livre câmbio deve considerar-se apenas matéria de conversação. Entretanto, a minha opinião pessoal vai muito nesse sentido e a mesma impressão trouxe da troca de idéias que aí efetuei com o chefe do nosso governo provisório e outras entidades qualificadas. O livre câmbio não excluiria uma contribuição a título de estatística, fiscalização ou outro que rendesse fundos suficientes para intensificação do trigo doméstico e mais algum produto similar dos argentinos, uruguaio e outros povos com os quais o estabelecêssemos.

16. Ontem mesmo, ao regressar da Casa Rosada, recebi carta, datada de 17 do corrente, do senhor doutor José Maria Whitaker, ministro da Fazenda, consultando-me em nome do chefe do governo provisório sobre a aconselhabilidade de tributarmos desde já o trigo. Anunciava-me na mesma carta o senhor ministro a probabilidade de nos ser oferecido um crédito para avultada compra de trigo norte-americano. Respondi, por intermédio de Vossa Excelência, pelo telegrama cifrado n. 70, que hoje confirmo.

17. Considero a hipótese do crédito referido uma arma preciosa para o próximo encontro com estadistas daqui. Quanto à aceitabilidade do mesmo, a minha impressão é que seria sempre preferível obtermos uma situação definitiva, favorável, com este país vizinho. A compra oficial de trigo poderia, entretanto, ser bom negócio para o nosso governo: aliviaria o pagamento (imediatos) da importação e produziria, talvez, algum lucro na revenda. Quem sabe mesmo se não abriria a via mais fácil para o monopólio racional do comércio do trigo? São ponderações dignas de atenção e, sem dúvida, altamente aceitável para o caso desgraçado em que tivesse de se criar mau sangue entre nós e a Argentina, impondo-lhe nós a própria medicina que ela nos quis fazer tragar. E a tudo isso, um fator que não é lícito deixar fora dos elementos de cálculo é o que se representa por esta interrogação: que faremos da nossa erva e dos nossos ervais, se perdermos o mercado argentino?

18. É verdade que também pode ser inquirido: donde tirará a Argentina erva para o almoço dos seus habitantes, especialmente trabalhadores, se recusar os 75 milhões confessados e os mais de 100 milhões reais de

quilos que fornece anualmente o Brasil? É esta dúvida que justifica o meu conceito, já tornado público, de que o nosso melhor aliado nas presentes divergências é o povo argentino, cujos estadistas hão de presentir os maus efeitos da política cujo resultado fosse o encarecimento da vida do grande número, em proveito de meia dúzia de especuladores.

19. Como tenho feito em relação à correspondência telegráfica sobre este particular, rogo a Vossa Excelência dar pronto conhecimento deste ofício aos senhores ministros do Trabalho e Fazenda.

20. Junto, passo às mãos de Vossa Excelência os retalhos dos jornais que dizem respeito aos assuntos tratados neste ofício.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, senhor ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Assis Brasil



TELEGRAMA¹ DE 24/04/1931 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixada em Buenos Aires

Em 24/25/4/31

RESERVADO – EC

[*Índice:*] Mate na Argentina.

73 – SEXTA-FEIRA – 17h00 – Tive longa conferência em conjunto com os ministros das Relações Exteriores e da Agricultura na tarde do dia 23, em que lamentei a demora da solução sobre o mate; profligui o

1 N.E – No cabeçalho, as datas se referem, respectivamente, ao dia em que o telegrama foi expedido (24/4) e o dia em que foi recebido (25/4).

método simplista concernente à suspensão e restrições à importação; notifiquei, positivamente, que não nos conformaríamos com a situação criada; pedi que me auxiliassem a afastar a hipótese de retaliações e guerra de tarifas; signifiquei estar, eu próprio, sob pressão de verdadeiro “ultimatum” do meu governo; terminei aludindo à nossa aspiração de vasto convênio de intercâmbio liberal. Responderam existir vivo desejo deste governo em ser-me agradável, declararam que a situação criada em relação à erva-mate tem caráter provisório e estarem dispostos a procurar solução aceitável por nós, pediram pequeno prazo para ser a questão estudada pelo novo ministro que tem, apenas, três dias de exercício. Insisti pela urgência da única solução admissível, consistente em revogar a medida da suspensão ou restrição, sendo, apenas, aceitável uma proteção razoável ao produto similar nacional por meio de imposto de importação. No correr da discussão aludi às informações que recebi do ministro Whitaker do oferecimento de volumoso crédito americano para comprarmos trigo, também reclamei contra a restrição existente para a importação de frutas e gado. Prometeram convidar-me para nova conferência no começo da semana. Embora reconheça a razão do nervosismo existente na opinião, aí, continuo a pensar que nada devemos fazer, antes de esgotar a esperança de acordo amigável que, brevemente, direi se é possível. Rogo comunicar aos ministros do Trabalho e da Fazenda.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 28/04/1931 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Lindolfo Leopoldo B. Collor
Ministro do Trabalho

Embaixada em Buenos Aires
Em 28/29/4/31
EC

[*Índice:*] Conferência Internacional do Café.

75 – TERÇA-FEIRA – 17h00 – Rogo transmitir ao ministro Lindolfo Collor: A inevitável demora de uma solução definitiva e mais urgentes negociações aqui, impossibilitam meu comparecimento à Conferência do Café com a conveniente antecedência. Considerando, por outro lado, que a matéria pertence, tecnicamente, ao seu ministério, rogo consultar o governo sobre a conveniência da minha dispensa de assistir e peço encarecidamente ao distinto colega desempenhar a parte que me caberia. Remeterei logo o *memorandum* com os meus pontos de vista, aos quais, naturalmente, Vossa Excelência não ficará obrigado, mas que espero merecerão sua aprovação. O doutor Henrique Sousa Queirós, já por mim convidado para delegado do Brasil, possui material completo, estando rodeado de assistentes hábeis. Convém legalizar sua nomeação. Suplico pronta resposta.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 26/05/1931 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixada em Buenos Aires

Em 26/27/5/31

EC

[*Índice:*] Mate na Argentina.

84 – TERÇA-FEIRA – 16h30 – Acedendo a convite do presidente Terra e da Federação Rural, penso partir na noite de 1º de junho para Montevideú, onde permanecerei 3 dias, aproveitando para tratar da questão da importação do gado e outras, em caráter officioso. Rogo a Vossa Excelência comunicar ao ministro da Fazenda que considero oportuno formalizar a possibilidade do crédito americano que anunciou para compra de trigo, pelo menos para 2 anos. Seria o recurso heróico para ameaçar este governo que continua a procrastinar a solução da erva-mate e as de outros assuntos. Interesses pessoais envolvidos dão, cada vez menos, esperança da solução que desejamos. No meu regresso de Montevideú exumarei uma decisão, jeitosa, mas peremptoriamente. No caso provável de negativa, o crédito americano seria a melhor represália por não poder ser considerado guerra de tarifas nem quebra do intercâmbio que estou convencido não nos ser aconselhável. Disponho tudo para partir para o Rio de Janeiro nos primeiros dias de julho, a fim de me desobrigar da Comissão Legislativa, informar e ouvir o governo e resolver sobre a conveniência de voltar para aqui.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 06/06/1931 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Da Embaixada em Buenos Aires
Em 6/7/6/31

EC – RESERVADO

[*Índice:*] Intercâmbio com o Uruguai.

85 – SÁBADO – 19h – Regressei de Montevideú, julgando ter feito o máximo possível. Ficou assegurado não se tributar o gado brasileiro, votando-se, entretanto, autorização ao governo para lançar um imposto igual ao que o Brasil cobra. Prometi a supressão do nosso atual imposto ou aceitarmos um imposto uruguaio igual ao que conservamos. Ficou entendido que o governo uruguaio me mandará *memorandum* sobre esta matéria e outros casos de intercâmbio. Deixei boa disposição quanto à entrada livre ou muito liberal para outras mercadorias, como farinha de mandioca e madeira. Há grande desejo de um convênio geral.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 18/06/1931 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Da Embaixada em Buenos Aires
Em 18/19/6/31

CONFIDENCIAL – EC

[*Índice:*] Aquisição trigo americano.

91 – SEXTA-FEIRA – 18h45 – Venho da audiência solicitada ao general Uriburu. Conversamos cordialmente meia hora. Prometeu-me recomendar ao ministro da Agricultura a pronta resolução do caso da erva-mate, aceitando nossa sugestão de proteger a similar argentina com imposto de importação razoável e revogando os decretos recentes. Aplaudiu quaisquer outras iniciativas destinadas a intensificar o intercâmbio. Recordei minha notificação de há um mês sobre a proposta americana, cuja aceitação suspendemos, esperando o resultado das negociações entabuladas aqui. Informei-o discretamente da recente alteração daquela proposta, conforme comunicação de Vossa Excelência e do ministro da Fazenda. Com surpresa notei boa impressão na fisionomia e nas palavras do presidente. Autorizou-me a anunciar ao meu governo a pronta solução satisfatória do caso do mate. Muito conviria obtermos o maior prazo para fechar o convênio americano ou, pelo menos, mantê-lo secreto até ser revogado aqui o decreto limitando a entrada da erva, que, creio, não demorará mais de uma semana. A publicação inoportuna provocaria pressão hostil da opinião aqui. Reconheço as grandes vantagens da proposta americana, mas seriam desprezíveis ante a possibilidade de retaliação com a Argentina. Por ora, somente cientifiquei o presidente da Câmara de Comércio quanto à probabilidade de aceitarmos essa proposta, fazendo ver nossa grande conveniência de dispor do café, empregar o Loyd Brasileiro e evitar a saída do ouro, tudo com a conveniente reserva, garantindo a importação argentina. Receio

que a conformidade do primeiro momento seja substituída por mau humor, que muito nos prejudicaria. Por isso, insisto na necessidade de guardar toda a reserva aí, bem como de se obter as melhores condições possíveis para a continuação da importação argentina.

Assis Brasil



OFÍCIO DE 25/06/1931 - AHI 09/04/04

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 25 de junho de 1931.

N. 115 – CONFIDENCIAL

[*Índice:*] Intercâmbio com a Argentina e o Uruguai.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência alguns retalhos de jornais daqui, relativos a questões que nos interessam, especialmente a de intercâmbio comercial.

2. Incluo também cópia da carta que, datada de 18 do corrente, recebi do ministro de Indústrias do Uruguai.
3. O acúmulo de serviço e outras atenções iniludíveis, inseparáveis da vida diplomática, privam-me de comentar devidamente esse material, o que, aliás, espero fazer, em melhores condições, verbalmente, à minha próxima chegada ao Rio.
4. O ministro da Agricultura argentino convidou-me para uma conferência, ontem, às 10 da manhã, a qual durou até depois de meio-dia. Anunciou-me haver conseguido uma forma aceitável de atender à essência das reivindicações que apresentei desde o primeiro momento e sobre

as quais tenho insistido sem descanso, isto é: voltar ao método clássico de tributação ordinária, abolindo a limitação de importação de erva-mate e o que dei em chamar “sistema turco de capitação”, consistente em distribuir quotas de importação aos respectivos negociantes. Isto, aliás, já me haviam discretamente concedido os ministros da Fazenda, das Relações Exteriores, outros membros da alta administração e o mesmo senhor general Uriburu, presidente do governo provisório, como comuniquei a Vossa Excelência no meu telegrama confidencial n. 91, de 18 do corrente, que confirmo agora.

5. O ministro acrescentou que o seu decreto ainda era reservado, até que fosse aprovado (sem demora) pelo governo, em Conselho. Fez-me, entretanto, a leitura do texto, de que me prometeu cópia, que ainda não recebi.

6. A concepção é idêntica à que já se pratica quanto ao açúcar, segundo a lei chamada Saavedra Lamas. (O senhor Saavedra Lamas, neto do conhecido escritor e diplomata uruguaio Andrés Lamas, foi aqui ministro e parlamentar de mérito; é muito simpático ao Brasil e mantém comigo afetuosas relações, de que espero tirar partido, neste caso). Não se criará imposto algum fixo para a erva-mate importada: adotando-se como critério os impostos existentes, quer para a cancheada, quer para a moída, a tributação flutuará conforme a proporção entre a produção nacional e a importação. Esse é, grosso modo, o espírito do decreto, tanto quanto pude apreender em meio das outras solicitações da minha atenção durante a cogitada conferência. Guardei-me, naturalmente, para me bem inteirar do mérito desse diploma, depois de o ter por escrito.

7. O ministro Arias – por cortesia – sem dúvida, felicitou-me pelo triunfo.

8. Não lhe regateei o meu reconhecimento e felicitei-o pela sábia emenda do equívoco anterior.

9. A conversação foi mais longa do que o tempo disponível para a reproduzir aqui. Convimos, entre outras coisas, na necessidade de se padronizar no Brasil a produção e exportação desta e de outras mercadorias, evitando a saída de produtos inferiores – paus, folhas

deterioradas, sucedâneos indesejáveis, etc...; na probabilidade de saírem – de lá para cá e daqui para lá – as mercadorias já atestadas, quanto à pureza e sanidade, por técnicos nacionais, recebendo nos portos de destino apenas uma rápida revisão sumária; na conveniência de cuidarmos combinadamente de impedir o contrabando, especialmente pelos sertões do Contestado e de Mato Grosso; na desejabilidade de uma visita combinada dos dois titulares da Agricultura às regiões de Missões e de Iguaçu, com a probabilidade de se assentar um convênio para o uso de energia das grandes cataratas e, mesmo, de um jardim internacional análogo ao de Niágara.

10. Refiro, apenas exemplificando, esses tópicos, para Vossa Excelência ter idéia da conversação aludida.

11. Por último, o senhor Arias, apoiando sobre a delicadeza de sua situação em face dos interessados na conservação do privilégio existente e na conveniência de se conciliar a opinião pública, observou-me que era preciso que nós também “déssemos alguma coisa” e pediu uma atenuação, pelos menos, dos impostos proibitivos que aí regem sobre algumas importações argentinas, especialmente batata e manteiga.

12. Afirmei que simpatizava sinceramente com as suas reivindicações, que me faria mesmo seu paladino, ao regressar agora ao Brasil, mas não julgava agora oportuno o *do ut des*; que a reforma sobre o status da erva-mate devia preceder tudo e seria mesmo o melhor incentivo para obrigar a nossa liberalidade.

13. Despedimo-nos na maior cordialidade, insistindo eu em que tinha o pé no estribo e não desejava chegar ao Rio com as mãos vazias, no que me deu razão, como já ma haviam dado as outras personagens acima aludidas, sem exceção do chefe do governo.

14. Propositadamente, não toquei, junto do senhor Arias, na matéria da minha entrevista oficial com o general Uruburu.

15. Sobre este particular, estamos bem, no sentido de que nunca nos poderão argüir de surpresa, visto que notifiquei pessoal e diretamente o próprio chefe do governo. Entretanto, continuo a pensar que não devemos sair da política esboçada no meu telegrama confidencial, para o qual ousou pedir novamente a atenção de Vossa Excelência, do se-

nhor ministro da Fazenda e de todos os responsáveis pelos negócios do Brasil.

16. Rogo, por fim, a Vossa Excelência dar, o mais breve possível, conhecimento da matéria deste ofício ao senhor ministro do Trabalho.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, senhor ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 06/07/1931 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Da Embaixada em Buenos Aires

Em 6/7/7/31

EC

[*Índice:*] Mate na Argentina.

99 – SEGUNDA-FEIRA – 21h40 – Nas últimas e recentes conferências, os ministros da Agricultura, da Fazenda e do Exterior afirmaram que seria revogado o regime da limitação da erva-mate. Apesar disso, regresso hoje, muito cético a esse respeito, como informarei pessoalmente.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 09/03/1932 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Da Embaixada em Buenos Aires

Em 9/10/3/932

NP – CONFIDENCIAL

[*Índice:*] Chaco.

27 A – QUARTA-FEIRA – 22h45 – O ministro das Relações Exteriores está impressionado com as probabilidades de rompimento entre o Paraguai e a Bolívia, o que poderia ter repercussão depreciativa no crédito do continente e outras más conseqüências. Sugere a ação conjunta do Brasil e Argentina para promover a solução pacífica e pede resposta urgente.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 06/04/1932 – AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Da Embaixada em Buenos Aires

Em 6/7/4/32

NP – Confidencial

[*Índice:*] Chaco.

47 – QUINTA-FEIRA – 22h30 – Resposta ao telegrama n. 27. O ministro das Relações Exteriores ficou muito satisfeito com o pensamento de

Vossa Excelência relativo ao litígio do Chaco. Diz que, apesar das explicações do representante da Bolívia aqui sobre o movimento de tropas no seu país, está seguramente informado pelo estado-maior argentino de que se trata de indiscutíveis preparativos de agressão. Pergunta se não acha conveniente uma ação conjunta do Brasil e Argentina podendo ser extensiva a outros ou a todos os países da América para fazer pressão e evitar conflito armado. Prepara o decreto de neutralidade, cujos termos me dará para ser examinado por Vossa Excelência para uma possível unidade de ação. Receberia com grande satisfação qualquer sugestão sobre o assunto.

Lafayette de Carvalho e Silva



TELEGRAMA DE 14/07/1932 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Getúlio Vargas
Presidente da República

Da Embaixada em Buenos Aires

Em 14/15/7/32

RESERVADO – G.

[*Índice:*] Situação política interna.

96 – QUINTA-FEIRA – 22h20 – Rogo transmitir ao doutor Getúlio Vargas: “Os acontecimentos aludidos em seus telegramas causaram-me tamanha surpresa, quanto desolação. É inútil reafirmar o meu reconhecimento, nunca podendo esquecer as suas excepcionais deferências pessoais e o serviço fundamental à causa da remodelação democrática do Brasil, meu constante ideal e, mais do que tudo, honesto cumprimento da principal promessa que recebi dos seus lábios, consistente na implantação da reforma eleitoral, de acordo com a minha velha concepção.

Minhas divergências, quando na direção política, aliás compensadas pelos fatos que acabo de enumerar, sempre as ostentei a Vossa Excelência e a todos os nossos amigos partícipes nas responsabilidades superiores, com grande clareza, desde o primeiro dia em que entrei no Catete. Sempre objetei, insistentemente, contra três itens: 1º) demora da convenção nacional, que sustentei devia instalar-se dentro de noventa dias após o triunfo; 2º) a tentativa de alteração do programa do movimento nacional, que devia continuar idêntico ao da Aliança Liberal, sintetizado na representação verdadeira e na justiça independente, deixando tudo mais para ser discutido e resolvido pela nação, legitimamente representada e confiante nas sanções judiciárias; 3º) conquista de São Paulo, ou outro estado, por intrusos desconhecidos, incapazes e, naturalmente, ofensiva aos mais nobres sentimentos locais. Ainda, arriscando-me a ser injustamente confundido com vulgar profeta de obra feita, presumo que os acontecimentos confirmaram o sombrio pressentimento que tantas vezes externei, nos nossos encontros e reuniões. Para somente insistir em um ponto capital, estou cada vez mais persuadido de que o doutor Getúlio Vargas seria desde muito tempo presidente constitucional, fazendo administração fecunda, se houvéssemos atravessado a ponte periclitante dos primeiros dias com a rapidez que aconselhei. A velhice e, agora, também alguma claudicação da saúde aconselham-me o regresso urgente ao repouso doméstico, pelo que tinha já insistido junto ao ministro das Relações Exteriores, antes do presente episódio, pela dispensa há meses pedida diretamente a Vossa Excelência; serei, entretanto, feliz se puder utilizar este ocaso de vida pública prestando qualquer serviço, especialmente segundo o espírito nobremente conciliador do seu manifesto. Pedi para aí e para o Rio Grande do Sul que mandassem Péricles (Silveira) e Firpo com esclarecimentos autênticos, pois nunca fui informado dos antecedentes e espero seu consentimento a fim de auxiliar a vinda dos emissários. Faço votos para que tudo se resolva com honra e glória para a sua pessoa.”

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 23/07/1932 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Da Embaixada em Buenos Aires

Em 23/23/7/32

CONFIDENCIAL – NP

[*Índice:*] Chaco.

107 – SÁBADO – 17h10 – O ministro das Relações Exteriores entende que as nossas chancelarias devem dar as necessárias instruções às embaixadas em Washington a fim de se interessarem junto à comissão dos neutros para que esta não se dissolva, insistindo junto aos governos desarmonizados no sentido de serem continuadas as negociações do pacto de não-agressão. Entretanto, se a situação se agravar, estará pronto a colaborar conosco.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 28/07/1932 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Da Embaixada em Buenos Aires
Em 28/28/7/32

CONFIDENCIAL – NP

[Índice:] Chaco.

110 – QUINTA-FEIRA – 1h20 – Tive longa conferência com o ministro das Relações Exteriores, que me mostrou a minuta da declaração que deseja publicar, aconselhando os prováveis beligerantes a submeterem-se ao princípio consagrado pela Liga das Nações e União Pan-Americana de convênio internacional declinando de recursos violentos. Aplaudi a eloqüência do documento, que pode concorrer para adoçar a atmosfera. Suponho que o embaixador Araújo o transmitirá à Vossa Excelência, pedindo talvez seu acordo. Quanto ao desejo manifestado pelo Chile e Peru de obterem a colaboração pacificadora do Brasil e Argentina, disse-me confidencialmente fazer caso especial da nossa companhia, não confiando muito na estabilidade daqueles governos cujo convite só poderíamos aceitar discretamente. Insistiu em que devíamos estimular a ação neutral em Washington. Aludiu à hipótese de notificarmos, à Bolívia e ao Paraguai, a ameaça discreta de uma espécie de bloqueio moral, isolando-os e negando-lhes recursos, se entrassem em guerra. Concordando com tudo, sujeito à aprovação do meu governo, sugeri uma medida prática e urgente destinada a evitar o choque iminente, depois do que tudo será baldado. Essa medida seria os nossos governos, com a assistência do Chile e Peru, obterem que o Paraguai retirasse a guarnição do fortim disputado e que a Bolívia suspendesse o seu avanço. As negociações teriam lugar aqui. O melindre do Paraguai seria ressalvado. Como complemento, a questão seria submetida a um árbitro extracontinental, com poderes especiais para resolução defini-

tiva. A urgência é evidente. A expedição boliviana está a poucos dias de marcha do fortim.

Assis Brasil

Este telegrama está sujeito a confirmação.²



TELEGRAMA DE 29/07/1932 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Da Embaixada em Buenos Aires

Em 29/29/7/32

CONFIDENCIAL – NP

[Índice:] Chaco.

III – SEXTA-FEIRA – 18h45 – O ministro das Relações Exteriores procurou-me mostrando-me um telegrama da embaixada argentina no Rio de Janeiro, segundo o qual Vossa Excelência não mostrava disposição definitiva para uma ação conjunta da Argentina, Peru e o Chile, preferindo atuar por intermédio de Washington. Em face da urgência do momento, o ministro sente-se decepcionado. Alega que o Peru e o Chile estão de perfeito acordo. Pergunta como veríamos uma iniciativa imediata dos três enquanto esperam simpaticamente a nossa decisão. Existe rumor de que Washington pretende inaugurar política tutelar nesta América a pretexto do presente conflito. Também insinuam nossa

2 N.E. – Logo abaixo, intervenção manuscrita: “De acordo com a confirmação enviada pela embaixada”.

predileção pela Bolívia, contra o que protestei vivamente. Conviria fazer desvanecer essa dúvida prejudicial ao nosso prestígio. Conversei com o ministro paraguaio e achei-o inclinado a concordar em que o seu país aceitasse os conselhos das quatro nações de retirar suas forças a fim de evitar choques. O ministro das Relações Exteriores afirmou-me que o Paraguai aceita.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 04/08/1932 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Da Embaixada em Buenos Aires

Em 4/4/8/32

DA

[*Índice:*] Viagem embaixador Assis Brasil.

117 – QUINTA-FEIRA – 16h20 – Utilizando a faculdade que Vossa Excelência me concedeu de viajar ocasionalmente para o Rio Grande do Sul durante o desempenho de minha missão, penso partir, domingo próximo, para Pedras Altas. O conselheiro da embaixada, Lafayette de Carvalho e Silva, a par dos acontecimentos, substituir-me-á otimamente. É *persona grata* junto ao ministro das Relações e, aliás, todas as negociações estão definitivamente encaminhadas. Se Vossa Excelência, consultando o chefe do governo provisório, consentir em dar-me agora a demissão pedida, muito agradecerei.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 06/08/1932 - AHI 14/01/10

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Da Embaixada em Buenos Aires
Em 6/7/8/32

RESERVADO – NP

[*Índice:*] Chaco.

119 – SÁBADO – 23h20 – Referência ao telegrama de Vossa Excelência n. 79. O ministro de Estado Lamas pediu-me transmitir os agradecimentos pelas expressões cordiais com que Vossa Excelência exprimiu sua aquiescência à ação conjunta. Prometeu-me entregar à embaixada um *memorandum* sintético de seu modo de ver o encaminhamento das negociações, incluindo as partes em que adotou a nossa sugestão. Assinei com a Argentina, Chile e Peru o apelo aos prováveis beligerantes, o qual lhes deverá ser notificado através dos neutros, em Washington. Partirei amanhã, domingo.

Assis Brasil



OFÍCIO³ DE 20/12/1932 - AHI 276/4164

A S.Exa. o Sr. Dr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
Correspondência Recebida
Ministério dos Negócios da Fazenda
Em 20 de dezembro de 1932.

N. 369

Sr. Ministro.

De posse do aviso n. LA/980, de 6 do corrente, comunicando o convite da Secretaria-Geral da Liga das Nações, no sentido de se fazer representar o governo brasileiro na próxima Conferência Monetária e Econômica, convocada pelo Conselho daquela instituição, de acordo com a resolução da conferência, que se reuniu em Lausanne, de 16 de junho a 9 de julho deste ano, tenho a honra de declarar a V.Exa. que este ministério folga bastante com o convite para tal certame, do qual só advirão vantagens.

Quanto à representação do Brasil na referida conferência, por delegados munidos de plenos poderes, segundo os termos da nota da secretaria da aludida Liga das Nações, que acompanhou, por cópia, o citado aviso, seria conveniente que V.Exa. ouvisse a respeito, diretamente, o sr. chefe do governo provisório.⁴

Reitero a V.Exa. os protestos de minha estima e consideração.

(a) Oswaldo Aranha



3 N.E. – No topo da folha, à direita, intervenção manuscrita: “Esperar a resposta do Ministério do Trabalho”. Acima do destinatário, intervenção manuscrita: “Conferência Monetária e Econômica”.

4 N.E. – O trecho entre “seria conveniente” e “Governo Provisório” está sublinhado a lápis.

OFÍCIO⁵ DE 31/03/1933 - AHI 95/02/03

A S.Exa. o Sr. Dr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Ministério dos Negócios da Fazenda
Em 31 de março de 1933.

Sr. Ministro

De posse do aviso n. LA/177, de 17 do corrente, transmitindo um documento recebido do secretário da Liga das Nações, relativo à próxima Conferência Monetária e Econômica, convocada pelo Conselho da mesma Liga, cabe-me comunicar a V.Exa. que, conforme tive a honra de declarar-lhe em aviso n. 369, de 20 de dezembro último, em resposta ao aviso n. LA/980, de 6 do mesmo mês, seria conveniente que esse ministério ouvisse, diretamente, o sr. chefe do governo provisório sobre a representação do Brasil na referida conferência, da qual só advirão vantagens para o nosso país.

Reitero a V.Exa. os meus protestos de alta estima e mui distinta consideração.

Oswaldo Aranha

☪

5 N.E. – Abaixo do destinatário, intervenção manuscrita: “Conferência Monetária e Econômica”.

TELEGRAMA DE 07/04/1933 - AHI 51/04/15

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Embaixada em Washington

Em 7/8/4/33

EC

NP

[Índice:] Conferência econômica em Washington.

47 – SEXTA-FEIRA – 16h55 – O subsecretário de Estado Philipp convidou-me hoje a ir ao Departamento de Estado para me explicar o fim da visita de MacDonald, que aqui vem, sobretudo, como presidente da Conferência Econômica. Fez em nome do presidente da República o convite para mandarmos um dos ministros de Estado ou um delegado especial para trocar idéias acerca das questões a serem discutidas naquela conferência, ou, não sendo isso possível, realizá-lo por esta embaixada. Foram convidadas até agora, além do Brasil, a Inglaterra, a França, a Itália e a Alemanha. Sê-lo-ão, também, a Argentina, o Chile, o Japão e, possivelmente, a China, o Peru e o Canadá.

Lima e Silva



TELEGRAMA DE 11/04/1933 - AHI 52/01/08

Ao Sr. Rinaldo de Lima e Silva
Embaixador em Washington

À Embaixada em Washington

Índice: Conferência Econômica de Washington.

51 – 3h30 – Resposta ao telegrama de Vossa Excelência n. 47. Queira agradecer ao Departamento de Estado o honroso convite, que o governo brasileiro aceita com satisfação, devendo designar o seu representante dentro de poucos dias. Rogo informar desde quando e até quando deverão chegar aí as delegações e, se possível, dentro desse período, qual seria a época mais conveniente para chegada da delegação brasileira.

Exteriores

Expedido em 11 de IV de 1933, via W.
J. F. de A.



TELEGRAMA DE 19/04/1933 - AHI 52/01/08

Ao Sr. Rinaldo de Lima e Silva
Embaixador em Washington

À Embaixada em Washington
Em 19 de abril de 1933.

EC

Índice: Conferência Econômica de Washington.

55 – 18h30 – Em resposta ao seu telegrama n. 55. Efetivamente, o embaixador Assis Brasil representará o nosso país na conferência, devendo aí chegar na segunda quinzena de maio. Os outros membros da delegação, que ainda não está completa, seguirão diretamente.

Exteriores

Expedido em 19 de 4 de 1933
L. Amorim



TELEGRAMA DE 27/04/1933 - AHI 52/01/08

Ao Sr. Rinaldo de Lima e Silva
Embaixador em Washington

Brasemb Washington
Em 27 de abril de 1933.

[*Índice:*] Conferência Econômica de Washington.

Confirmando o meu telegrama n. 58, a delegação brasileira ficou constituída pelos srs. Numa de Oliveira, Oscar Weinschenck, Joaquim Eulálio, Heitor Freire Carvalho e Valentim Bouças, devendo partir alguns pelo *Eastern Prince* a 4 de maio e os outros pelo *Western World* no dia 11.

Exteriores

Expedido em 27 de IV de 1933, via W.
J. F. de A.



TELEGRAMA DE 18/05/1933 - AHI 51/04/15

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Embaixada em Washington

Em 18/19/5/33.

EC

Índice: Conferência Econômica de Washington.

71 – QUINTA-FEIRA – 16h25 – Transmito: “Fui recebido, hoje, com todos os membros da delegação, aqui chegados, pelo secretário de Estado, tendo, depois, almoçado com o presidente da República, em companhia do embaixador Rinaldo de Lima e Silva e dos delegados Joaquim Eulálio, Heitor Freire de Carvalho, Numa de Oliveira e conselheiro Hildebrando Accioly, bem como do secretário de Estado, do ministro da Agricultura e presidente da Comissão de Diplomacia do Senado. Durante e depois do almoço, o presidente conversou, cordialmente, informando os resultados já obtidos em suas conversas com outros delegados, mostrando-se otimista quanto ao êxito da sua iniciativa. Quanto a nós, observou ser a combinação mais fácil do que com qualquer outro país, devido à ausência de competição das respectivas produções e à tradicional amizade. Combinamos encontro com os peritos americanos para sexta-feira, sábado, segunda e terça-feira. Respondi que a nossa posição era de convidado e, pois, esperaríamos as iniciativas americanas, que receberíamos e consideraríamos com maior atenção. Acrescentei que, durante as conversações, tomaríamos, talvez, a iniciativa, que se mostrasse oportuna. Ao finalizar o almoço, o presidente brindou [a] o chefe da nação brasileira e à prosperidade do Brasil, com palavras muito expressivas, a que respondi em estilo usual. (Assinado) Assis Brasil.”

Rinaldo de Lima e Silva



DESPACHO TELEGRÁFICO DE 19/05/1933 - AHI 52/01/08

Brasemb Washington

URGENTE

Índice: Conferência Econômica de Washington.

Rogo transmitir ao embaixador Assis Brasil: “De acordo com o Ministro da Fazenda, autorizo-vos a fazer as declarações solicitadas⁶ e também a assumir os compromissos que, a bem dos interesses nacionais, forem necessários, independente da prévia consulta, sempre que a urgência do caso e a marcha das negociações exigirem pronta deliberação.”

Exteriores

Expedido em 19/5/33.



TELEGRAMA DE 19/05/1933 - AHI 51/04/15

Ao Sr. Oswaldo Aranha
Ministro da Fazenda

Embaixada em Washington

Em 19/20/5/33

EC

[Índice:] Conferência Econômica de Washington.

6 N.E. – O telegrama que solicita a presente autorização não consta da série de telegramas de Washington.

74 – SEXTA-FEIRA – 19h35 – O embaixador Assis Brasil roga transmitir ao ministro da Fazenda: “Os delegados e eu agradecemos a confiança manifestada à nossa solicitação. Confiando desviar, por esse meio, a ameaça do tributo do café, penso entregar, segunda-feira, a declaração redigida de acordo com a Secretaria de Estado, que envio, agora mesmo, em telegrama separado, e para a qual rogo aprovação urgente. Suas recomendações, no segundo telegrama recebido hoje, já estavam previamente atendidas, tendo, hoje, os delegados brasileiros exposto, com clareza e felicidade, a situação verdadeira e a atitude do Brasil sobre o câmbio, pagamento e outras. Só não figurou a hipótese de fiscalização, que poderá ter cabimento, em caso extremo, felizmente, pouco provável.”

Lima e Silva



TELEGRAMA DE 23/05/1933 - AHI 51/04/15

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Embaixada em Washington
Em 23/24/5/33
RESERVADO – EC

[Índice:] Conferência Econômica de Washington.

77 – TERÇA-FEIRA – 16h00 – Transmito: “Na sessão de hoje, demos por concluída a conversação para que fomos convidados. Os delegados e eu julgamos que tudo terminou pelo melhor. Não havendo chegado a resposta do ministro da Fazenda autorizando a assinar a declaração, cuja minuta mandei, decidi assinar a declaração, hoje, com a alteração destinada a esclarecer a correção da nossa atitude passada, relativamente

aos créditos americanos. O governo americano publicará essa declaração. Também obtive promessa de que o secretário de Estado me escreverá uma carta confidencial, em que afirme que a alta administração influirá no Congresso, no sentido de não ser taxado o café. O governo pede para conservar reservado esse documento, por consideração à independência do Congresso. Depois de completa a exposição feita por Numa de Oliveira, secundado pelos outros delegados, sobre a nossa imparcialidade nas concessões e impedimentos, e alusão às instruções do ministro da Fazenda, oferecemos autorização ao embaixador americano, aí, para verificar, confidencialmente, os recordes do Banco do Brasil sobre câmbio. Esta declaração produziu excelente efeito, porque são muitas as queixas americanas aí. Em telegrama separado, mando o texto em inglês da declaração. Assinado: Assis Brasil.”

Lima e Silva

[*Anexo*]

FOR THE PRESS

Immediate release – May 25, 1933.

The following joint statement was issued tonight by the President and His Excellency J. F. de Assis Brasil, Chairman of the Brazilian Delegation to the World Monetary and Economic Conference at London.

“As a result of the conversations in which we have exchanged in the fullest and most cordial manner the views entertained by our respective Governments, we are gratified to find there is entire identity of purpose between them respecting the solutions of the economic and financial problems which confront the world. These conversations have been characterized throughout by the most frank spirit of friendship which has always existed between our two countries. We recognize fully the imperative need for removing the existing barriers to commerce

between nations and both countries will lend their best efforts to that end at the approaching Conference.

We have found ourselves in complete agreement as to the fundamental importance of a tariff trade as a first step towards ultimate reduction of tariff barriers and a general revival of international trade. We have also recognized the paramount need for stabilization of currencies as a basis for such revival.

In touching on the problems of trade between our two countries there was a completely friendly and cordial interchange of views regarding the conditions of international payments. In this connection the Brazilian Delegation took the opportunity spontaneously to declare 'that the Brazilian Government assures and will always assure all American interests completely fair treatment in connection with the service of loans and the disposition of exchange under the exchange control. It will in no way discriminate between different nations'.

It is gratifying to us to look forward to the opportunity which the delegations representing our respective countries will have of cooperating fully with the other nations of the world at London towards the realization of the purpose of the Conference."



TELEGRAMA DE 26/05/1933 - AHI 51/04/15

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Embaixada em Washington
Em 26/26/5/33

RESERVADO – EC

[Índice:] Conferência Econômica de Washington.

81 – SEXTA-FEIRA – IIH – O embaixador Assis Brasil, ao partir, pediu-me para transmitir o seguinte: “Acabo de despedir-me do presidente Roosevelt, que me convidou para uma conversa, relativamente longa, em que se mostrou interessadíssimo pela nossa restauração econômica e financeira, entrando em minudências, que direi pelo correio logo que chegue a Londres. Sigo hoje para Detroit a convite de Henry Ford, de quem serei hóspede por um dia. Espero estar no dia 30 em Nova York, embarcando a 2 de junho para Londres. A minha impressão e a dos delegados é a melhor.”

Lima e Silva



AVISO DE 26/05/1933 - AHI 52/01/08

Ao Sr. Assis Brasil
Delegado do Brasil na Conferência Econômica em Washington

À Embaixada em Washington
Em 26 de maio de 1933

RESERVADO

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

Brasemb Washington

Rogo transmitir ao embaixador Assis Brasil: “O ministro da Fazenda informa que a delegação à Conferência de Londres está assim constituída: delegados plenipotenciários – Vossa Excelência e o embaixador Régis de Oliveira; membros – Joaquim Eulálio, Numa de Oliveira, Oscar Weinschenck, Heitor Freire de Carvalho, José Nabuco e Valentim Bouças; secretário – Acyr Paes. A delegação será auxiliada pelos

funcionários da Embaixada em Londres, devendo o adido comercial Barbosa Carneiro figurar como assessor.”

Exteriores
Expedido em 26 de 5 de 1933



OFÍCIO DE 09/06/1933 - AHI 276/4164

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro Estado das Relações Exteriores

Delegação dos Estados Unidos do Brasil à
Conferência Monetária e Econômica Mundial
Bordo do *Olympic*, 9 de junho de 1933.

N. 1

[*Índice:*] Conferência preliminar de Washington. Relatório.

Senhor Ministro,

Partindo de Paris a 10 de maio próximo passado e tomando no mesmo dia, em Cherburgo, o paquete inglês *Berengaria*, cheguei a Nova York na manhã de 16.

2. O embaixador Lima e Silva e o cônsul-geral Sebastião Sampaio informaram-me, ainda a bordo, do esperado desembarque no dia seguinte dos membros da delegação que vinham diretamente do Rio, com exceção do senhor Weinschenck, esperado pelo seguinte vapor.

3. Em alto-mar e a dois dias de Nova York, recebi a seguinte mensagem radiográfica de Washington, assinada pelo senhor Cordell Hull, secretário de Estado:

As you approach the United States, I am very happy to welcome you on behalf of my Government, as well as to send you my own cordial greetings.

À qual respondi pela mesma via:

Approaching your noble country, unto which a long residence inspired me deep feelings of sympathy and admiration, I beg [*you*] to most cordially acknowledge and retribute your kind welcome.

4. Em Nova York apresentou-se-me o senhor Patterson, funcionário diplomático do Departamento de Estado, dando-me as boas vindas em nome do secretário de Estado e pondo-se à minha disposição para o que fosse necessário, inclusive o transporte para Washington, que o secretário de Estado desejava fosse imediato, por amor do plano geral de acolhimento e negociações estabelecido em relação à delegação brasileira. O senhor Patterson prestou-me grande auxílio, deixando-me essa mesma tarde à porta do hotel em que me hospedei na capital federal. Acompanhavam-me também o embaixador Lima e Silva e o senhor Valentim Bouças, a quem Vossa Excelência e o senhor ministro da Fazenda, aí – no Rio – me designaram verbalmente como auxiliar da delegação.
5. A 18, chegaram a Washington os delegados vindos diretamente do Rio, senhores Joaquim Eulálio, Numa de Oliveira, o senhor Freire de Carvalho, o consultor jurídico senhor José Nabuco e o primeiro secretário de legação senhor Acyr Paes.
6. Fui, nessa mesma tarde, informado pela nossa embaixada do programa adotado oficialmente para a permanência da delegação em Washington: 1) o secretário de Estado receberia no seu gabinete a delegação às 10 horas de sexta-feira, 19; 2) o mesmo secretário de Estado apresentaria os membros da delegação ao presidente Roosevelt, na Casa Branca, às 13 horas desse dia; 3) os membros da delegação almoçariam, em seguida, com o presidente; 4) às 15 horas, ainda de 19, teríamos a primeira conferência com o secretário de Estado, que se repetiria nas manhãs úteis seguintes, às 10 horas, até quinta-feira, 25.
7. Tudo ocorreu, substancialmente, de acordo com esse plano, com a insignificante alteração de se haver suprimido a reunião de sábado e efetuando uma de manhã e outra de tarde na terça-feira, além do ban-

quete de 25, presidido pelo secretário de Estado, e mais uma conferência com o presidente Roosevelt nesse mesmo dia, como adiante direi.

8. A atividade de sexta-feira, 19, começou pelo secretário de Estado receber a delegação no Departamento de Estado, a fim de travar conhecimento com o respectivo pessoal e ficar habilitado ao introduzir junto do presidente. Comparecemos à hora marcada – 10 –, acompanhados do embaixador Lima e Silva, que fez as apresentações ao senhor Cordell Hull. Ficamos também conhecendo alguns dos funcionários imediatamente inferiores e alguns especialistas, entre os quais sobressaíam o professor doutor Feis e o senador Pittman.

9. O secretário de Estado submeteu-me o programa dos trabalhos, abrangendo todos os dias úteis até quinta-feira, 25. Fez também um apanhado da situação, do caráter em que tínhamos sido convidados e em que éramos recebidos, e despediu-nos até às 13 horas desse mesmo dia, em que nos encontraríamos com o presidente, na Casa Branca.

10. Às 13 horas compareci, com a delegação, na Casa Branca, aonde fomos conduzidos por um introdutor diplomático, em veículos de Estado. No peristilo da mansão oficial e, pois, fora da porta de entrada, esperava-nos o presidente, acompanhado da senhora Roosevelt, do secretário de Estado, de outros membros do gabinete e altos funcionários. Havia muito povo nos jardins da Casa Branca e o presidente e o seu séqüito eram objeto de ovações, de que também partilhamos, ao chegar. Penetrando no *hall*, uma banda executou o hino nacional brasileiro. A esposa do presidente despediu-se. Passamos à sala onde devíamos tomar o *lunch* em companhia do chefe da nação.

11. O presidente designou-me à mesa a sua direita e ao embaixador Lima e Silva o outro lado. À minha direita colocou o secretário da Agricultura, explicando-me muito familiarmente, durante a conversação, que assim procedera por estar informado de haver eu desempenhado o cargo de ministro da Agricultura e por saber dos meus pendores rurais que eram também os seus e os do senhor Wallace, o secretário de Agricultura, que me disse ser conhecido pelo [*sic*] primeiro cultivador científico do milho nos Estados Unidos.

12. O tempo, relativamente longo, desta reunião à mesa decorreu na mais afetuosa naturalidade e assim foi até ao brinde levantado pelo presidente ao chefe da nação brasileira, a que correspondi na forma do estilo.

13. Ao deixar a mesa, o senhor Roosevelt despediu-se dos membros da delegação e pediu-nos, ao embaixador e a mim, para o acompanharmos ao seu gabinete contíguo. Ali, fez-me tomar assento à sua direita, atalhando o meu natural protesto, e começou logo a conversar no tom mais íntimo. Passou rapidamente sobre as banalidades protocolares, entrando de cheio no objeto do convite às nove potências para as conversações prévias relativas à Conferência Mundial Monetária e Económica. Tocou ligeiramente em generalidades. Éramos hóspedes bem-vindos, diria prediletos, se isso não fosse de encontro a conveniências internacionais. O Brasil não tinha superior como país interessante para os Estados Unidos. Era uma realidade presente não desprezível e uma possibilidade futura incalculável. Tradição ininterrompida afirmava e garantia a mútua amizade e a solidariedade das duas grandes repúblicas. E – *last, but not the least* – os nossos produtos não se contrariavam; não éramos competidores dos Estados Unidos, como outras nações. Esboçou, então os motivos do seu convite para estas conversações e os seus planos de administração no tocante, principalmente, a finanças e economias internacionais, que pode dividir-se em dois itens capitais: 1) restabelecimento das trocas, pela destruição ou modificação das barreiras tarifárias; 2) estabelecimento dos símbolos do valor, das moedas de todas as nações, com a adoção – talvez – de uma moeda universal, senão para uso doméstico de cada nação, ao menos para as transações internacionais para termo de referência do câmbio. O desenvolvimento dado a estas teses foi sumarássimo, observando o presidente que o teríamos pleno nas confabulações com o secretário de Estado e seus peritos especialistas. Concluiu afirmando que acolheria com a maior simpatia qualquer sugestão do Brasil no sentido de os Estados Unidos lhe darem apoio substancial nos seus esforços de redenção económica e financeira e aludiu às provas que teríamos brevemente – nos nossos próximos encontros com o secretário de Estado e seus auxiliares, bem

como com a delegação americana à Conferência de Londres – da realidade desses propósitos e sentimentos.

14. Entre as breves frases com que fui recebendo as ponderações do presidente, disse-lhe que me era fácil compreender toda a sua concepção política e administrativa, interna e internacional, porque, durante a travessia marítima, eu já tinha conversado a fundo com ele. E atalhei logo o seu assombro, explicando que trouxera comigo o primeiro exemplar chegado ao Rio do seu recente livro *Looking Forward*, cuja clareza e sinceridade me encantaram. A referência teve excelente efeito. Entre outras expansões de cordial reconhecimento, o senhor Roosevelt se propôs lançar o seu autógrafo sobre a primeira página do exemplar em questão, o que fez nos termos mais cordiais e honrosos para mim, logo que lhe mandei o livro para esse fim.

15. A minha impressão deste primeiro contato não poderia ser mais grata. E os fatos sucessivos confirmaram inteiramente a expectativa por ele autorizada.

16. À primeira reunião, no Departamento de Estado, compareceram o secretário de Estado, senhor Cordell Hull, o senador Pittman, o professor doutor H. Feis, consultor do Departamento das Finanças, o senhor Wilson, encarregado dos assuntos sul-americanos, além de outros auxiliares americanos e todo o pessoal da nossa delegação já chegado a Washington.

17. O senhor Hull disse poucas palavras, apresentando o seu pessoal e esboçando perfunctoriamente a situação através do critério do seu governo. Os seus especialistas dariam completos esclarecimentos. Ele próprio bem pouco poderia permanecer na nossa companhia, cativo como estava de inúmeros deveres e especialmente dos cuidados da viagem iminente a Londres.

18. Respondi com o possível laconismo, agradecendo o convite ao Brasil e declarando-me pronto a ouvir com simpática atenção tudo quanto ele ou os seus tivessem a dizer-nos. Pela natureza das coisas, não nos competia a iniciativa da discussão. Eu, entretanto, diretamente ou por intermédio dos meus companheiros de delegação, conselheiros e peritos, estaria sempre pronto a dar os esclarecimentos que nos fossem pedidos.

Ocasionalmente, também, poderia aventar qualquer questão nascida da amigável troca de idéias que esperávamos.

19. O secretário de Estado deu a palavra ao senhor Feis e, poucos momentos depois deste começar as suas observações, retirou-se, atendendo a um chamado. Só reapareceu no fim da reunião. Nos seguintes dias, a sua presença foi ainda mais escassa.

20. Do que se passou – nesta, como nas outras reuniões, até o dia 25 de maio, em que deixamos Washington – Vossa Excelência será suficientemente informado pelo relatório anexo, do consultor jurídico senhor José Nabuco, a quem incumbi de tomar nota de quanto de interessante nelas se passasse.

21. Como se vê desses apontamentos tomados pelo senhor Nabuco, com o auxílio do hábil secretário Paes, logo que o senhor Feis aludiu à possibilidade de ser o café incluído entre os objetos da nova taxaço destinada ao serviço do empréstimo monstro de 3,500.000 dólares, se o governo americano não pudesse dar satisfação aceitável aos titulares de valores represados no Brasil e aos que se queixavam de discriminações nossas em favor de credores europeus, respondi que os esclarecimentos que estávamos autorizados a dar patenteariam a sem razão de quaisquer alegações desse gênero. Acrescentei que a resolução do caso se facilitaria mediante uma proposta escrita que os representantes ali presentes da administração americana nos fornecessem como base de um documento definitivo. Os nossos interlocutores acederam imediatamente e, depois de alguma troca verbal de idéias, apresentaram a redação que – na mesma sexta-feira, 19 de maio – expedi a Vossa Excelência por telegrama, pedindo o seu conselho e do governo sobre a conveniência de a assinarmos. Obtive que se suprimisse a projetada reunião de sábado, com o que ganharia três dias – sábado, domingo e metade de sexta e de segunda. Não veio resposta alguma, o que os delegados e eu tomamos como consentimento. Ainda assim, o tempo ganho permitiu-me idear algumas modificações de forma, que Vossa Excelência, possuidor dos dois textos, poderá facilmente apreciar, reconhecendo que foram em favor da dignidade do Brasil.

22. A 25 assisti, com os delegados, ao banquete que nos ofereceu e à delegação japonesa o secretário de Estado, que me deu a sua direita, colocando à esquerda o visconde Ishi, provavelmente pela consideração de haver chegado primeiro a Washington (bem que não aos Estados Unidos) a delegação brasileira.

23. Do banquete fomos novamente à Secretaria de Estado, onde efetuamos uma reunião de despedida. Ali combinamos, com a presença do secretário de Estado, que eu assinaria uma declaração reafirmando os entendimentos satisfatórios a que havíamos chegado e que o secretário de Estado me daria também por escrito a opinião do seu governo contrário à taxaço do café. Esses documentos, já transmitidos pelo fio a Vossa Excelência, acompanham esta exposição.

24. Da Secretaria de Estado passamos ao despacho privativo do presidente, na Casa Branca. Ali, os nossos delegados se despediram do primeiro magistrado e, por indicação deste, se retiraram, acompanhados pelo embaixador Lima e Silva, ficando apenas eu. O presidente fez-me sentar ao seu lado, dizendo-me que, apesar do acúmulo de negócios que solicitavam a sua atenção e de me saber de viagem naquela mesma tarde, desejava ter uma longa conversação comigo. Entreteve-me, realmente, por mais de meia hora, durante cujo tempo foi duas vezes advertido por oficiais do seu gabinete da necessidade de atender a compromissos anteriores. Um resumo desta entrevista pode ser interessante como informação aos nossos homens de Estado quanto às nossas atitudes para com os Estados Unidos, pelo menos durante o consulado do senhor Roosevelt.

25. O presidente começou por se congratular comigo pela cordialidade reinante em todas as conferências realizadas entre a minha delegação e os seus representantes, bem como pelos resultados positivos obtidos. A hipótese da tributação aduaneira ou interna do café pesava sobre o seu espírito tanto como sobre o nosso. Sempre foi partidário do almoço barato para o trabalhador, o *plain people*. Apreciava também a conservação da liberalidade americana quanto ao café, tradição que teria pena de ver quebrada, principalmente porque ela interessava mais ao Brasil

do que a todos os fornecedores juntos de café aos Estados Unidos. Era, em matéria de interesses materiais de comércio, o principal penhor do muito apreço em que o seu país tinha o nosso. Neste particular, queria usar para comigo de verdadeira franqueza, só permitida entre amigos: a maior dificuldade que encontrou para desviar a ameaça pendente sobre o café foi a observação feita por alguns legisladores e pessoas influentes de administração sobre ser o próprio Brasil (bem como todos ou quase todos os países produtores) quem contrariava mais substancialmente a política americana do café barato, lançando impostos pesadíssimos de exportação sobre essa mercadoria. Interroguei-o [*sic*] neste ponto, para informar que já tínhamos feito muito no sentido de abolir os impostos de exportação e esperávamos chegar brevemente a uma transformação sistemática da política tradicional do Brasil nesse sentido, embora reconhecêssemos a dura necessidade de respeitar compromissos passados repousando sobre a garantia do café exportado. Agradeceu-me a informação, que transmitiria a quem conviesse. Disse-me, ainda, que a consideração da trégua aduaneira por nós invocada nas conferências da Secretaria de Estado já tinha sido suposta pelos legisladores e outros partidários do imposto, que se defendiam dizendo dever a taxa recair sobre as vendas internas, e não sobre a importação. Atalhei que seria um sofisma contra o qual o seu reto espírito de honestidade se levantaria. Respondeu-me que sim; mas que, realmente, a base principal dos partidários da tributação era a necessidade de criar recursos para o serviço de juros e amortização do empréstimo interno monstro, de três bilhões e 500 milhões de dólares destinados a dominar a depressão geral e, especialmente, a dar trabalho aos treze milhões de desocupados. O café poderia fornecer setenta milhões dos duzentos e vinte necessários para esse serviço. Ora, por um lado, os próprios produtores já o tributavam e, por outro, o seu maior fornecedor – o Brasil – tinha, de certo modo, estancado as transações com os Estados Unidos, impedindo, pelo chamado controle cambial, os pagamentos devidos aos capitalistas e outros interessados deste país. Além disso, ainda se alegava que o governo brasileiro, ao mesmo tempo que embargava os pagamentos aos credores americanos, fazia regularmente o serviço dos

seus compromissos com a Inglaterra. Gostou de saber que tudo ficara explicado e esclarecido nas conferências da Secretaria de Estado. Logo que teve notícia da minha declaração escrita nesse sentido, telegrafou ao seu representante junto da respectiva comissão do Congresso, pedindo para que se esquecesse inteiramente a idéia da tributação do café. O seu empenho era dar satisfação às queixas e alegações quanto ao tratamento desigual (*discrimination*) que o Brasil estaria oferecendo aos interesses americanos em relação aos de outras nações. Aprovava também sem relutância o meu pedido de reciprocidade, relativo a uma declaração escrita do seu governo quanto à inaconselhabilidade [*sic*] de tributar o café. Deu logo autorização ao secretário de Estado para me escrever a carta, que já é de conhecimento de Vossa Excelência e que acompanha este relatório em original.

26. Aludi, no curso da conversação, ao arranjo que tínhamos em mãos, já habilmente começado pelo senhor Valentim Bouças, junto dos nossos credores em Nova York, e que seria o princípio da regularização dos negócios brasileiro-americanos, com a libertação dos créditos represados (*frozen*). O presidente disse-me ter conhecimento desses primeiros passos. Afirmou que, em tudo quanto dependesse da influência oficial, acharíamos todas as facilidades. Em Nova York, eu trataria pessoalmente com o professor Kent, o fiscal do câmbio – *controller of the exchange*, como lá lhe chamam, quando não o denominam pitorescamente, mas não muito impropriamente, o ditador do câmbio. A delegação brasileira teria no senhor Kent, a par de uma competência indiscutível, a melhor vontade de ser agradável ao Brasil. Foi realmente o que verificamos poucos dias depois.

27. Entrou então o presidente em uma série de considerações de outras ordens, a começar por um golpe de vista aos negócios americanos e mundiais.

28. A sua exposição, feita com clareza didática, começou pela situação presente da economia universal. O mal era patente a qualquer observador. O remédio interessava igualmente a todos. Sem negar que a superprodução era responsável pela desorganização das trocas, estava convencido de que o tropeço mais imediato encontrado no caminho

do intercâmbio mundial residia nas barreiras tarifárias. O primeiro esforço do governo americano, na próxima conferência de Londres, seria, pois, combinar com as potências representadas, senão um abaixamento imediato de tais barreiras, ao menos um encaminhamento seguro para esse resultado. Debaixo desse ponto de vista, julgava de substancial importância a trégua tarifária já obtida por iniciativa dos Estados Unidos. Limitar o elastério dos impostos de importação exclusivamente à hipótese descendente parecia-lhe já uma vantagem grandíssima. O futuro indicaria as oportunidades de se ela [*sic*] manifestar. Entretanto, os produtores de mercadorias exportáveis estariam tranquilos quanto às gravações consideráveis e até proibitivas, com que vinham sendo, ou poderiam ser, surpreendidos no curso das suas atividades ordinárias.

29. Aberto o caminho à circulação normal e confiante nos mercados do mundo, a primeira consideração que se impunha era a do instrumento de troca, o símbolo do valor, a moeda, em que as mercadorias deviam ser pagas. No presente momento, a moeda perdera a sua fixidez em toda a parte. Era conhecido o último caso, o do próprio símbolo americano, o dólar. Por mil razões óbvias, as transações seriam tão difíceis e precárias no domínio de moedas instáveis, como fáceis e seguros no da estabilidade. A delegação americana levava instruções para trabalhar no sentido mais enérgico em Londres para qualquer coisa que se aproximasse de estabilidade universal. O governo americano, na mesma oportunidade e pelo tempo subsequente, se interessaria muito particularmente em colaborar com os países com que mantém relações comerciais (especialmente os deste continente e o Brasil muito particularmente) no sentido de se conseguir esse resultado. Mas a obra começaria por casa. O dólar, até poucos dias fixo, estava presentemente entre as moedas oscilantes. A inconvertibilidade do dólar, com o embargo posto à drenagem do ouro do enorme repositório desse metal ainda existente neste país, representam medidas de salvação pública. É sabido que o lastro metálico dos Estados Unidos representa o valor mais que suficiente para contrabalançar a sua circulação fiduciária e as necessidades legítimas e naturais das compensações mundiais. Mas não há lastro que resista à drenagem histórica provocada pelo terror

pânico. Sem o embargo e a inconvertibilidade, as casas fortes do Tesouro e dos bancos se esvaziariam como o líquido de um reservatório cujo fundo se abrisse. O ouro assim evadido não iria prestar serviço ao crédito universal, ou nacional, em qualquer parte onde se refugiasse: a desconfiança reinante o aferrolharia nas burras dos tesouros públicos, dos bancos e dos avaros, e o disseminaria, talvez na maior parte, na tesaurização [sic] do pé-de-meia. Em qualquer hipótese: a estagnação. Sem movimento, nem o ouro tem valor. Assim, a drástica medida do governo americano, que se completaria com a decretação do curso forçado, devia ser recebida como um mal necessário, recurso provisório para a consecução de um bem definitivo. O abaixamento do valor ouro do dólar e o curso forçado trariam também, ainda que provisoriamente, o levantamento do preço da produção, especialmente a da lavoura, permitindo mais fácil pagamento das dívidas dos produtores, que representam o verdadeiro câncer da economia interna. Conseguídos estes primeiros efeitos, os Estados Unidos trabalhariam duro pela estabilização do valor do dólar. Não uma estabilização direta e literal, que levasse o símbolo americano a ser trocável ao par pelo peso de ouro fino escrito nas faces do bilhete, mas por quantia, alta ou baixa, que não sofresse oscilação. Sobre este ponto delicado, as observações do presidente foram sutis e um tanto evasivas, deixando, porém, bem claro que a sua visão da perspectiva do dólar ao par é mais que remota e dubitativa. Um dos meios de alcançar a fixidez do dólar e dos símbolos monetários de todos os países (ou, pelo menos, dos do hemisfério americano) seria o estabelecimento de uma moeda tipo internacional, que serviria de padrão, de ponto de referência para todos os câmbios internacionais. Essa divisa corresponderia a um certo peso de metal precioso, que seria guardado nas áreas de uma instituição conveniente, mas nunca circularia, senão pelas emissões correspondentes. Devia ter um nome especialmente criado com ela. Poderia mesmo chamar-se escudo, ou milreis (sic),⁷ mas nunca dólar, ou libras. O plano se tornaria mais vasto e de resultados conseqüentemente maiores no movimento universal se

7 N.E. – Sic no original.

uma chance fosse dada à prata, o que representaria enormes facilidades no comércio com a China, a Índia, o México e as outras seções do mundo aderentes ao metal branco. Poderia aproveitar-se o que há de bom e oportuno na chamada teoria quantitativa do antigo candidato à presidência e ex-secretário de Estado, William J. Bryan, o campeão do bimetalismo. A inflação – distribuindo-se entre o papel, que não tem valor intrínseco, e a prata, que tem algum – seria menos perigosa e mais manejável que a simples circulação papel. Isto quanto à cunhagem maior de prata para a circulação. Mas, mesmo no lastro – garantia de estabelecimento central acima figurado –, certa percentagem de prata poderia admitir-se, desde que se tomassem as cautelas regulamentares próprias para evitar qualquer coisa que parecesse *dumping*. O governo americano não advogava, nem menos planejava, a livre emissão de prata com curso forçado (*legal tender*); mas reconhecia a utilidade de uma convenção internacional que trouxesse à circulação, com poder cancelatório [*sic*] muito maior quantidade de prata cunhada do que a presentemente circulante. Poderia ser decretada segundo o arbítrio de cada governo, mas sem curso forçado internacional, o que já seria uma precaução contra *dumpings*. Qual proporção seria essa? As nações interessadas o decidiriam. Será esse um dos mais interessantes e úteis objetos suscetíveis de discussão no gigantesco conclave que vai trabalhar em Londres. Ainda que nenhuma resolução definitiva seja tomada, poderá adiantar-se muito substancialmente a gestação da idéia. E, se ela não for praticável desde já pelo mundo inteiro, quem nos diz que não poderia ser inaugurada pela irmandade pan-americana? Se desse bom resultado, como é provável, o resto do mundo acompanharia.

30. A conferência com o presidente Roosevelt estendeu-se ainda por muitas particularidades de que ele tomou a iniciativa. Tinha tido o plano de visitar o Brasil, em combinação com Edson⁸ Ford, filho do grande empreendedor. Queria conhecer o Amazonas e depois o sul. Foi privado desse gosto pelo terem feito candidato a governador do estado de Nova York. Considerava o Brasil o país fadado à mais íntima colabo-

8 N.E. – Deve referir-se a Edsel Ford.

ração com os Estados Unidos. Era também a maior e mais interessante seção do globo indicada para próximos futuros desenvolvimentos. Pedindo desculpa da aparente intromissão nas nossas coisas íntimas, disse que, no seu conceito, a nossa maior necessidade era não só de manter realmente o sossego interno, mas de dar essa impressão ao mundo. Estranhou que tirássemos tão pequeno partido da extração do ouro, a única mercadoria de que presentemente há falta. Ouviu com muito interesse a informação que lhe dei relativamente à disseminação do ouro por quase todos, senão todos, os nossos estados e a probabilidade de uma revivescência da exploração em linhas modernas. Contou-me do seu gigantesco plano de reflorestamento dos Estados Unidos e pediu-me a sugestão de alguma essência brasileira que pudesse ser utilizada para esse fim. Falei-lhe de algumas, de que tomou nota, e concluí por observar que o Brasil já tinha feito a mais preciosa contribuição à riqueza vegetal dos Estados Unidos – com a laranjeira baiana, o que deu lugar a uma grande expansão de expressivos comentários do presidente. Ao terminar a conversação, ele disse-me mais ou menos estas palavras:

Agora, como último penhor do meu sincero interesse pelo vosso país, direi uma coisa que poderia ser considerada (ainda que sem razão) contrária ao meu: vós deveis fazer-vos um pouco mais industriais; a pura agricultura e as atividades extrativas desenvolvem imperfeitamente o caráter dos povos.

Observei que o Brasil era mais industrial do que parecia; que fabricávamos a maior parte dos gêneros que consumíamos; que o nosso comércio exterior não revelava a importância da nossa produção, porque éramos uma espécie de pequeno mundo, de variadas regiões, climas e circunstâncias; que, na opinião de alguns brasileiros e na minha própria, até certo ponto, tínhamos mesmo forçado inconvenientemente a indústria nacional por meio de exagerado protecionismo (aprendido conosco, atalhou o presidente), dando em resultado consumirmos pior mercadoria por maior preço; que, finalmente, o nosso grande *handicap* para a indústria, especialmente a do ferro, de que temos depósitos

inesgotáveis era a falta de combustível, falta para que, entretanto, vislumbrávamos o remédio na utilização das nossas incomparáveis quedas d'água; na descoberta, que esperamos com fé, de jazidas de petróleo; na própria adaptação do carvão inferior, já em plena exploração. O senhor Roosevelt tomou boa nota dessas e outras observações e disse-me que não perderia oportunidade de contribuir para que o capital e a ciência, arte e experiência americanos se associassem cada vez mais substancialmente ao desenvolvimento do Brasil.

31. Finda esta entrevista, parti na mesma tarde de 25 de maio para Dearborn, estado de Michigan, ao lado da cidade de Detroit, acedendo a amável convite do mr. Henry Ford, em cuja companhia e na do seu digno filho, senhor Edson Ford, passei, com os meus, um dos dias mais interessantes que é dado desejar.

32. Os dois Ford, pessoalmente, nos acompanharam na interminável visita às inacreditáveis maravilhas de que são autores. Uma descrição desse fenômeno único não teria cabimento aqui. Referirei apenas o que diretamente interessa ao governo brasileiro.

33. O senhor Ford, desmentindo o que alguém tinha previsto antes da minha partida de Washington, não se me queixou do, nem fez a mínima alusão ao caso dos seus créditos congelados no Brasil, o contrário do que me consta ter feito o seu representante no Rio de Janeiro. Apenas, no curso de uma conversação, quando eu aludia à maravilha que acabava de presenciar do nascimento de um carro por minuto, completamente armado, ajustado e pronto para correr com a sua provisão de óleo e combustível, apenas aí me disse, com certa tristeza: “Durante o último ano, só conseguimos vender 300 e tantos carros no Brasil!... Mas, não é nada, os bons tempos hão de voltar”.

34. Sobre a sua famosa aventura do Tapajós, que eu esperava havia de constituir objeto de muita conversação, o senhor Ford foi igualmente muito sóbrio. Disse-me que tudo, por enquanto, estava em começo; que esperava, no fim de mais dois anos, começar a colher borracha das suas plantações; que estava satisfeito com o método adotado de curar primeiro das instalações, a começar pelas relativas à saúde dos habitantes, para depois se ocupar normalmente das várias explorações;

que estava convencido da habitabilidade sadia de toda a Amazônia; que, em próximo futuro, os cuidados higiênicos tornariam toda a região perfeitamente compatível com o imigrante; que desejava conservar inteiramente o caráter nacional (brasileiro) nos seus domínios, tanto assim que mantinha ali apenas nove norte-americanos, ao lado de milhares de brasileiros; que tinha grande fé no futuro da borracha, não crendo muito na possibilidade de sucedâneos sintéticos, nem mesmo na competição de qualquer outra borracha com a do Pará, a qual sempre seria a primeira; a maior competidora do Pará era a borracha regenerada, ou vulcanizada, cuja indústria progrediu verdadeiramente de modo a pesar no mercado; que, entretanto, os usos da borracha se alargaram bastante e prometiam bastante expansão em mil indústrias, além da automobilística, para autorizar bem fundada confiança no seu valor através dos tempos.

35. Mais de uma vez insinuei que teria imenso prazer em transmitir ao meu governo qualquer observação que o senhor Ford desejasse fazer-lhe chegar em relação aos seus interesses no Brasil. Sempre me respondeu que nada tinha a reclamar e que estava satisfeito com o tratamento até agora recebido. Impressionou-me o aparente desinteresse deste grande homem por coisas de valor material, ao mesmo tempo que mostrava o melhor humor, senão verdadeira alegria, conversando continuamente sobre e mostrando pessoalmente infinitas minuciosidades [*sic*] da sua obra formidável. Quando soube que eu tinha, havia mais de 30 anos, tratado pessoalmente com o célebre Edison, por quem ele próprio mantém uma espécie de culto, fez questão de mostrar pormenorizadamente a infinidade de lembranças autênticas que acumulou em Dearborn do singular inventor, a começar por uma reprodução fiel do modesto gabinete em que este fez as suas principais descobertas, sendo autênticos muitos dos objetos e até um homem, de carne e osso, que foi servente de Edison e é atualmente o guardião do sacrário e o melhor explicador de todas as relíquias nele contidas.

36. Os poucos dias passados em Nova York, antes de tomar, a 2 do corrente, o paquete *Olympic* para Southampton, decorreram em repetidos contatos com os homens de negócios junto dos quais já os nossos

delegados, senhores Valentim Bouças e Numa de Oliveira, estavam discutindo, com instruções do senhor ministro da Fazenda, os arranjos financeiros a cuja conclusão feliz chegaram pouco depois. Aí tive oportunidade de conferir com o professor Kent e de verificar a exatidão de quanto sobre ele me dissera o presidente Roosevelt.

37. Um telegrama direto do senhor ministro da Fazenda mandou-me deixar em Nova York aqueles dois dignos membros da delegação, recomendando-me ao mesmo tempo deixar-lhes as minhas instruções. Como não as houvesse eu próprio recebido muito claras e especificadas do governo, contentei-me com recomendar aos dois sagazes negociadores que se fizessem fortes no juro anual de 4% em vez do de 5% que pretendiam os americanos, para os créditos que houvessem de ficar no Brasil. A revisão universal das relações entre credor e devedor parece-me ser uma das coisas mais indicadas (e mais urgentes) na tarefa da restauração econômica mundial e nacional. E o princípio fundamental dessa revisão deve ser o da solidariedade entre credor e devedor. Um deve acompanhar a boa ou a má fortuna do outro. O governo do Brasil nunca deu decreto mais justo, mais simpático e mais revolucionário, no bom sentido da palavra, do que o decreto contra a usura. Todos os alugueis baixam; por que razão só o do dinheiro há de permanecer e, menos ainda, subir? Os 4% que obtivemos em Nova York e que, por natural repercussão, acabamos de consertar aqui, em Londres, são a abertura de nova era. É preciso pensar em reduzir ainda a proporções mais razoáveis o tributo (juro) que o trabalho em operação (produtor) deve pagar ao trabalho acumulado (capital). Um não pode sobreviver à ruína do outro.

38. Resta-me desempenhar-me do grato dever de informar Vossa Excelência de que todos os membros da delegação se revelaram à altura das suas respectivas incumbências, tornando suave e eficaz o trabalho, principalmente de coordenação que me incumbia. Nos momentos precisos, cada qual contribuiu eficazmente com a sua quota de colaboração. Sou particularmente sensível às gentis atenções que sempre me dispensaram. É sob essa disposição otimista que espero pisar hoje mesmo o solo inglês e encarar as obrigações reservadas à delegação brasileira, cuja direção me foi confiada.

Renovo a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

(a) *J. F. de Assis Brasil*

Confere:

Chefe do Serviço de Datilografia

Conforme:

Chefe dos Serviços Comerciais



TELEGRAMA DE 10/06/1933 - AHI 29/05/01

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Da Embaixada em Londres

Em 10/10/6/33

EC – RESERVADO

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

50 – SÁBADO – 13h00 – O embaixador Assis Brasil e família, José Nabuco e senhora, o cônsul Joaquim Eulálio e família e o secretário Acyr Paes, chegaram em perfeita saúde. O príncipe de Gales, em conversa comigo, sabendo da chegada do embaixador Assis Brasil, manifestou o desejo de recebê-lo em audiência particular, que se realizará no dia 20 de junho. Sua Alteza tenciona, também, convidar o embaixador Assis Brasil e família para um jantar íntimo, no dia 30 de junho. Convém não dar publicidade, antes que eu previna.

Régis



TELEGRAMA DE 15/06/1933 - AHI 276/4164

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Telegrama recebido de Londres
Em 15/16/6/33
EC.

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

2 – QUARTA-FEIRA – 19h20 – A conferência, ainda na fase de discussão geral, vai, entretanto, interromper essa atividade para a eleição das comissões. O delegado do Brasil, a pedido da presidência da conferência, apresentou uma declaração escrita de adesão à trégua aduaneira, já divulgada na conferência; além disso, já está inscrito para falar, devendo o embaixador Assis Brasil proferir breve discurso, logo que se reabra a discussão geral e que será enviado à Vossa Excelência, na íntegra. Da América, até agora, falaram o Uruguai, Cuba, os Estados Unidos, a Argentina, o Peru e o México. A nossa inscrição foi demorada, devido à ausência dos delegados, autorizados a permanecer nos Estados Unidos e cuja informação era indispensável.

Assis Brasil

Régis de Oliveira



TELEGRAMA DE 17/06/1933 - AHI 29/05/01

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixada em Londres

Em 17/17/6/33

EC

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

54 – SÁBADO – 13h30 – O embaixador Assis Brasil roga transmitir o seguinte: “A minha resolução de passar a chefia da missão a Régis de Oliveira obedece, exclusivamente, à conveniência do serviço. Antes, porém, de comunicar a Vossa Excelência, acabo de receber telegrama do ministro da Fazenda, transcrevendo o telegrama de Vossa Excelência a Régis de Oliveira, do qual se poderia suspeitar haver algum atrito entre nós. Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que nada há. Apenas, como declarei aí, verbalmente, não podendo permanecer aqui até o fim da conferência, pensava, exatamente, passar minhas funções a Régis de Oliveira. Acabamos de conversar. Informou-me haver telegrafado a Vossa Excelência, pedindo dispensa por ser eu oposto à chefia dupla. Julgo necessário afirmar essa minha opinião, que é também a dele, e que, sendo de bom senso, será decerto a de Vossa Excelência. Mas esse não foi o caso, pois nunca me considerei destituído da posição com que o governo me investiu nem foi negada nunca pelo embaixador. Dada, porém, a sua hierarquia, seria melhor aproveitar os seus serviços, necessários à frente de missão, quando me retire. Rogo a Vossa Excelência esteja descansado sobre o bom andamento das negociações aqui, sob qualquer ponto de vista. Rogo transmitir ao ministro da Fazenda os agradecimentos pela sua nova gentileza. Assis.”

Régis



TELEGRAMA DE 20/06/1933 – AHI 276/4164

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Telegrama recebido Londres
Em 20/20/6/33
EC

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

5 – TERÇA-FEIRA – 14h00 – Texto integral: “A declaração da delegação do Brasil não vem apenas animada do desejo de contribuir, por atos imediatos, ao sucesso da Conferência Monetária Econômica Mundial e tem inteira fé no feliz resultado dos seus trabalhos. Evidentemente, ninguém pode esperar que, no dia seguinte ao termo dos nossos trabalhos, se opere mudança radical e definitiva na situação mundial. Isso, porém, não impede que esta conferência, onde se vêm fundir opiniões e boa vontade de homens vindos de todos os pontos da terra, seja, como nós esperamos, poderoso fator determinante do advento de melhores tempos para a humanidade e de progressos, pelos quais anseiam todas as nações civilizadas. Basta, para isso, que prevaleça sempre a mentalidade verdadeiramente internacional e é preciso que cada nação compreenda que o melhor meio de defender os seus próprios interesses não é procurar diminuir o poder aquisitivo de outras nações, mas sim ajudá-las a prosperar durante estes três anos de crise mundial. O Brasil não recorreu a nenhuma medida restritiva ao comércio internacional, que não lhe fosse imposta por circunstâncias alheias à sua própria vontade. Neste momento, não existem em nosso país nem proibições, nem limitações, nem quotas de importação e, muitos menos, quaisquer medidas de represália aduaneira. Estabelecemos o controle do câmbio, mas essa medida foi a consequência da diminuição, tanto na quantidade, como no valor das exportações brasileiras, de que resultou a diminuição das nossas disponibilidades em letras de câmbio. É preciso, porém, acentuar

que o Brasil só decretou essa medida para facilitar o comércio internacional. Com efeito, desde que o controle de câmbio foi instituído, todas as nossas disponibilidades em moedas estrangeiras, provenientes das nossas exportações, ou do reduzido afluxo dos capitais, foram aplicadas precipuamente em necessidades correntes de importação. Só depois de satisfeitas essas necessidades é que as nossas disponibilidades de câmbio foram utilizadas para atender ao serviço do capital estrangeiro, empregado no país, e, só em último lugar, consentimos em transferências para satisfazer às necessidades de brasileiros residentes no estrangeiro, ou desejosos de viajar antes do estabelecimento desse controle. E, exatamente para evitá-lo ou, pelo menos, retardar quanto possível, a adoção dessas medidas, o Brasil contraiu compromissos no estrangeiro e só consentiu em dar preferência à transferência de fundos na medida do indispensável para cumprimento dessas obrigações. Tais compromissos já se acham liquidados e o governo brasileiro está empenhado em dar uma prova de seu respeito aos interesses de todos quantos trabalham no Brasil ou têm transações com o país e, por isso, está tratando de entender-se com as pessoas, firmas comerciais, ou empresas industriais, que possuam mil réis imobilizados à espera de serem convertidos em moedas estrangeiras. O objetivo do governo é facilitar-lhes essa conversão por meio de operações de crédito de natureza especial e é tão sincera essa preocupação do governo brasileiro, que não hesitou em oferecer seu endosso a operações comerciais tendentes a facilitar a conversão dos mil réis depositados, embora tais operações não constituam, nem de modo algum possam constituir, obrigação do governo. As negociações respectivas acham-se em bom andamento: aliás, as que foram entabuladas com os Estados Unidos acabam de chegar a termo, de forma satisfatória, e esperamos que as negociações em curso com os outros países cheguem, igualmente, a feliz resultado. Dessa forma, o governo brasileiro espera liquidar o problema dos atrasados do câmbio e tem esperança que poderá continuar a suprir, talvez mais liberalmente, mas sempre sem discriminações, o câmbio necessário às necessidades correntes dos importadores. Graças a essa política de facilidades em favor do comércio internacional e graças, também, às

condições naturais do país, às duras condições de sofrimento, que a diminuição do comércio internacional acarretou a muitos dos povos representados nesta conferência, refletiu-se com menos intensidade no Brasil do que em outros países. Com efeito, em parte devido à variedade de climas, de que goza a variedade de produtos do seu vasto território, existe entre as diferentes zonas econômicas do Brasil um movimento bastante intenso de mercadorias de sua produção. Essas condições, que lhe são peculiares, explicam a razão pela qual no Brasil não existem problemas de habitação, alimentação e trabalho. Cumpre, ainda, acentuar que o poder aquisitivo da moeda brasileira no interior do país não só não diminuiu como, ao contrário, se fortaleceu. O custo de vida no Brasil é tão favorável que a redução de salários, conseqüente à crise mundial, não criou entre nós nenhum mal estar social. Desde 1931 que os bancos nacionais brasileiros não têm débito algum para com os seus correspondentes no estrangeiro. O governo federal, também, não tem dívida flutuante no estrangeiro e, quanto à sua dívida externa fundada, não só tem cumprido fielmente o acordo feito com os seus credores em fins de 1931, como cogita de entendimento, ainda mais favorável, a esses interesses. O Brasil sente-se à vontade para colaborar ativamente, do modo o mais completo, com as outras nações para a consecução dos altos objetivos que determinaram a convocação da Conferência Monetária Econômica. Como primeira demonstração dessa cooperação ativa à obra que aqui nos reúne, a delegação do Brasil já entregou à presidência deste congresso a sua adesão à resolução referente à trégua aduaneira e sente-se feliz em poder declarar que, embora a renda dos impostos aduaneiros brasileiros represente pouco mais de um terço do valor de nossas compras no exterior, a delegação está pronta a examinar, num espírito de colaboração, qualquer proposta tendente à redução de tarifas, mediante a conclusão de acordos bilaterais e de reciprocidade, dentro da cláusula de nação mais favorecida, ressalvadas, naturalmente, as necessidades essenciais do fisco, o mínimo de proteção indispensável, devida às atividades agrícolas e industriais do país. Essa é, aliás, já desde 1931, a política internacional de comércio adotada expressamente pelo

Brasil, por decreto do governo federal de 8 de setembro do referido ano. Essa política é baseada, precisamente, nas recomendações do Comitê Econômico da Sociedade das Nações, agora renovadas pela comissão de peritos preparadores na agenda da conferência. De conformidade com essa política, o Brasil celebrou, em menos de dois anos, vinte e cinco tratados de comércio e tem-se oposto sempre a qualquer interpretação tendente a desvirtuar a cláusula da nação mais favorecida. Eis porque ele é contrário ao regime das quotas de importação, qualquer que seja a sua modalidade e eis porque, também, recusou-se a aceitar as diversas propostas de acordos para compensação de créditos. Em conclusão, a delegação do Brasil tem a honra de declarar que, em princípio, aceita o conjunto de recomendações do projeto na ordem do dia da conferência, desde que sejam preenchidas as condições nela indicadas. Tanto no que diz respeito às questões monetárias, como às questões econômicas, a delegação do Brasil faz empenho em prestar a mais calorosa homenagem ao trabalho magistral dos peritos que elaboraram o projeto na ordem do dia da Conferência de Londres. 19 de junho de 1933. (assinado) Assis Brasil.”

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 21/06/1933 - AHI 276/4165

Aos Srs. Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda,
e José Américo de Almeida, Ministro da Viação e Obras Públicas

Telegrama recebido de Londres

Em 21/21/6/33

RESERVADO – EC

[Índice:] Conferência Econômica de Londres.

7 – QUARTA-FEIRA – 17h00 – Peço instruções urgentes e precisas dos ministros da Fazenda e Viação e Obras Públicas, sobre a aceitação das seguintes propostas: I – possível redução global, até 10%, das atuais tarifas, dependendo, naturalmente, da aceitação pelos demais países; II – limitação a 1,10% direito de exportação, cuja aceitação, no caso do café, poderia ser condicionada à terminação dos atuais compromissos financeiros, dentro de determinado prazo; III – abolição do subsídio à navegação, ressalvada, naturalmente, a cabotagem, que, no caso do Loyd, poderia abranger, também, o rio da Prata e o Paraguai, com trânsito para Mato Grosso

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 21/06/1933 - AHI 276/4165

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Telegrama recebido de Londres

Em 21/21/6/33

RESERVADO – EC

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

8 – QUINTA-FEIRA – 20h50 – Em companhia de todos os demais membros da delegação brasileira, almocei, hoje, com Leonel e Anthony Rothschild, em sua casa bancária, na City. O *Times* publica trecho da declaração de 19 de junho, comentando-a simpaticamente.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 23/06/1933 - AHI 276/4166

Ao Sr. Assis Brasil
Delegado do Brasil na Conferência Econômica em Londres

Telegrama recebido
Londres, 23/6/33

Embaixador Assis Brasil

941 – GABINETE – Solicito maiores esclarecimentos sobre item 2 sua consulta em torno limitação a 1,10% dos direitos exportação pt Dado seu conhecimento nossas possibilidades necessário indicar solução prática pt Quanto demais itens não tenho a opor pt Cordiais saudações.

Oswaldo Aranha

TELEGRAMA DE 23/06/1933 - AHI 276/4165

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Telegrama recebido de Londres
Em 23/23/6/33

RESERVADO – EC

[Índice:] Conferência Econômica de Londres.

10 – SEXTA-FEIRA – 16h40 – A delegação agradece a animadora aprovação de seus esforços. Pela via aérea, remeterei cópia da declaração de 19 de junho e da proposta sobre o café, cujo texto, aí publicado nos jornais, demos oportunamente às agências telegráficas. Rogo comunicar ao

ministro da Fazenda, ao Banco do Brasil, ao presidente e ao diretor do Departamento Nacional do Café, cujas mensagens muito agradecemos. O *Financial Times* e o *Financial News*, ainda hoje, publicam informações e comentários favoráveis sobre a situação econômica e financeira do Brasil. Almocei, hoje, na intimidade, com Walter Runciman,⁹ presidente do *Board of Trade*, em sua casa particular e a seu convite, tendo com ele iniciado conversação sobre nossas relações comerciais.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 24/06/1933 - AHI 276/4165

Ao Sr. Oswaldo Aranha
Ministro da Fazenda

Telegrama recebido da Conferência Econômica de Londres
Em 24/24/6/33

RESERVADO – EC

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

12 – SÁBADO – 15h30 – Rogo transmitir ao ministro da Fazenda: Resposta ao seu telegrama n. 941. O item 2 refere-se limitação a um máximo dez por cento direitos de exportação, cuja aceitação no caso café poderia ser condicionada à terminação atual compromisso financeiro dentro determinado prazo.

Assis Brasil



9 N.E. – Político inglês (1870-1949). Deputado pelo partido liberal e duas vezes Ministro de Comércio (1914-1916 e 1931-1937).

TELEGRAMA DE 29/06/1933 - AHI 276/4165

Ao Sr. Assis Brasil
Delegado do Brasil na Conferência Econômica em Londres

Telegrama recebido
29/6/33

Brasemb – para Assis – London

982 – GABINETE – Seria conveniência sondar junto delegados russos possibilidades nosso intercâmbio com esse país. Saudações. Oswaldo Aranha, ministro Fazenda.



TELEGRAMA DE 29/06/1933 - AHI 276/4165

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Telegrama recebido da Conferência Econômica de Londres
Em 29/29/6/33
EC

[Índice:] Conferência Econômica de Londres.

14 – QUINTA-FEIRA – 19h40 – Convidado pelo secretário de Estado Hull, almocei com dois delegados americanos influentes, que reuniram também os representantes de Cuba e do México, para trocar idéias sobre um possível entendimento pan-americano, no caso provável da falência da Conferência de Londres. Foi longa a conferência. Disse-lhes que o Brasil ouviria com simpatia as bases concretas, podendo adiantar

que seria bem recebida a idéia de um Banco Central Pan-Americano, criando uma unidade monetária típica e estável, para base de operações, como me disse o presidente Roosevelt. Disse, também, que o Brasil aplaudiria a revisão geral das dívidas existentes, de modo a aliviar os devedores, fazendo partilhar, pelos credores, parte dos prejuízos resultantes da crise. Aludi ao nosso decreto contra a usura, doutrina aplicável à dívida externa. Também sugeri a necessidade de facilitar crédito a países que, como o Brasil, unificaram a dívida nacional. Essas e outras sugestões foram bem recebidas. Foi lembrada a conveniência de uma nova conversação, preparando a decisão final para a Conferência Pan-Americana de Montevideú, se não puder ser antes.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 30/06/1933 - AHI 276/4165

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Telegrama recebido da Conferência Econômica de Londres

Em 30/1/7/33

EC

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

17 – SEXTA-FEIRA – 15h30 – Os delegados alemães comunicam, oficiosamente, ter recebido instruções do governo para examinar conosco a possibilidade de um entendimento, a respeito dos créditos gelados no Brasil de natureza comercial. Caso o governo brasileiro considere conveniente uma conversa, nesse sentido, os delegados alemães apresentarão um projeto de acordo como base da negociação. Os delegados alemães salientam que o objetivo do entendimento será apenas facilitar

pagamento aos exportadores sem de modo algum modificar a situação da balança econômica entre os dois países, atualmente favorável ao Brasil. Informam, também, que a legação aí, não tendo funcionário conhecedor do aspecto técnico do seu governo, pensou aproveitar a Conferência de Londres para discutir o assunto. Se o governo brasileiro concordar, ouvirei sugestões.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 01/07/1933 - AHI 29/05/01

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Embaixada em Londres

Em 1/1/7/33

EC

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

60 – SÁBADO – 13h00 – Realizou-se, ontem, o jantar, que o príncipe de Gales ofereceu ao embaixador Assis Brasil. Além do embaixador e sua família, assistiram altas autoridades civis e militares britânicas.

Régis



TELEGRAMA DE 04/07/1933 - AHI 276/4165

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Telegrama recebido Conferência Econômica de Londres

Em 4/4/7/33

RESERVADO – EC

[Índice:] Conferência Econômica de Londres.

20 – TERÇA-FEIRA – 16h40 – Queira transmitir ao sr. ministro da Fazenda: Somente agora pude conferenciar com Litvinoff, durante meia hora, acompanhado de Valentim Bouças. Observei tratar-se de iniciativa minha, pessoal, motivada por desejar informar o governo, ao meu regresso, sobre as possibilidades de intercâmbio com a Rússia. Pedi a opinião de Litvinoff sobre a troca possível, insinuando que quaisquer transações comerciais poderiam conduzir a resultados políticos, deixando supor que eu, pessoalmente, simpatizava com as conseqüências, não tendo motivo por que duvidar que o meu governo tivesse igual e mesmo sentimento. Em síntese, a sua resposta foi: “À Rússia apenas interessa importar máquinas, principalmente agrícolas e industriais. Quaisquer outras mercadorias, como o café, somente podem adquirir um longo crédito. Não interessa novo cliente de petróleo, que, aliás, só vende a dinheiro, como todas as suas exportações”. Aludimos ao Brasil mandar um observador estudar, *in loco*, as possibilidades de intercâmbio: respondeu aprovar a idéia, mas não poder dar um salvo conduto, por não termos relações diplomáticas, o que poderia ser suprido pela Agência Oficial Russa, existente em Londres. As minudências interessantes deixo para conversar aí, talvez acrescentando novas impressões em outros contatos.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 12/07/1933 - AHI 276/4165

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Telegrama recebido da Conferência Econômica de Londres

Em 12/13/7/33

RESERVADO – EC / DA

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

23 – QUARTA-FEIRA – 21HO0 – Com o suntuoso banquete na embaixada, oferecido ao príncipe de Gales, em 11 de julho, pelo embaixador Régis de Oliveira, ao qual compareceram, também, o primeiro-ministro e muitas pessoas importantes, julgo terminada, com felicidade, a minha missão, relativa à retribuição da visita ao Brasil, do príncipe de Gales. Reuni a delegação brasileira, esta manhã, e expus o meu juízo sobre o caráter artificial e anódino em que a conferência poderá continuar a funcionar, depois do conflito entre os países de moeda estável e fluutuante. Declarei a inutilidade de continuar eu à frente da delegação, bem como da permanência, aqui, dos delegados, que não são funcionários públicos. Passei a chefia ao embaixador e aconselhei a representação (?) com Eulálio, Barbosa Carneiro e secretário Acyr Paes, podendo os outros retirar-se, quando quiserem ou receberem ordem do governo. Aconselhei estrita assiduidade às reuniões e aos trabalhos. Completarei as conversações iniciadas com o *Board of Trade* e os financeiros interessados em negócios industriais no Rio Grande do Sul, recomendados pelo interventor, general Flores da Cunha, regressando logo. Providenciei, desde o princípio, para o completo recolhimento dos dados sobre a conferência, que serão, oportunamente, coordenados e remetidos pelo meu sucessor. Resumindo o meu pensamento, julgo que tivemos a vantagem considerável, senão da conferência, ao menos das oportunidades que ela ofereceu à delegação e aos delegados, para trabalharem pelos interesses e prestígio do Brasil. *The Times* – embora sem citar, expressamente, a

delegação brasileira – alude, hoje, com aplausos, à sua iniciativa, por intermédio de Bouças, apoiado por Chamberlain, cujo resultado foi a constituição da comissão com igual número de estabilizadores e não-estabilizadores, que permitirá à conferência arrastar-se até o momento de se adiar sem escândalo.

Assis Brasil



AVISO DE 13/07/1933 - AHI 276/4165

Ao Sr. Oswaldo Aranha
Ministro dos Negócios da Fazenda

EC / 591 / 150

[*Índice:*] Declaração conjunta do presidente Roosevelt e do doutor T. V. Soong.

O ministro de Estado das Relações Exteriores atenciosamente cumprimenta o seu colega dos Negócios da Fazenda e tem a honra de passar às mãos de Sua Excelência, por cópia junta, o ofício n. 64, de 25 de maio passado, com o qual a legação do Brasil em Peiping remeteu a este ministério o incluso recorte do *Peiping Chronicle*, contendo telegramas de Nova York relativos a uma declaração conjunta do presidente Roosevelt e do doutor T. V. Soong, delegado da China à Conferência Econômica de Londres, sobre os problemas econômicos mundiais e a questão do desarmamento.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1933.



TELEGRAMA DE 20/07/1933 - AHI 29/05/01

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Embaixada em Londres

Em 20/20/7/33.

EC

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

65 – QUINTA-FEIRA – 13h – O primeiro-ministro pediu-me encarecidamente para pronunciar algumas palavras na sessão de encerramento da Conferência Econômica; dada a origem do pedido não pude deixar de atender, pretendendo limitar-me a dizer generalidades e frases de cortesia.

Régis



TELEGRAMA DE 24/07/1933 - AHI 276/4165

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Telegrama recebido de Londres

Em 24/24/7/33

EC

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

Regressei, ontem, 23, de Cornwall, onde fui a convite do príncipe de Gales, sendo seu hóspede na fazenda que ali possui. Hoje, almocei com o primeiro-ministro como convidado de honra, tendo oportunidade

de entreter cordial conversação sobre a conferência e o comércio anglo-brasileiro. Penso partir quinta, 27, via Paris-Genebra, indo tomar, em Lisboa, o vapor *Avila Star*, que partirá daqui a 12 de agosto.

Assis Brasil



TELEGRAMA DE 27/07/1933 - AHI 29/05/01

Ao Sr. Afrânio de Mello Franco
Ministro das Relações Exteriores

Embaixada em Londres
Em 27/27/7/33
EC – RESERVADO

[*Índice:*] Conferência Econômica de Londres.

69 – QUINTA-FEIRA – 16h40 – A sessão de encerramento da Conferência Financeira começou esta manhã. Após o relatório da comissão, o presidente da conferência deu a palavra aos delegados. Falaram Young, Chamberlain, Hymans, Schacht, Mazaryk, Le Breton e eu. O meu discurso foi ouvido com vivo interesse e acolhido com aplausos gerais. Assinalei os proveitos da reunião, as dificuldades atuais e os resultados obtidos. As agências telegráficas estão incumbidas de transmitir o texto completo. A sessão continua, esta tarde, devendo falar o secretário de Estado americano, Bonnet e MacDonald.

Régis



Índice Onomástico

Índice Onomástico

{ a }

- Abreu, Capistrano de *vol. i* 133
Abreu, Eduardo d' *vol. i* 157
Abreu, Felinto de *vol. ii* 16
Accioly, Hildebrando Pompeu Pinto
vol. ii 197
Aguiar, João Fausto de *vol. i* 109,
147, 151
Aguinaldo, Emilio *vol. i* 219
Aguirre, General *vol. ii* 127, 142
Albuquerque, José Francisco de Paula
Cavalcanti e – v. Cavalcanti e
Albuquerque, José Francisco
de Paula
Alcorta, José Figueroa – v. Figueroa
Alcorta, José
Alem, Leandro *vol. i* 77
Alencar, Alexandrino de *vol. i* 352
Alexandre VI, Papa *vol. i* 121
Almeida, José Américo de *vol. ii* 225
Alvarez Calderón, Manuel *vol. i* 315,
318, 352
Amaral, Joaquim Thomaz do – v.
Cabo Frio, Visconde de
Amaral, Raul R. de *vol. i* 277, 283
Amélia, Rainha de Portugal
vol. i 130
Anchorena, Tomás *vol. i* 79, 80, 85-
87, 96, 97
Andrews, Arthur W. *vol. i* 373, 374
Aranha, Oswaldo *vol. ii* 192, 193, 198,
225, 227-229, 234
Araújo, Hipólito Alves de *vol. ii* 188
Arias, David *vol. ii* 172, 181, 182
Arriaga, Manuel *vol. i* 178
Arroyo, Agostiño *vol. i* 67, 100
Assis Brasil, Lídia Pereira Felício
vol. i 11, 109, 392
Assumpção, Lino d' *vol. i* 120, 133,
134, 168, 169, 170, 179
Avellaneda *vol. ii* 127
Azambuja, Graciano Alves de
vol. i 127
Azevedo Castro, José Antônio de
vol. i 356
Azevedo, Ciro de *vol. i* 9, 10, 21, 32,
35, 59; *vol. ii* 23, 36

{ b }

- Bancroft *vol. i* 250
- Barbosa Carneiro, Júlio Augusto
vol. ii 203, 233
- Barbosa Lima, Alexandre José
vol. ii 27
- Barbosa, Coronel *vol. i* 45, 66
- Barbosa, Rui *vol. i* 13, 363; *vol. ii* 150-152, 154, 156, 158
- Barros Cassal, João de *vol. ii* 147
- Barros Gomes, Henrique de *vol. i* 156, 158
- Basto, José *vol. i* 188
- Basto, Rafael *vol. i* 181, 184-186, 188, 191
- Batlle y Ordoñez, José *vol. ii* 40, 63, 75, 84, 106-108
- Beaupré, M. de *vol. ii* 42
- Beccar Varela, Horácio *vol. ii* 171, 172
- Becú, Carlos Alfredo *vol. ii* 74
- Beirão, Francisco Antônio da Veiga
vol. i 157
- Belmont, Augusto *vol. i* 319, 349, 350, 356, 363, 368, 381
- Bermejo, Antonio *vol. ii* 161
- Bernardez, Manuel *vol. ii* 126
- Berquó, Professor *vol. i* 191
- Berredo, Bernardo Pereira de *vol. i* 138, 142, 143
- Betbeder, Onofre *vol. ii* 127, 162
- Bianchi Tupper, Alvaro *vol. i* 89
- Bibiloni, Juan A. *vol. ii* 141, 142
- Bidau, Eduardo *vol. ii* 74, 76, 78
- Biker, Júlio Firmino Júdice *vol. i* 174, 179
- Bismarck *vol. i* 250, 251
- Bittencourt, Carlos Machado de
vol. i 178
- Bocaiúva, Félix *vol. ii* 14, 22
- Bocaiúva, Quintino *vol. i* 23
- Bonaparte, Luciano *vol. i* 172, 175
- Bonnet, Georges *vol. ii* 236
- Bordone *vol. i* 121
- Bórgias *vol. i* 186
- Borja, Baronesa de *vol. i* 392
- Bosch, Ernesto *vol. ii* 100, 169, 170, 172
- Bouças, Valentim *vol. ii* 196, 202, 204, 211, 218, 232, 234
- Bridgeman, George H. *vol. i* 325
- Brito *vol. i* 145
- Bryan, Charles Page *vol. i* 214, 215, 225, 302, 308, 322, 324, 326, 327, 331, 332, 336, 337
- Bryan, William J. *vol. i* 240, 242, 243, 268, 280, 281; *vol. ii* 214
- Buchanan *vol. ii* 82
- Bulhões Jardim, José Leopoldo *vol. ii* 64, 73, 107

{ c }

- Cabo Frio, Visconde de *vol. i* 9; *vol. ii* 34, 35, 38
- Cabral, Ministro Costa – v. Costa
Cabral, Ministro
- Callado, General *vol. i* 354
- Calvo, Nicolau A. *vol. i* 70, 73, 99

- Camacho, Belchior *vol. i* 122
- Campos Sales, Manuel Ferraz de
vol. i 11; *vol. ii* 149
- Campos, Luís Maria *vol. ii* 54,
78, 142
- Capanema, Barão de *vol. i* 98
- Carlos I, Rei de Portugal *vol. i* 114
- Carvalho e Silva, Lafayette de *vol. ii*
185, 190
- Carvalho e Vasconcellos, Mathias de
vol. i 155
- Carvalho, Carlos Augusto de *vol. i*
111, 115, 118, 122, 124, 128, 134, 146,
148, 150, 155, 156, 164, 165, 183
- Carvalho, Heitor Freire de *vol. ii* 196,
197, 202, 204
- Casanova, pintor *vol. i* 181, 184
- Casares *vol. ii* 110
- Castilho, Fernando Delgado Freire de
vol. i 132
- Castilhos, Júlio de *vol. i* 9, 10, 11, 14,
21, 22, 109; *vol. ii* 146-148
- Castro, Borges de *vol. i* 172, 174
- Castro, José Antônio de Azevedo – v.
Azevedo Castro, José Antônio
- Castro, José Luciano de *vol. i*
164, 166
- Castro, Plácido de *vol. i* 354, 355, 358,
365-368, 376, 377
- Cavalcanti e Albuquerque, José
Francisco de Paula *vol. i* 129
- Caxias, Duque de *vol. ii* 16
- Celman, Juárez *vol. i* 78
- Cerqueira, Dionísio E. de Castro
vol. i 152, 154, 155, 162, 164, 165,
176-178, 190, 192, 195, 201, 204,
205, 211, 214
- Chamberlain, Neville *vol. ii* 234, 236
- Chaves, Adrião *vol. i* 56, 61, 66
- Chaves, Bruno Gonçalves *vol. i* 9
- Chaves, Contra-almirante *vol. i*
53, 55
- Chermont, Justo Leite *vol. i* 175
- Cibils, Jaime *vol. i* 43, 44
- Cidade, Antônio de Azambuja
vol. ii 22, 23
- Cleveland, Stephen Grover *vol. i*
206, 217, 219, 245, 354; *vol. ii* 135
- Collor, Lindolfo Leopoldo B.
vol. ii 176
- Colombo, Cristóvão *vol. i* 182
- Conseco, Coronel *vol. i* 355
- Conway, W. Martin *vol. i*
372, 373
- Corrêa, Artur de Souza *vol. i* 116, 192
- Costa Mota, J.P. *vol. i* 113, 119, 145-
147, 149, 150, 167, 195
- Costa, Eduardo *vol. i* 23-25, 90
- Costa, José Augusto Ferreira *vol. i*
65, 71-75, 84
- Cotegipe, Barão de *vol. ii* 15
- Coutinho, Rodrigo de Souza
vol. i 133
- Cross, Richard J. *vol. i* 372, 373
- Cunha, D. Luís da *vol. i* 183
- Cunha, Francisco Xavier da *vol. i* 9
- Cunha, Gastão da *vol. ii* 110

{ d }

- Day, W. *vol. i* 214
 Dede, José Fernandes Tico *vol. i* 72
 Del Viso *vol. i* 48
 Deodoro da Fonseca *vol. i* 10, 21;
 vol. ii 147
 Deslandes *vol. i* 181
 Dias, Antônio Gonçalves *vol. i*
 168, 191
 Dickey, Charles D. *vol. i* 372
 Domínguez *vol. ii* 107, 114
 Dourado, Fernão Vaz – v. Vaz
 Dourado, Fernão
 Drago, Luiz Maria *vol. ii* 55, 57, 59,
 63, 65, 74, 90, 152
 Dupuy *vol. ii* 130

{ e }

- Emery, Dr. *vol. i* 392; *vol. ii* 16
 Ennes, Antônio *vol. i* 152, 153
 Ericeira, Conde da *vol. i* 138
 Eulálio, Joaquim – v. Nascimento e
 Silva, Joaquim Eulálio do
 Ewbank, Luís Henrique de Oliveira
 vol. i 34, 40-42, 52, 56, 57, 61, 62,
 66

{ f }

- Feis, H. *vol. ii* 205, 207, 208
 Ferreira, Capitão *vol. i* 34
 Figueroa Alcorta, José *vol. i* 13;
 vol. ii 53, 83, 90, 122, 132, 135,
 136, 160
 Firpo, Anacleto *vol. ii* 186

- Flint *vol. i* 284, 301
 Flores da Cunha, José Antônio
 vol. ii 233
 Fonseca Magalhães, Rodrigo de
 vol. i 181
 Fonseca, Sr. *vol. i* 181
 Ford, Edsel *vol. ii* 214, 216
 Ford, Henry *vol. ii* 168, 202, 216, 217
 Forjaz *vol. i* 41
 Fortes, Coronel *vol. i* 42
 Fraga, General *vol. ii* 142
 Franco, Afonso Arinos de Mello – v.
 Mello Franco, Afonso Arinos de
 Franco, Afrânio de Mello – v. Mello
 Franco, Afrânio de
 Freire, Cipriano Ribeiro *vol. i*
 171-173
 Freire, Dario *vol. ii* 16
 Freire, Felisbelo *vol. i* 98, 100, 103,
 104, 106
 Freitas *vol. i* 137, 139
 French, John *vol. i* 372, 373
 Fritz, Pe. jesuíta *vol. i* 186, 187
 Funchal, Conde de *vol. i* 172, 175

{ g }

- Gales, Príncipe de *vol. i* 291; *vol. ii*
 219, 231, 233, 236
 Gama, Domicio da *vol. i* 394;
 vol. ii 10
 Garcia *vol. ii* 114
 Garcia-Merou, Martin *vol. i* 347
 Garmendia, General *vol. i* 38;
 vol. ii 78, 99

- Gomes, Ferreira *vol. i* 199
 Gomes, Henrique de Barros – v.
 Barros Gomes, Henrique de
 Gonzáles, Joaquim V. *vol. ii* 73,
 78, 99
 Gorostiaga, Manuel *vol. ii* 19, 27-29,
 31, 65, 66, 99, 111, 113, 118
 Graff, Henry H. *vol. i* 372, 373
 Grant, Ulysses *vol. i* 245, 269, 279
 Gryneus *vol. i* 121
 Guachalla, Fernando E. *vol. i* 272,
 382-384, 390
 Guerrero, Adolfo *vol. i* 89, 90
- { h }
- Hageman (ou Hegeman), John R.
 vol. i 372
 Halley, Dr. *vol. i* 117
 Hanna, Marcus A. *vol. i* 241
 Harrison, Benjamin *vol. i* 245
 Hay, John *vol. i* 214, 215, 225, 226,
 228, 229, 233, 234, 236, 261-263,
 273, 274, 284, 307-311, 313-315, 317-
 320, 322-331, 333-337, 339, 341, 343,
 347, 348, 361, 376-379, 382-385, 388
 Herrera y Espinosa, Manuel *vol. i* 68
 Hill, David J. *vol. i* 225-228, 317-319,
 322, 326, 327, 336, 337
 Hintze Ribeiro, Ernesto Rodolfo
 vol. i 155, 157
 Hitch, Henry Forster *vol. i* 306
 Hocart, J. H. *vol. i* 372
 Hoffman, C. F. *vol. i* 372
 Holden Jr., Thomas *vol. i* 372
- Hoonholtz, Oscar de Tefé von
 vol. ii 49, 126, 128-130, 158
 Horácio, João *vol. i* 392
 Horner, John W. *vol. i* 372
 Hull, Cordell *vol. ii* 203, 205,
 207, 229
 Humboldt, Alexander von *vol. i* 143,
 144, 175
 Hymans, Paul *vol. ii* 236
- { i }
- Ibañez, Coronel *vol. i* 354, 355
 Irigoyen, Bernardo de *vol. ii* 91,
 94, 161
 Iriondo, Dr. *vol. i* 91, 94, 127
 Iselin, Columbus O'Donnel
 vol. i 372
- { j }
- Jardim, José Leopoldo Bulhões – v.
 Bulhões Jardim, José Leopoldo
 João III, Rei de Portugal *vol. i*
 122, 137
 Jones, Samuel *vol. i* 240
 José, Bispo de Pernambuco *vol. i*
 131, 132
- { k }
- Kell, Barão J. D. C. de Helkeren de
 vol. i 161, 192, 193
 Kent, Prof. *vol. ii* 211, 218
 Khan, Isaac *vol. i* 360
 Komura, Barão *vol. ii* 15
 Körner Henze, Emile *vol. i* 250, 251

Krausse, Domingo *vol. ii* 21
 Kunstmann, Friedrich *vol. i* 188

{ 1 }

Lamas, Andrés *vol. ii* 181
 Lamas, Carlos Saavedra – v. Saavedra
 Lamas, Carlos
 Lampreia, João de Oliveira de Sá
 Camelo *vol. i* 150
 Larreta, Rodriguez – v. Rodriguez
 Larreta, Carlos
 Lázaro Luís *vol. i* 185, 187, 188, 194
 Le Breton, Michel *vol. i* 70;
 vol. ii 236
 Leopoldo II, Rei dos Belgas
 vol. i 344
 Lima e Silva, Rinaldo de *vol. i* 369,
 374, 384, 385; *vol. ii* 194-197, 199,
 200, 202, 203-205, 209
 Lima, Alexandre José Barbosa v.
 Barbosa Lima, Alexandre José
 Lima, Eduardo Fernandes *vol. i* 72
 Lima, Luís Caetano *vol. i* 138,
 141, 142
 Linhares, Conde de *vol. i* 119, 122,
 134, 136, 138, 140, 143, 144, 161
 Lisboa, Eduardo *vol. i* 272, 306,
 365, 383
 Lisboa, João Francisco *vol. i* 191
 Litvinoff, Maxim *vol. ii* 323
 Lobos, Eleodoro *vol. i* 83
 Lodge, Henry Cabot *vol. i* 261
 Loomis *vol. i* 378-380
 Lopes, J.J. Pedro *vol. i* 172

Luciano, José – v. Castro, José
 Luciano de

{ m }

Mac Donell, H. G. *vol. i* 151
 MacDonald, James Ramsey *vol. ii*
 194, 236
 Magalhães, Olinto de *vol. i* 13, 216,
 220-224, 229, 234, 238, 239, 246,
 248, 255, 260, 261, 266, 268, 270,
 272, 273, 275, 278, 279, 281, 283,
 285, 286, 300, 302, 303, 306, 314,
 317, 323, 326, 342
 Marajó, Barão de *vol. i* 145
 Marchi, Barão Antônio de *vol. ii*
 143, 144
 Marconi *vol. i* 238
 Marques, Manoel *vol. ii* 48
 Martens *vol. i* 172
 Martins, Gaspar da Silveira – v.
 Silveira Martins, Gaspar da
 Maschwitz, Carlos *vol. ii* 141, 142
 Mazaryk, Tomás G. *vol. ii* 236
 McKinley, William *vol. i* 199, 218,
 219, 235, 240, 241, 245, 268, 275,
 279, 281; *vol. ii* 121, 122
 Mederos Morales *vol. ii* 160
 Mello Franco, Afonso Arinos de
 vol. i 16, 17
 Mello Franco, Afrânio de *vol. ii* 169,
 174, 177-180, 183, 184, 187-194, 197,
 199, 201, 203, 219-222, 226, 227,
 229, 230-233, 235, 236

- Mello, Custódio José de *vol. i* 40, 67,
70-76, 81, 85
- Melo e Castro, Martim *vol. i* 116
- Mendonça, Salvador de *vol. i* 10, 212
- Mercator, Gerardo *vol. i* 186
- Meynard *vol. i* 171
- Minelli, Pablo *vol. ii* 84, 106-108
- Mitre, Bartolomé *vol. ii* 16, 40, 70,
77; *vol. ii* 27-29, 39, 47-50, 136
- Mitre, Emilio *vol. ii* 82, 83, 113,
122, 132
- Mitre y Vedia, Bartolomé *vol. i* 16;
vol. ii 39, 136
- Moniz – v. Muniz, José Antônio
- Monteiro, Vieira *vol. i* 193
- Monteiro, Vitorino *vol. i* 21
- Montes de Oca, Manuel A. *vol. i* 13;
vol. ii 55-59, 61-67, 69-71, 74, 75,
78, 79, 81, 89, 123, 135, 137, 162
- Moore, John Basset *vol. i* 352, 355,
356, 358-360, 363, 365-369
- Moraes, Américo de *vol. i* 194
- Morla Vicuña, Carlos *vol. i* 273
- Muniz, José Antônio *vol. i* 120, 124,
134, 137, 139-141, 144, 145, 167,
169, 173
- Muñoz, Jorge *vol. i* 222
- { n }
- Nabuco de Araújo, Joaquim Aurélio
Barreto *vol. i* 13, 199; *vol. ii* 55,
56, 65, 71
- Nabuco de Araújo, José Joaquim
vol. i 132
- Nabuco de Araújo, José Thomás
vol. ii 202, 204, 208, 219
- Naon, Clodoveo Miranda *vol. ii* 74
- Nascimento e Silva, Joaquim
Eulálio do *vol. ii* 196, 197, 202,
204, 219, 233
- { o }
- Olcott, Frederick P. *vol. i* 230, 372
- Oliveira Lima, Manoel de *vol. i* 9, 12,
203, 389
- Oliveira Martins, Joaquim Pedro de
vol. i 156, 157
- Oliveira, Numa de *vol. ii* 196, 197,
200, 202, 204, 218
- Ortelius *vol. i* 121
- { p }
- Paes, Acyr *vol. ii* 202, 204, 208,
219, 233
- Paim, Roque Monteiro *vol. i* 141, 169
- Pando, José Manuel *vol. i* 352-354,
362, 365, 375-377, 383
- Parente, Bento Maciel *vol. i* 173, 175
- Pecegueiro do Amaral, *vol. i* 394;
vol. ii 36, 150
- Pellegrini, Carlos *vol. i* 9, 21, 63;
vol. ii 61, 62, 67-69, 122, 134, 142
- Peña, Roque Sáenz – v. Sáenz Peña,
Roque
- Pereira Pinto *vol. ii* 126
- Pereira, Gabriel *vol. i* 120
- Pereira, Manoel Vitorino *vol. i* 148
- Perez, Ernesto S. *vol. ii* 171, 172

- Phillip, Subsecretário de Estado *vol. ii* 194
- Phipps, Edmundo Constantine
vol. i 117
- Pinedo [Pinheiro?] Guedes *vol. i* 45
- Pinedo, Federico *vol. ii* 136, 142
- Piñero, Antonio *vol. ii* 81
- Piñero, Norberto *vol. ii* 78, 82
- Pinheiro Guedes, Henrique *vol. i* 354
- Pinilla, Claudio *vol. i* 352, 354, 383;
vol. ii 114, 118, 124
- Pinzón, Vicente Yanes *vol. i* 182, 183
- Pittman, Senador *vol. ii* 205, 207
- Portela, Epifânio *vol. ii* 74, 78
- { q }
- Queirós, Henrique de Sousa
vol. ii 176
- Quesada, Vicente *vol. i* 38, 73
- Quijarro, A. *vol. i* 74
- Quintana, Manoel *vol. i* 13;
vol. ii 13, 18, 48, 52, 53, 61, 134
- Quirno Costa, Norberto *vol. ii* 54,
78, 81, 99, 135
- { r }
- Ramos Mejia, Ezequiel *vol. ii* 127
- Read, Willlliam A. *vol. i* 372
- Real, Diogo de Mendonça Corte
vol. i 174
- Régis de Oliveira, Raul *vol. i* 328,
329, 337; *vol. ii* 202, 220, 221, 233,
235, 236
- Reilly, Juan José de Souza *vol. ii* 164
- Revoredo, Brás de *vol. ii* 88
- Ribeiro Freire, Cipriano *vol. i* 171
- Ribeiro, Thomaz *vol. i* 112
- Ribero, Diego *vol. i* 181, 122, 183, 186
- Rio Branco, Barão do *vol. i* 13, 14,
101, 110, 125, 135, 136, 138, 140, 142,
144, 160, 167, 168, 170, 171, 173, 175,
179, 180, 183, 184, 186, 188, 189, 192,
194, 200, 315, 316, 338, 344, 346-
348, 351, 362, 365, 374, 375, 382, 385,
389, 391, 393; *vol. ii* 9, 10, 11, 13, 15,
17, 19-22, 24, 26-30, 32, 34, 39-43,
47-49, 51, 52, 55, 60, 63, 64, 66, 70,
72, 73, 75-78, 83, 85, 88-90, 97, 106-
110, 112, 113, 115, 117, 121, 124, 126,
128, 129, 130, 134, 137, 139, 141, 143,
145, 150, 154-157, 159, 160, 164
- Rio Branco, Hortência *vol. i* 392,
394; *vol. ii* 17, 60
- Rio Branco, Visconde do *vol. i* 392
- Roca, Julio A. *vol. i* 77, 78, 80, 234;
vol. ii 18, 44, 52, 54, 96, 110-114,
121, 122, 126, 132, 133, 135, 136, 139,
143, 162
- Rocha Osório, General *vol. ii* 147
- Rodrigues Alves, Francisco de Paula
vol. ii 149
- Rodrigues, José Carlos *vol. i* 39
- Rodríguez Larreta, Carlos *vol. i* 13;
vol. ii 19-21, 29, 34, 37, 42, 149
- Romero, Governador *vol. i* 354, 355
- Romero, Juan José *vol. ii* 85, 94
- Roosevelt, Eleanor *vol. ii* 205
- Roosevelt, Franklin D. *vol. i* 242,

- 268, 339; *vol. ii* 41, 202, 204-207,
209, 214, 216, 218, 230, 234
- Roosevelt, W. Emlen *vol. i* 372
- Root, Elihu *vol. i* 260, 263, 264;
vol. ii 41, 55, 63, 71
- Rosas, Juan Manuel Ortiz de
vol. i 248
- Rothschild, Anthony *vol. i* 344, 352;
vol. ii 226
- Rothschild, Lionel *vol. i* 344, 352, 355,
362; *vol. ii* 226
- Rouillé, Pierre *vol. i* 141, 167, 171
- Runciman, Walter *vol. ii* 228
- { s }
- Saavedra Lamas, Carlos *vol. ii*
181, 191
- Sáenz Peña, Luiz *vol. i* 21, 70,
76-81, 90
- Sáenz Peña, Roque *vol. i* 54, 55, 65,
74, 78, 79, 126
- Salisbury, Lorde *vol. i* 150, 247;
vol. ii 121
- Sampaio, General *vol. i* 354
- Sampaio, Sebastião *vol. i* 203
- Sanches, Caetano da Silva *vol. i* 133
- Santamarina, José *vol. ii* 130
- Santarém, Visconde de *vol. i* 174,
187, 194
- Schacht, Halmar *vol. ii* 236
- Seabra, José Joaquim *vol. i* 342
- Serzedello Corrêa, Inocêncio *vol. i*
31, 34, 35, 40, 41, 44, 46, 50-53, 60,
62, 64, 66
- Severino, Pedro *vol. i* 132
- Sherman, Senador *vol. i* 219
- Silva, Firmino dos Santos *vol. i* 56
- Silva, João Marques da *vol. i* 130
- Silva, Joaquim Caetano da *vol. i* 186
- Silva, Lafayette de Carvalho e – v.
Carvalho e Silva, Lafayette de
- Silva, Rinaldo de Lima e – v. Lima e
Silva, Rinaldo de
- Silveira Martins, Gaspar da *vol. i* 94,
96, 103; *vol. ii* 145
- Silveira, General *vol. i* 354
- Silveira, Péricles *vol. ii* 186
- Sodré, Pedro de Castro Pereira
vol. ii 16, 17
- Solano Lopes, Francisco *vol. ii* 48
- Soler *vol. ii* 114
- Soong, T. V. *vol. ii* 234
- Sousa, A. F. Paula *vol. i* 91, 94, 95
- Sousa, João de *vol. i* 132
- Souza, João Capistrano Luís *vol. i* 72
- Soveral, Luís de *vol. i* 146-150
- Stevenson, Adlai *vol. i* 268
- Swift, L. *vol. i* 296
- { t }
- Tarouca, Conde de *vol. i* 138
- Tedin, Miguel *vol. i* 136, 142
- Tejedor, Carlos *vol. ii* 99
- Terry, José A. *vol. ii* 36, 43-45, 74,
78, 99
- Todd, Capitão *vol. i* 225, 227, 230
- Tornquist, Ernesto *vol. ii* 82, 83,
85, 87

- Torres, A. *vol. i* 46, 49, 60, 63
 Tosta, Joaquim Inácio *vol. ii* 115
 { u }
- Ugarte, Marcellino *vol. ii* 122, 126,
 127, 135
 Urcullú, José de *vol. i* 187, 189
 Uriburu, José Félix *vol. ii* 169, 172,
 179, 181, 182
 Uruguai, Visconde do *vol. i* 182
- { v }
- Vallada, Marquês de *vol. i* 187
 Valle, Graccho de Sá *vol. i* 22, 93, 97,
 99, 106
 Vanderbilt *vol. i* 288, 289
 Vargas, Getúlio *vol. i* 8, 15; *vol. ii*
 167, 168, 185, 186
 Varnhagen, Adolpho de *vol. i*
 129, 189
 Vasconcellos, Luís *vol. i* 116
 Vasconcellos, Mathias de Carvalho
 e – v. Carvalho e Vasconcellos,
 Mathias de
 Vasconcelos, Bernardo Manoel de
vol. i 132
 Vaz Dourado, Fernão *vol. i* 179-182,
 184, 185, 187, 188, 194
 Vedia, Agustín de *vol. ii* 18, 39
 Vergara Donoso, Francisco *vol. ii* 69
 Viana de Lima, Augusto César *vol. i*
 113, 137
 Victorica, Benjamin *vol. i* - 96, 97;
vol. ii 162
 Vidal, Blas *vol. i* 68
 Vidal, Senador *vol. i* 89, 90
- Vieira Monteiro – v. Monteiro, Vieira
 Villanueva, Benito *vol. ii* 78, 82
 Villazón, Eliodoro *vol. i* 353, 354, 362,
 365, 383; *vol. ii* 84, 118
 Virasoro, Valentin *vol. ii* 135, 139
- { w }
- Wallace, Secretário de Agricultura
vol. ii 205
 Wandenkolk, Eduardo *vol. i* 103, 105
 Weinschenck, Oscar *vol. ii* 196,
 202, 203
 Weston, G. F. *vol. i* 289, 290
 Whitaker, José Maria *vol. ii* 173, 175
 Whitridge, Frederick Wallingford
vol. i 316, 319, 342, 343-345, 349-
 352, 360-363, 369-373, 381
 Williman, Claudio *vol. ii* 84
 Wilson, Subsecretário para Assuntos
 Americanos *vol. ii* 207
 Wilson, W. P. *vol. i* 213
- { y }
- Young, Owen D. *vol. ii* 236
- { z }
- Zeballos, Estanislao S. *vol. i* 13, 35-39,
 43, 47-51, 53-57, 60, 63-65, 72, 75,
 80, 86, 98, 100, 102, 126; *vol. ii*
 10, 11, 86, 89, 90, 97-103, 105, 110,
 111, 113-116, 118, 121-125, 127, 131-133,
 136-139, 141, 142, 151, 152, 155, 157,
 160-164
 Zurqueta, Tomás *vol. ii* 21

Esta obra foi composta em
Adobe Garamond Pro, versão
OpenType do tipo projetado
por Robert Slimbach em
1989 com base nas romanas
de Claude Garamond, e nas
itálicas de Robert Granjon,
ambos mestres da tipografia
francesa quinhentista.



COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO
Maria do Carmo Strozzi Coutinho

REVISÃO
Natalia Costa das Neves

CAPA, PROJETO GRÁFICO E PAGINAÇÃO
Carlos Krämer

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Gráfica e Editora Brasil Ltda. - DF

TIRAGEM
1.000 exemplares

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG
Impresso no Brasil - 2006

Assis Brasil : um diplomata da República / Centro de História
e Documentação Diplomática – Rio de Janeiro : FUNAG : CHDD, 2006.
2v. ; 15,5 x 22,5 cm.

Conteúdo: v.1. 1890 a 1905 – v.2. 1905 a 1933

ISBN 85-7631-067-8 (broch.)

1. Assis Brasil, Joaquim Francisco, 1857-1938 – Correspondência. 2. Diplomatas – Brasil – Correspondência. 3. Brasil – Relações exteriores – Argentina. 4. Brasil – Relações exteriores – Portugal. 5. Brasil – Relações exteriores – Estados Unidos. 6. Brasil – Relações exteriores – Inglaterra. I. Centro de História e Documentação Diplomática. II. Fundação Alexandre de Gusmão.
